

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Denise Pedroso Gomes

**O Departamento Municipal de Cultura de São Paulo (1935-1938):
políticas de criação de bibliotecas e democratização de leitura**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

**SÃO PAULO
2008**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Denise Pedroso Gomes

**O Departamento Municipal de Cultura de São Paulo (1935-1938):
políticas de criação de bibliotecas e democratização de leitura**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação: História, Política, Sociedade, sob orientação da Professora Doutora Maria Rita de Almeida Toledo.

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

SÃO PAULO

2008

Banca Examinadora

Ao meu pai, Luiz José Pedroso (*in memoriam*), por ter priorizado minha formação educacional.

E à minha mãe, Geny Dias Couto Pedroso, pela profunda dedicação durante toda minha escolaridade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo conforto e ânimo, nos momentos mais difíceis.

A todo corpo docente do programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade pelo carisma e pela relevância das disciplinas ministradas durante o curso.

À professora Maria Rita de Almeida Toledo, pela orientação minuciosa e esclarecedora em todos os momentos.

À banca de qualificação, professor Nelson Schapochnik, pelas preciosas contribuições e ao professor Kazumi Munakata, que, para além das elucidações nas disciplinas, iluminou mais uma vez este trabalho.

À Elisabete Adania, secretária sempre atenta e carinhosa.

Aos meus colegas de sala de aula, pela convivência agradável. Especialmente, à Rosinei Gevezier Turbiani Machado, amiga e companheira de estadia em São Paulo, interlocutora não só das leituras, mas de toda descoberta deste percurso.

Aos bibliotecários Nério Sacchi Júnior e Kazue Matuda Miura, pela receptividade e pela atenção durante as pesquisas realizadas no Acervo Memória da Biblioteca Infante-Juvenil Monteiro Lobato.

Agradeço à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo pela concessão da Bolsa Mestrado e a todos os funcionários e amigos das Diretorias de Ensino das Regiões de Avaré e de Ourinhos, pela acolhida e constante incentivo.

Ao jovem estudante, Guilherme Gomes de Godoy, por ter ajudado a encontrar os endereços dos arquivos e bibliotecas em São Paulo e por toda disponibilidade e contribuição durante este projeto.

Ao meu grande amor, Alcebíades Gomes Júnior, por suportar, pacientemente, a minha ausência e o meu distanciamento durante a trajetória do mestrado.

Biblioteca Verde

Carlos Drummond de Andrade

*(...) Tenho de ler tudo.
Antes de ler, que bom passar a mão
no som da percalina, esse cristal
de fluida transparência: verde, verde.
Amanhã começo a ler. Agora não.*

*Agora quero ver figuras. Todas.
Templo de Tebas. Osíris, Medusa,
Apolo nu, Vênus nua... Nossa
Senhora, tem disso nos livros?
Depressa, as letras. Careço ler tudo.
A mãe se queixa. Não dorme este menino.
(...)*

*Mas leio, leio. Em filosofias
tropeço e caio, cavalgo de novo
meu verde livro, em cavalarias
me perco, medievo; em contos, poemas
me vejo viver. Como te devoro,
verde pastagem. Ou antes carruagem
de fugir de mim e me trazer de volta
à casa a qualquer hora num fechar
de páginas?
(...)*

RESUMO

O presente trabalho, de natureza histórica, analisa as políticas públicas de criação de bibliotecas do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo em 1935 -1938. Período em que Mário de Andrade esteve à sua frente e instituiu o programa de expansão de bibliotecas públicas na cidade de São Paulo. O objetivo do Departamento de Cultura não era somente incrementar a geração de bens culturais, mas fazê-los circular, o que explica a proposta de criação de bibliotecas populares que deveriam funcionar como um serviço a fim de orientar o povo em suas leituras e assim, contribuir para a divulgação do hábito de ler. Considerando então, a importância das bibliotecas públicas na democratização da leitura, este estudo procura compreender como as políticas públicas de criação de bibliotecas compõem repertórios e prescrevem práticas de leitura a partir da formação de acervos e busca entender a representação de democratização da leitura que o programa de expansão de bibliotecas públicas do Departamento Municipal de Cultura sustentava no período delimitado, bem como a representação que possuíam da formação de leitor. Esta pesquisa também busca entender como a Biblioteca Infantil se constituiu no espaço de materialização das práticas e dos rituais de leitura idealizadas pelo Departamento de Cultura, ao menos no tocante às representações de leitura para a infância e para a juventude.

Palavras-chave: Departamento Municipal de Cultura; bibliotecas públicas; leitura; Biblioteca Ambulante, Biblioteca Infantil.

ABSTRACT

The present work, of historical nature, analyzes the public politics libraries'creation of the Municipal Culture Department of São Paulo in 1935 -1938. In this period Mário de Andrade was in front of this Department and he instituted the public libraries expansion program in São Paulo city. The objective of the Culture Department was not only to increase the cultural goods generation, but do them get around, what explains the proposal of popular libraries creation that should work as a service in order to guide the people in your readings and like this, to contribute for the disclosure of the reading habit. Considering then, the importance of the public libraries in the reading democratization, this study tries to understand as the public politics of libraries creation they compose repertoires and prescribe reading practices from the collections' formation and it searches to understand the representation of reading democratization that the public libraries expansion program of the Municipal Culture Department sustained in the delimited period, as well as the representation that possessed of reader's formation. This research also search to understand as the Infantile Library it was constituted in the space of practices and the reading rituals idealized by the Culture Department, at least concerning the reading representations for the childhood and for the youth.

Key-words: Municipal Culture Department; public libraries; reading; Traveling Library, Infantile Library.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I	16
1.1 Os anos 1930 e a expansão da leitura no Brasil.....	16
1.2 A cidade de São Paulo e o Departamento Municipal de Cultura.....	21
1.3 O Departamento Municipal de Cultura e a criação de bibliotecas.....	35
1.4 A Biblioteca Pública Municipal e a Biblioteca Ambulante.....	41
CAPÍTULO II	59
2.1 A Biblioteca Infantil do Departamento Municipal de Cultura.....	59
2.2 As representações de leitura da Biblioteca Infantil.....	65
2.3 A organização da Biblioteca Infantil.....	69
2.4 A Biblioteca Infantil e a materialização das práticas e rituais de leitura.....	71
CAPÍTULO III	79
3.1 Divulgação das atividades de leitura da Biblioteca infantil.....	79
3.2 Perfil dos leitores.....	82
3.3 Impressões de leitura de pequenos leitores.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
FONTES	102
ANEXOS	106

INTRODUÇÃO

Após concluir o curso de Letras, em 1997, nas Faculdades Integradas de Ourinhos, comecei a lecionar na Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo e, desde então, tenho me envolvido com práticas de leitura e surgiu o interesse em desenvolver uma pesquisa que permita entender a importância das bibliotecas na formação do hábito de leitura. Esse tema também é bastante instigante para mim porque foi em uma biblioteca pública, a Biblioteca Municipal “Tristão de Athayde”, de Ourinhos, que passei grande parte da adolescência e esta instituição supriu a carência dos materiais de leitura na minha infância, além de possibilitar a descoberta das maravilhas do mundo da leitura por meio dos incontáveis livros que li.

No segundo semestre de 2005, ao ingressar no curso de mestrado do *Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, as possibilidades de realizar um estudo sobre este assunto tornaram-se mais nítidas e reavivaram o interesse por leitura e bibliotecas. O Programa mantém o projeto de pesquisa *A constituição da “forma escolar” no Brasil: produção, circulação e apropriação de modelos pedagógicos* e uma das suas frentes de pesquisa sobre as estratégias de produção e difusão do impresso de destinação pedagógica, enfatiza o papel dos intelectuais de marcada inserção institucional que desempenharam importante papel no processo de constituição do campo pedagógico e contempla pesquisas sobre a criação e a organização de bibliotecas públicas.

A possibilidade de pesquisa sobre bibliotecas públicas surge frente ao interesse da linha de pesquisa pela prática de agentes estrategicamente posicionados do ponto de vista de seu poder de influência no campo educacional como organizadores de coleções pedagógicas ou de bibliotecas escolares. Essa proposição permite uma ampliação do escopo do problema incluindo bibliotecas cujos projetos são concorrentes ou articulados às proposições da educação escolar, e por isso pode abranger um estudo sobre as políticas públicas de criação de bibliotecas do Departamento Municipal de Cultura (1935–1938), no período em que Mário de Andrade esteve à sua frente e instituiu o programa de expansão de bibliotecas públicas na cidade de São Paulo, considerando que estas deveriam ser especialmente orientadas para a criação do hábito “sadio de leitura”.

Assim, mediante a importância das bibliotecas públicas na democratização da leitura, este trabalho intenta compreender como as políticas públicas de criação de bibliotecas compõem repertórios e prescrevem práticas de leitura a partir da formação de acervos, e procura entender a representação de democratização da leitura que o programa de expansão de bibliotecas públicas do Departamento Municipal de Cultura sustentava no período delimitado, bem como a representação que possuíam da formação de leitor.

O conceito de representação, neste trabalho, é esclarecido por Chartier (1990) que propõe que o conceito seja tomado “num sentido mais particular e historicamente mais determinado” (p. 18) e que a relação de representação pode ser entendida como uma relação de “uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquela por este” (p. 21).

Chartier (1990), ao trabalhar com a noção de *representação coletiva*, esclarece que a história cultural do social pode ser pensada como a que toma por objeto a compreensão das “representações do mundo social – que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses (...) e descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (p. 19).

Os estudos que tratam da leitura, seus significados e práticas, enfatizam a necessidade de democratização e do acesso à leitura e as considerações de “que uma democracia cultural plena supõe que todos os cidadãos tenham acesso à leitura, isto é, supõe uma distribuição eqüitativa das condições de possibilidade de leitura” (Soares, 2004a, p.20) remetem ao entendimento de que as bibliotecas públicas desempenham importante papel na democratização da leitura e formação de leitores, em diferentes momentos e lugares em que se situe. Partem, em sua maioria, dessa representação social da leitura como índice e prática das sociedades civilizadas ou democráticas.

Este trabalho se insere nesta perspectiva para tentar entender o modo como se organizam políticas de formação do leitor e como as bibliotecas públicas podem ser organizadas para promover o acesso à leitura. Em se tratando das políticas de criação de bibliotecas do Departamento Municipal de Cultura, os discursos veiculados pretendiam se justificar e legitimar alegando que faziam uma “democratização da leitura” e por isso essa representação será preenchida com a própria noção desenvolvida nos discursos.

É importante apontar, ainda, que este estudo toma por referência as pesquisas sobre a história do livro e da leitura propagadas por Robert Darnton (1990) e considera as proposições de que a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, em espaços e em hábitos, como divulga Roger Chartier (1999).

A história da leitura, segundo Darnton (1990), é um dos ramos da história do livro, cujos primórdios remontam provavelmente o período da Renascença, se não antes. O seu fortalecimento deu-se no século XIX a partir de pesquisas realizadas na Inglaterra. Nos anos 1960, a nova corrente se desenvolveu na França, na *École Pratique des Hautes Études*. Os historiadores do livro incluíram o tema entre os assuntos pesquisados pela escola dos *Annales* e se empenharam de tal forma que em vinte anos, a história dos livros se tornou um campo de estudos bastante amplo (...) “incluindo a história das bibliotecas, das edições, do papel, dos tipos e da leitura” (Darnton, 1990, p. 111).

A leitura passa a ser vista como um objeto possível da história, em particular, da história cultural, e tanto a leitura quanto sua história suscitam o interesse de várias áreas do conhecimento, como lingüística, sociologia, história, antropologia e outras que consideram “a leitura um interessante instrumento para compreender como diferentes grupos sociais representam diferentemente o mundo, compartilham significados e lutam para construir o sentido da realidade que mais lhe convém” (Batista e Galvão, 2005, p. 12).

Chartier (1999) entende que a tarefa do historiador é a de

reconstruir as variações que diferenciam os ‘espaços legíveis’ – isto é, os textos nas suas formas discursivas e materiais – e as que governam as circunstâncias de sua ‘efetuação’ - ou seja, as leituras compreendidas como práticas concretas e como procedimentos de interpretação. (Chartier, 1999, p. 12).

Para o autor, a leitura não é somente uma operação abstrata de intelecção; ela é engajamento do corpo, inscrição num espaço, relação consigo e com os outros e destaca a importância da reconstrução das redes de práticas que organizam, histórica e socialmente, os modos diferenciados de acesso aos textos. E Chartier toma por referência a idéia de que “a leitura é uma prática criativa e inventiva (o sentido desejado pelo autor não se inscreve de maneira direta no leitor) resultante do encontro das maneiras de ler e dos protocolos de leitura inscritos no texto” (Abreu, 2003, p.11).

As condições sociais de acesso à leitura são explicitadas nas considerações feitas por Soares (1991) de que

em nossa cultura grafocêntrica, o acesso à leitura é considerado como intrinsecamente bom. Atribui-se à leitura um valor positivo absoluto; ela traria benefícios óbvios e indiscutíveis ao indivíduo e à sociedade _ forma de lazer e de prazer, de aquisição de conhecimentos e de enriquecimento cultural, de ampliação das condições de convívio social e de interações (Soares, 1991, p.19).

A leitura é compreendida por Zilberman e Silva (1991) “enquanto um processo historicamente determinado, que congrega e expressa os anseios da sociedade” (p.112) e, para Soares (1991), leitura não é um ato solitário, “é interação verbal entre indivíduos, e indivíduos socialmente determinados” (p. 18).

Os estudos de Chartier, A. M. e Hébrard, J. (1995), apresentados no livro *Os discursos sobre a leitura*, também são tomados neste trabalho e esclarecem que a leitura da biblioteca é “territorializada e limitada” e que os preceitos de “útil ao agradável”, ao permearem as atividades da biblioteca, a diferenciam da escola. Esses autores também ajudam a entender a representação de leitura veiculada pela Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura.

Quanto às bibliotecas municipais do Departamento de Cultura de São Paulo, a revisão bibliográfica deste estudo observou alguns trabalhos que se dedicaram ao assunto e que contribuíram para a presente pesquisa, como o de Negrão (1983), em que a autora analisa a Biblioteca Pública Municipal de São Paulo nos seus aspectos administrativos, técnicos e sociais, entre 1925 e 1951. Ela procurou esclarecer os fatos referentes à sua criação, legislação, serviços e utilização, buscando suprir, ao menos em relação à cidade de São Paulo, a falta de dados e estudos sobre bibliotecas públicas.

O trabalho de Costa (1997) traz a análise do acervo da Biblioteca Ambulante, criada em 1935, e a autora aponta que a utilização do carro como biblioteca engendra não somente uma representação de modernidade, mas uma linguagem na formação de leitores sujeitos de uma nova forma de sociabilidade na e da cidade.

Soares (2002) discutiu, de forma comparada, a construção de um espaço de produção e circulação de obras literárias para crianças na Argentina e no Brasil, entre 1915 e 1954. A sua análise privilegiou as perspectivas que orientaram o trabalho de autores de literatura infantil argentina e brasileira, bem como o de mediadores dedicados a promover e prescrever a leitura de determinadas obras, a

partir dos meios educacionais, bibliotecários e editoriais. Ela analisa as concepções que orientaram o trabalho da bibliotecária Lenyra Fraccaroli, da Biblioteca Infantil de São Paulo, como mediadora da literatura infantil nos anos correspondentes ao recorte temporal definido.

O presente trabalho busca entender a representação de leitura do Departamento de Cultura de São Paulo no período de 1935-1938 e pretende, assim, contribuir com a discussão sobre as bibliotecas municipais de São Paulo já desenvolvida nos trabalhos citados. Esse Departamento expande principalmente no período que esteve sob a direção de Mário de Andrade e a criação da Divisão de Bibliotecas suscita alguns questionamentos que norteiam o estudo ora proposto:

Como os programas de formação e expansão de bibliotecas públicas foram organizados pelo Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, em 1935-1938? Objetivavam “democratizar” a leitura? Que representação de democratização da leitura sustentava tal programa?

O que orientou a política de leitura pública implementada pelo Departamento Municipal de Cultura, neste período? De que representação de leitor partiram para organizar esse programa? Que representação da formação de leitor o sustentava?

Como eram prescritos os repertórios de leitura para compor o acervo das bibliotecas públicas?

Como era promovido o acesso à leitura nas bibliotecas públicas criadas pelo Departamento Municipal de Cultura? Que práticas pretendiam instaurar?

Seguindo estas questões norteadoras, este trabalho procura entender como as políticas públicas de criação de bibliotecas compõem repertórios¹ e promovem o acesso à leitura às camadas populares.

As peculiaridades de uma pesquisa de natureza histórica são inerentes a este trabalho, que procura estabelecer um equilíbrio entre a localização, a leitura e o emprego das fontes, considerando que a relação do historiador com as fontes “é a base sobre a qual se edifica a pesquisa historiográfica” (Ragazzini, 2001, p. 15).

E, para procurar compreender as políticas públicas de criação de bibliotecas no período mencionado, é necessário se debruçar sobre os Atos de criação e organização do Departamento de Cultura, documentos do Arquivo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato, que tratam da criação de bibliotecas

¹ Por repertório entende-se o conjunto das obras que compõem uma biblioteca e que são disponibilizadas ao público leitor, determinado pela representação que se tem deste público.

infanto-juvenis, como históricos das bibliotecas, recortes de jornais do período, registros e anotações da bibliotecária Lenyra Fraccaroli e suas propostas de organização das bibliotecas infantis, bem como proceder à análise de artigos da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo e da Revista da Biblioteca Mário de Andrade.

A Revista do Arquivo Municipal, criada em junho de 1934, teve como função divulgar o acervo documental e histórico do Arquivo Municipal. Passado o seu primeiro ano de existência a revista foi incorporada ao recém criado Departamento de Cultura e Recreação, como órgão oficial de divulgação das atividades culturais ali realizadas. Nas publicações da Revista é possível notar a visibilidade dada às ações empreendidas pelas Divisões do Departamento, como as pesquisas sociológicas, demográficas, musicais e, ainda, o programa da Divisão de Bibliotecas, a organização da Biblioteca Infantil e outros assuntos bibliotecários.

Documentos relevantes para a realização deste trabalho foram encontrados no Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato,² a maior parte deles reunidos por Lenyra Camargo Fraccaroli, que foi diretora desta instituição, entre 1936 e 1961. Em 1985 Lenyra doou seu acervo pessoal que reunia documentação relativa à sua experiência como diretora e trabalhos na área da biblioteconomia. A organização da documentação ainda é incipiente, mas existem algumas listagens feitas para auxiliar nas pesquisas.

Além das fontes mencionadas, a narrativa de Paulo Duarte (1985) em *Mário de Andrade por ele mesmo*, traz informações que ajudam a entender a formação do Departamento de Cultura. No entanto, é preciso observar que Paulo Duarte estava diretamente envolvido com o projeto do Departamento de Cultura, e seu relato deve ser tomado com cuidado, pois suas reminiscências estão envoltas em uma “aura” nostálgica.

No Arquivo Histórico Municipal Washington Luís (Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo) estão os documentos do Fundo do Departamento de Cultura, importantes para a compreensão desta repartição, mas limitados ao ano de 1935. A documentação referente aos anos de 1936 a 1938 foi transferida,

² Além do Acervo Memória que reúne os documentos de Lenyra C. Fraccaroli, a Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato abriga o Acervo Especial de Monteiro Lobato, com cerca de 4.500 itens referente à vida e obra do autor, é basicamente formado por doações da família do escritor. Livros (alguns em primeira edição), fotografias, mobiliário, objetos pessoais, correspondências, manuscritos e peças de seu mobiliário, compõem a coleção.

recentemente, do Arquivo Municipal de Processos para o Arquivo Histórico e encontra-se em processo de higienização, catalogação e informatização, juntamente com a de 1935. Certo é que, após a conclusão desse trabalho, esse conjunto documental permitirá ampliar as pesquisas sobre a organização do Departamento Municipal de Cultura, quando dirigido por Mário de Andrade.

O primeiro capítulo deste trabalho aborda a constituição de um movimento em prol da “leitura sadia”, organizado desde meados dos anos 1920, no âmbito do movimento educacional que apostava na reforma da escola para a reforma da cultura e da nação. Também trata, mesmo que sucintamente, das transformações ocorridas na cidade de São Paulo na década de 1930 e das reorganizações feitas pelo prefeito Fábio Prado, em 1935, na prefeitura dessa cidade, e fala ainda da criação do Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo e da organização da Divisão de Bibliotecas, bem como das propostas de democratização de leitura desse Departamento. Também são apresentadas considerações acerca da implantação da Biblioteca Municipal de São Paulo e do projeto da Biblioteca Ambulante. Tal capítulo pretende situar o projeto de democratização da leitura em pauta dentro das políticas da prefeitura no período em questão.

O segundo capítulo trata da criação da Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura, da sua organização e da composição do seu acervo, e busca entender as representações de leitura veiculadas por essa instituição. Esta parte do trabalho também procura mostrar como a Biblioteca Infantil se constituiu no espaço de materialização das práticas e dos rituais de leitura idealizadas pelo Departamento de Cultura, ao menos no tocante às representações de leitura para a infância e para a juventude. Procura entender, ainda, a relação existente entre a Biblioteca Infantil e a escola, e as atividades adotadas para atrair o leitor e incentivar a leitura.

O terceiro capítulo fala das estratégias de propaganda adotadas pela Biblioteca Infantil e das primeiras publicações feitas para divulgar as atividades desenvolvidas pela instituição. Trata também do perfil dos leitores e procura entender a ficha de leitura adotada pela Biblioteca e o que seu questionário pretendia formar nos consulentes. Pretende, portanto, entender as estratégias culturais adotadas pelos atores do projeto de democratização da leitura para fazer circular suas representações e prescrições de práticas adequadas à “leitura sadia”.

CAPÍTULO I

1.1 Os anos 1930 e a expansão da leitura no Brasil

Carvalho (2000) esclarece que depois de ter sido proclamada a República, os governantes do Estado de São Paulo investiram na organização de um sistema modelar de ensino, alçando a escola paulista a signo do progresso que a República instaurava. De acordo com a autora, nas duas primeiras décadas republicanas, o ensino paulista organizou-se como sistema modelar tanto na lógica que presidiu a institucionalização, como na força exemplar que passou a ter nas iniciativas de remodelação escolar de outros estados.

Na segunda década do século XX, como aborda Antunha (1976), entraram em cena fatores de caráter democrático como a campanha pela legitimidade do voto popular, encetada por Rui Barbosa, a campanha de Olavo Bilac em prol do serviço militar obrigatório e a criação da Liga Nacionalista. Estes movimentos tinham um inegável sentido de afirmação nacional e colocavam a educação no eixo de suas preocupações reformuladoras. “A afirmação nacional consistiria em elevar o nível da população e integrar a todos os habitantes do Estado na comunhão nacional” (Antunha, 1976, p. 40).

A alfabetização, segundo Carvalho (2000), aparece como “a questão nacional por excelência” e o imigrante, de quem os republicanos históricos haviam esperado o aprimoramento da raça brasileira, passa a ser visto como ameaça ao caráter nacional. Erradicar o analfabetismo era a única solução para o Brasil manter o controle de seus destinos, desenvolvendo a cultura de seus filhos e não ser absorvido pelo estrangeiro. Com o analfabetismo alçado à “questão nacional por excelência” e a priorização da extensão da escola às populações até então marginalizadas foi implantada em São Paulo a Reforma Sampaio Dória, em 1920. Convencido da eficácia do “método de intuição analítica”, Sampaio Dória aliava a essa fórmula os objetivos de moralização e vigorização da raça da Liga Nacionalista de São Paulo. “Promovendo essa aliança, sintetizava um programa que seria o

ponto de referência principal dos debates e das reformas educacionais ³ dos anos 20” (Carvalho, 2000, p. 230).

Dada a quase inexistência de um sistema organizado de educação pública no país, constituiu-se um amplo espaço para um movimento nacional em prol da educação e, neste âmbito, a Associação Brasileira de Educação ⁴ lançou-se à propaganda da “causa educacional”, pela realização de conferências nacionais, publicações de revistas e cursos de diversos tipos, como esclarecem Schwartzman, Bomeny e Costa (2000).

Carvalho (2002) informa que as referências à causa “cívico-educacional” aparecem na campanha educacional promovida pela ABE nos anos 20 e articulam imagens que compõem uma concepção de sociedade em que a amorfia atribuída às populações brasileiras dá a exata dimensão do que é sua contrapartida indissociável: o papel atribuído a “elites” na direção política dos processos de transformação social. “Este papel diretor impregna as propostas de organização do sistema escolar defendidas como “teses” nas Conferências Nacionais e nos inquéritos que a ABE promoveu” (Carvalho, 2002, p. 16).

Organizar a nação era a fórmula que condensava as expectativas de modernização e controle social depositadas na educação, designando um conjunto de dispositivos de distribuição, dinamização, disciplinarização e hierarquização das populações, para integração da população num “corpo social”, constituindo “a nação”, segundo Carvalho (2002).

O movimento da Escola Nova ⁵ estruturava-se ao redor de alguns temas e considerava que a educação deveria ser proporcionada para todos, e todos deveriam receber o mesmo tipo de educação.

³ É possível destacar as Reformas Lourenço Filho no Ceará, em 1923; Carneiro Leão no Distrito Federal, em 1926; Anísio Teixeira na Bahia, em 1925; Francisco Campos em Minas Gerais, em 1927/28 e Carneiro Leão em Pernambuco, em 1928. (cf. Nagle, 2001).

⁴ “A Associação Brasileira de Educação foi fundada no Rio de Janeiro, em outubro de 1924, por um grupo de intelectuais cariocas reunidos por Heitor Lyra da Silva. A ABE tinha os objetivos pedagógicos de promover no Brasil a difusão e o aperfeiçoamento da educação em todos os ramos e cooperar em todas as iniciativas inerentes a este objetivo”. (Carvalho, 1988, p. 54). “A ABE foi, nos anos 20, a principal instância de articulação do chamado movimento de renovação educacional no Brasil. Nela se congregaram, numa mesma campanha pela ‘causa cívico-educacional’, grupos de educadores que iriam se antagonizar mais tarde, após a Revolução de 1930, quando, numa conjuntura de crescimento do aparato estatal e de disputa por hegemonia política, a luta pelo controle do aparelho escolar tornou-se, para os referidos grupos, central”. (Carvalho, 2002, p. 13).

⁵ O movimento pela *educação nova* incorporava, além desses grandes objetivos e princípios, de forma nem sempre sistemática, uma série de princípios pedagógicos que se afastavam da transmissão autoritária e repetitiva de conhecimentos e ensinamentos, e procurava se aproximar dos processos mais criativos e menos rígidos de aprendizagem. “Finalmente, havia uma preocupação em

Ela criaria, assim, uma igualdade básica de oportunidades, a partir da qual floresciam as diferenças baseadas nas qualidades pessoais de cada um. (...) Sua grande função era, em última análise, formar o cidadão livre e consciente que pudesse incorporar-se, sem a tutela de corporações de ofícios ou organizações sectárias de qualquer tipo, ao grande Estado Nacional em que o Brasil estava se formando. (Schwartzman, Bomeny e Costa, 2000, p. 70).

De acordo com Soares (2002), ao longo dos anos 1910 e 1920, na medida em que proliferavam, sobretudo entre os novos setores médios urbanos, as manifestações de insatisfação com a ordem oligárquica, os problemas da alfabetização e da leitura ganhavam centralidade nos debates públicos e o tema do analfabetismo foi se colocando como questão premente dos projetos de modernização da sociedade brasileira.

Toledo (2001), em seus estudos, aponta que as revistas especializadas em educação,⁶ desde meados dos anos vinte, vinham clamando pela necessidade da organização de bibliotecas para as escolas e para as cidades (em forma de bibliotecas ambulantes ou estabelecidas em bairros populosos) e, especificamente para a formação de professores.

Essas revistas, muitas vezes publicadas por iniciativa das próprias diretorias de Instrução Pública dos Estados, anunciavam a necessidade de construção dessas redes de bibliotecas e implementavam as políticas de compra de livros para dar solução à falta de leitura no Brasil, ou ainda, nova direção às más leituras de novos leitores, com pouca experiência. (Toledo, 2006, p. 339).

Esse movimento em prol da “leitura sadia”, de acordo com Toledo (2001), organizava-se no âmbito do movimento educacional que apostava na reforma da escola para a realização da reforma da cultura e da nação. Esses intelectuais

não isolar a educação da vida comunitária, fazendo com que seu aspecto ‘público’ não significasse, necessariamente, sua vinculação e dependência em relação a uma burocracia complexa e distante” (Schwartzman, Bomeny e Costa, 2000, p. 70).

⁶ Catani & Bastos (2002) esclarecem que “revistas especializadas em educação constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional, pois fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico, o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional” (p.7). As autoras consideram que, além disso, “acompanhar o aparecimento e o ciclo de vida da imprensa periódica educacional permite conhecer as lutas por legitimidade que se travam dentro do campo e também analisar a participação de agentes produtores do periódico na organização do sistema de ensino e na elaboração dos discursos que visam a instaurar práticas exemplares” (Catani & Bastos, 2002, p. 7). Na obra “Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação”, Maria Helena Camara Bastos apresenta um breve histórico da imprensa pedagógica no Brasil com a intenção de constituir um *repertório*, um instrumento de trabalho para todos os historiadores que se interessam pelo estudo dos sistemas educativos e pela reconstituição de uma face do discurso pedagógico brasileiro. O período abarcado tem por limites a criação da Imprensa Régia no Brasil, em 1808, e a publicação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/INEP, em 11 de julho de 1944. (cf. Catani & Bastos, 2002, p. 174).

entendiam que extensão da escolarização a população promoveria a formação do cidadão honesto e operoso, consciente de seus deveres. A generalização desse tipo de educação só poderia se realizar, conforme entendiam os promotores desse movimento, através da escola. Instrumento esse que, aliado à imprensa, promoveria a transformação do país garantindo sua entrada na modernidade.

A eficácia da escola, por sua vez, só seria garantida por professores bem formados e conscientes de sua função. Essa formação estaria marcada por dupla base: de um lado, as técnicas mais modernas de ensino-aprendizagem, calcadas nos novos conhecimentos científicos, desenvolvidos pela psicologia, sociologia e pedagogia; do outro, na sólida formação moral e cívica que forneceria direção à prática escolar. (Toledo, 2006, p. 339).

Nesse período, o aumento significativo de coleções voltadas para a formação do professor indica a importância que este instrumento adquire na luta de transformação da escola e

a expansão dos negócios do livro, a partir da segunda metade da década de 20, organiza-se em torno das representações articuladas à necessidade política premente de civilizar a sociedade brasileira e, neste processo de civilização, o livro é alçado a um de seus instrumentos. Como a escola, o livro é edificado como um dos instrumentos cívico dos que lutam pelo Brasil (Toledo, 2001, p. 49).

Na campanha pela “leitura sadia” e “extensão da escolarização”, segundo Toledo (2006), as revistas especializadas chamavam os professores a se dedicarem à sua própria formação para a renovação das práticas escolares.

As seções de “bibliografia”, em que educadores comentavam, recomendavam ou criticavam livros de educação, ganham espaço estratégico na campanha. Nelas buscava-se constituir bibliotecas escolhidas para uma formação suficiente do professorado. Os jornais de grande circulação também incluíam, entre suas críticas literárias, os títulos voltados para a educação e a pedagogia. Instala-se, desde meados dos anos 20, todo um movimento em torno da problemática da leitura, da produção de livros e da constituição de uma nova cultura pedagógica articulada sobre a produção editorial. (Toledo, 2006, p. 339).

Soares (2002) também esclarece que o Brasil das primeiras décadas do século XX passava por transformações que contribuíram para o florescimento do mercado editorial e, nos anos 1930, tanto ocorre a expansão de coleções pedagógicas e a ampliação do mercado de livros voltados para a formação do professorado, como torna-se notável a necessidade de organização de bibliotecas públicas. As bibliotecas assumem referida importância no âmbito dos movimentos de reforma educacional deste período, quando os educadores se envolveram com o

tema das bibliotecas escolares, ⁷ sendo estas concebidas como instituições educacionais complementares à escola e que poderiam orientar o uso do tempo livre das crianças.

A leitura adquire relevância na Escola Nova e Soares (2002) aponta que em cursos de formação de professores, como o do Instituto de Educação, no Rio de Janeiro, dirigido por Lourenço Filho entre 1932 e 1937, o currículo passava a contemplar as práticas de leitura na escola. Em 1932, a Biblioteca Central de Educação recém criada por Anísio Teixeira, Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal entre 1931 e 1935, passou a comprar obras exclusivamente destinadas a crianças.

Consideradas por Francisco Venâncio Filho, um dos fundadores e destacado membro da Associação Brasileira de Educação (ABE), como “índice expressivo” de um povo, as bibliotecas desempenhavam papel fundamental numa concepção segundo a qual à escola não cabia apenas “instruir”. Esperava-se que concorressem, agindo para a formação de “homens novos” e de um país moderno (*apud*. Soares, 2002, p. 50).

A questão da leitura infantil também se destacou nas tarefas lideradas por Armanda Álvaro Alberto ⁸ na Seção de Cooperação da Família da ABE. “Ela liderou a discussão, implantação e divulgação dos Círculos de Pais e Professores nas escolas públicas e privadas. Além disso, coordenou a produção e a difusão de uma série de recomendações e prescrições sobre o lazer e, em particular, a leitura infantil” (Mignot, 2002, p. 205).

De acordo com Mignot (2002) as publicações da Revista de Educação, da Diretoria de Ensino de São Paulo, também expressavam o crescente interesse pelo

⁷ Gomes (1983), ao estudar as bibliotecas instaladas no Brasil durante a Primeira República, informa que foram criadas 262 bibliotecas escolares no país, nesse período (p.60).

⁸ Signatária do Manifesto dos Pioneiros, sócia-fundadora da ABE e fundadora da Escola Regional do Meriti, em Duque de Caxias (RJ), em 1921. Integrou a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo e dirigiu, a partir de 1928, a publicação da *Biblioteca para crianças e adolescentes*, pela Seção de Cooperação da Família da ABE, elaborada a partir de inquéritos realizados entre 1926 e 1930. Publicou textos nos quais se verifica que a leitura foi um tema pelo qual se interessou e se especializou: “1º Inquérito sobre leitura infantil nas escolas públicas e particulares do Distrito Federal”, em 1928; “Biblioteca para Crianças e Adolescentes” e “2º Inquérito sobre leituras infantis nas escolas públicas e particulares do Distrito Federal”, em 1930, sendo este último em colaboração com Edgar Sússekind de Mendonça; “Biblioteca Pública Infantil”, em 1932; “O livro como fator de educação”, “Livros, jornais e revistas”, em 1933; “Leitura para adultos (o problema da biblioteca popular)”; “Ainda a literatura infantil”, em 1934 e “Era uma vez... Leituras infantis”, em 1948. (MIGNOT, 2002, p. 94).

tema da leitura em seus artigos sobre linguagem, ensino da leitura, utilização de livros didáticos e bibliotecas escolares.

Os livros, os bons livros, assumiam um papel central, como alternativa aos efeitos nefastos que poderiam advir do contato com outros meios educativos. Esta compreensão derivava do entendimento que a educação não se limitava à escola. Eram antídotos contra o rádio, o cinema e as revistas em quadrinhos. Campanhas educativas desenvolvidas junto aos pais e professores pela Seção de Cooperação da Família desde 1925, alertavam sobre a necessidade de orientar o lazer infantil em casa, na escola, na cidade. (Mignot, 2002, p. 213).

Soares (2002) esclarece que na sala de aula, o livro deixava de ser o centro da atividade pedagógica, instância máxima de autoridade, para servir como instrumento de trabalho, pesquisa e atividade, como base para o exercício da crítica, como fonte de prazer, experiência e aventura intelectual. “A leitura se destacava como meio de acesso à informação e, ao mesmo tempo, elemento formador da mente infantil” (Soares, 2002, p. 49). Ao adotar novas perspectivas pedagógicas, a escola prescrevia uma representação de leitura e tomava o livro como material de consulta.

Na perspectiva de Armanda Álvaro Alberto, “as bibliotecas deviam estar a serviço da educação, da cultura, da cidadania, privilegiando, sobretudo, a difusão da leitura” e a democratização do acesso a um repertório diversificado de livros deveria acontecer por meio das “bibliotecas sem muros”, públicas, circulantes, infantis e escolares (Mignot, 2002, p. 222).

1.2 A cidade de São Paulo e O Departamento Municipal de Cultura

Em plena década de 1930, a cidade de São Paulo tinha características bastante peculiares e, de acordo com Raffaini (2001), ao mesmo tempo que já possuía as últimas invenções tecnológicas, como automóveis, bondes e telefones, continuava sendo provinciana, com cenas como o estouro de boiadas nas ruas centrais da cidade. Este período agrega a convivência entre o novo e o passado, entre bondes lotados, característicos de uma metrópole em crescimento acelerado e bois retardando o trânsito como uma pacata cidade de interior.

Era a coexistência da diversidade temporal no mesmo ambiente; o moderno convivendo com o antigo, mesmo que nem sempre tão pacificamente.

Essa mistura de temporalidades foi um dos ingredientes primordiais na formação de São Paulo que, aliada ao crescimento vertiginoso e à ausência de um aparato urbano que suprisse as necessidades básicas da maioria dos habitantes, fez da cidade, na década de 1930, um cenário tão caótico quanto inédito. “Na capital em transformação constante, os primeiros arranha-céus (...) conviviam com várzeas onde chacareiros plantavam hortaliças, e quarteirões antigos eram demolidos para serem substituídos por grandes e modernos edifícios” (Raffaini, 2001, p. 30).

Esse meio urbano foi resultado de um processo que começou no fim do século XIX e fez com que a cidade, desde as primeiras décadas do século XX, passasse por um processo de metropolização até então desconhecido. “A cidade que em 1910 tinha 375.000 habitantes passará a ter 579.033 habitantes em 1920, e a 1.060.120 habitantes em 1934, sendo que destes últimos 289.248 habitantes eram de origem estrangeira” (Queiroz *apud* Raffaini, 2001, p. 30). Esse processo de crescimento populacional, baseado na imigração e na migração, conjuntamente com o crescimento industrial levou a cidade a tomar as feições de uma grande metrópole, onde predominava a diversidade.

É importante lembrar também que a Revolução de 30 mudou o panorama político do país e retirou o poder das mãos dos cafeicultores, que não mais conseguiram recuperá-lo em intensidade igual à da Primeira República.

Mas o crescimento econômico do Estado de São Paulo e de sua Capital continuou, impulsionado pela função industrial que a partir de então se torna dominante, imprimindo à Cidade a característica pela qual se tornaria mais facilmente reconhecível. Seria ela a grande beneficiária da industrialização, que se acelera após a ascensão de Getúlio Vargas. (Queiroz, 2004, p. 40).

Inicialmente, porém, a ascensão dos vitoriosos de 30 ao poder provocou a desorganização do poder público na capital de São Paulo, lembrando o quadro dos primeiros anos republicanos. Basta pensar que, entre outubro de 1930 e setembro de 1934, a cidade contou com nada menos que dez prefeitos. “As câmaras legislativas foram extintas e em 1933, quando Arthur Sabóia ocupava transitoriamente a Prefeitura, criou-se um Departamento Estadual centralizado, encarregado de controlar a vida dos municípios” (Queiroz, 2004, p. 45).

Fábio da Silva Prado assumiu a governança da cidade em 1934 e sua gestão se caracterizou pelas profundas intervenções urbanísticas e administrativas que realizou. A reorganização dos serviços municipais é considerada uma das grandes realizações do governo Fábio Prado e Sampaio (1999) explica que “colocando a

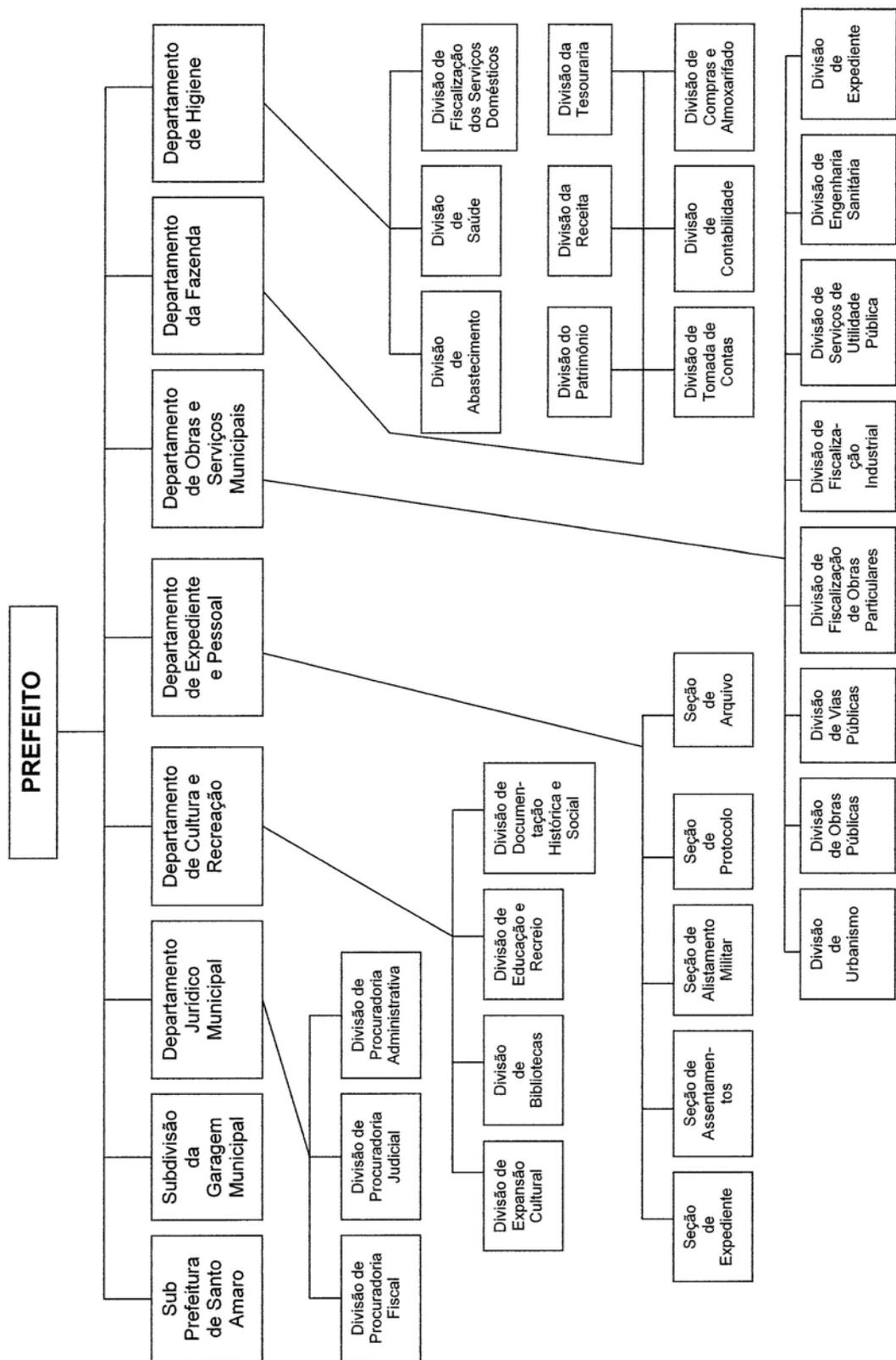
disposição da grande metrópole em formação um serviço público moderno, eficiente e organizado, o prefeito tentava adaptar os serviços administrativos às novas necessidades da cidade” (p. 44).

Através dos “Atos de 1935”, reformulou e rearticulou os vários setores da máquina burocrática, modificando completamente a estrutura do Executivo: eliminou superposições de funções e o excesso de diretorias ligadas ao Gabinete, racionalizou a distribuição de competências.

O Ato nº 768,⁹ de 10 de janeiro de 1935, reorganizou as repartições da Prefeitura, e os Departamentos de Expediente e Pessoal, de Obras e Viação, de Cultura, de Higiene, da Fazenda e Jurídico, passaram a ser diretamente subordinados ao Prefeito, como mostra o organograma¹⁰ a seguir:

⁹ Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. 9, fevereiro de 1935, p. 160.

¹⁰ Para elaboração do organograma foram consultados, além do Ato nº 768, os Atos: nº 774, de 16/01/1935; nº 805, de 25/02/1935; nº 830, de 30/03/1935; nº 834, de 04/04/1935; nº 861, de 30/05/1935; nº 904, de 15/08/1935 e nº 984, de 27/12/1935.



Conforme apresenta o organograma, o Departamento Jurídico Municipal e o Departamento de Higiene contavam com três divisões; O Departamento de Cultura tinha quatro divisões e era menor que os Departamentos de Expediente e Pessoal, da Fazenda e de Obras e Serviços Municipais, que possuíam, respectivamente, cinco, seis e oito divisões.

O organograma mostra que a Prefeitura não tinha Secretaria ou Departamento de Educação. O que havia era a Divisão de Educação e Recreios, pertencente ao Departamento de Cultura. Essa Divisão cuidava dos serviços dos Parques Infantis, que tinham o objetivo de dar assistência às crianças e jovens através do atendimento “não formal”, nessas instituições extra-escolares. As atividades desenvolvidas eram: educação física, jogos, música, trabalhos manuais, assistência médica e dentária, entre outras.¹¹ É importante notar que as escolas não estavam a cargo desse Departamento. Isso permite se levantar a hipótese de que, provavelmente, houve uma repartição de domínios sobre a educação na cidade de São Paulo: enquanto o estado se responsabilizava, predominantemente, pelo aparelho escolar, o município parece ter se responsabilizado pelo aparelho extra-escolar ou para-escolar. Neste sentido, tanto os parques infantis quanto as bibliotecas ganham em dimensão e importância nas políticas educativas da cidade.¹²

Quando Fábio Prado assumiu a Prefeitura, conforme esclarece Sampaio (1999), a Universidade de São Paulo, fundada por Armando de Salles Oliveira (1934), e a nova Escola de Sociologia e Política (1933) “mantinham na cidade um clima de euforia cultural” (p. 52). E Rubens Borba de Moraes, ao recordar o período em que o Departamento de Cultura foi dirigido por Mário de Andrade, considera que “havia naquela época em São Paulo, um interesse enorme por cultura, por causa da fundação da Universidade, por causa da fundação da Escola de Sociologia e Política, e ainda repercussões do movimento de 22” (Moraes, 1984, p. 12).

Para Barbato Jr (2004), a criação destas instituições e de alguns departamentos se destaca na década de 30, que foi marcada por um clima de inovação institucional sem precedentes na história da República. Com o crescimento industrial, um novo desenho urbano e as perspectivas de renovação da vida social, a

¹¹ Cronologia da História da Educação Infantil no Município de São Paulo. (Memória Técnica Documental – Memória do Ensino Municipal de São Paulo).

¹² Não me foi ainda possível encontrar no arquivo da Prefeitura de São Paulo informações sobre a existência e do número de escolas municipais neste período. Apesar dessas informações terem importância na exploração da hipótese apresentada, não houve tempo suficiente para um levantamento mais completo dos dados.

sociedade dava os primeiros passos rumo a construção de uma “nação civilizada” (Barbato Jr, 2004, p. 25). “A essa altura, crescera a importância de São Paulo no setor cultural” (Queiroz, 2004, p. 45).

A criação do Departamento de Cultura se deu nesta época de mudanças e Antônio Cândido, no prefácio da obra *Mário de Andrade por ele mesmo*, pondera que a história desta instituição abrange a tentativa consciente de levar a cultura para a maior parte da população; o que considera “arrancá-la dos grupos privilegiados para transformá-la em fator de humanização da maioria, através de instituições planejadas” (Cândido, 1985, p. XIV) e entende que Mário de Andrade e Paulo Duarte se esforçaram em “fazer da arte e do saber um bem comum” (p. XV).

Mário, até 1930, redigia para *O Estado de S. Paulo* crítica musical e um pouco de crítica literária. Paulo Duarte era redator não apenas deste jornal, mas também do *Diário Nacional*.¹³ Mendes (1994) informa que ele era filiado ao Partido Democrático¹⁴ e aderiu à Revolução de 30 e, vitorioso o movimento, integrou o governo provisório estadual. Depois participou das articulações que resultaram na Revolução Constitucionalista de 1932 e, derrotado, partiu para o exílio político em Portugal. Quando retornou, teve oportunidade de levar adiante a idéia de criação de “uma organização brasileira de estudos de coisas brasileiras e de sonhos brasileiros” (Duarte, 1985, p. 50).

Esta idéia germinou nas reuniões que aconteciam no apartamento de Paulo Duarte nos anos de 1926 a 1931. Entre os principais participantes desses encontros estavam alguns nomes que, mais tarde se firmaram como significativos da produção cultural de São Paulo: Sérgio Milliet, Antônio de Alcântara Machado, Rubens Borba de Moraes e outros, além de Mário de Andrade, conforme conta o próprio Paulo Duarte.

¹³ Órgão oficial do Partido Democrático, do qual Paulo Duarte foi redator-chefe.

¹⁴ O Partido Democrático foi fundado em 1926 e, segundo Prado (1986), que analisou sua trajetória, há muitas divergências dos estudiosos quanto à sua caracterização. O consenso nas análises é apontá-lo como uma *dissidência na oligarquia e certa insatisfação social generalizada*. O PD em pouco se diferenciava do PRP, seu opositor. A maioria dos líderes do partido provinha das classes proprietárias, tais quais os perrepistas, portanto, os interesses econômicos se entrelaçavam; além de utilizarem práticas coronelísticas. O partido era um lugar de oposição e o seu manifesto-programa “era, por opção, vago, amplo e indefinido. Dava possibilidade a que descontentes de todos os matizes se igualassem na condição de opositoristas aos procedimentos do partido do governo, que regia os destinos do país” (Prado, 1986, p. 12).

Os intelectuais tinham sonhos, mas faltava-lhes capital financeiro para realizá-los. Ao narrar essa história, Paulo Duarte mostra as expectativas do grupo quanto à realização de um empreendimento cultural:

Pois foi nesta sala, em torno da fria mesa de granito, que um de nós – quem poderá saber qual de nós? – falou na perpetuação daquela roda numa organização brasileira de estudos de coisas brasileiras. Mas cadê dinheiro? O nosso capital eram sonhos, mocidade e coragem. Havia quem conhecesse uns homens ricos de São Paulo. Mas homem rico não dá dinheiro para essas loucuras. Quando muito deixa para a Santa Casa. Caridade espiritual, jamais. Que testamento pinchou legado para uma universidade ou para uma biblioteca? A nossa gente ainda está no paleolítico da caridade física. À vista de tantos argumentos, ficou decidido que um dia seríamos governo. Só para fazer tudo aquilo com dinheiro do governo (Duarte, 1985, p. 50).

Ali estava a idéia do futuro Departamento Municipal de Cultura que seria colocada em prática na gestão de Fábio Prado. Em 1934, ano da posse do prefeito, Paulo Duarte foi convidado para colaborar com a nova administração e sugeriu que fosse criado um organismo de cultura, inspirado nos projetos do apartamento da Avenida São João.

Então Paulo e Mário redigiram as justificativas, objetivos e estrutura do Departamento (Duarte, 1985). Eles prepararam um anteprojeto no qual esboçava um sistema de parques infantis, restauração e publicação de documentos históricos, teatros, bibliotecas, discoteca, entre outros. Esse anteprojeto foi encaminhado a vários outros intelectuais da época para conhecimento e atualizações. Com as sugestões incorporadas, Mário de Andrade, Paulo Duarte e Paulo Barbosa de Campos redigiram o projeto final do Departamento de Cultura, que foi aprovado pelo prefeito, com o aval de Armando de Salles Oliveira.

Com o decreto do Ato nº 861,¹⁵ de 30 de maio de 1935, organizou-se o Departamento de Cultura e de Recreação de São Paulo, inicialmente com quatro divisões: Divisão de Expansão Cultural, Divisão de Bibliotecas, Divisão de Educação e Recreios e Divisão de Documentação Histórica. Mário de Andrade foi nomeado diretor do Departamento de Cultura pela Portaria Municipal nº 1.094¹⁶ e ficou encarregado também da Divisão de Expansão Cultural. O quadro abaixo mostra a organização do Departamento e os demais chefes de Divisão.

¹⁵ Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. 12, maio de 1935, p. 229.

¹⁶ Portaria Municipal nº 1094 – Nomeação em Comissão de Mário de Andrade para Diretor do Departamento de Cultura e Recreação – São Paulo, 31 de maio de 1935. Correspondência Burocrática - IEB/USP.

DIVISÃO	CHEFE DE DIVISÃO
I - Divisão de Expansão Cultural a) Seção de Teatros e Cinemas b) Seção de Rádio - Escola	Mário de Andrade
II- Divisão de Bibliotecas a) Seção Técnica b) Seção Administrativa	Eurico de Góes ¹⁷
III- Divisão de Educação e Recreios a) Seção de Parques Infantis b) Seção de Campos de Atletismo, Estádio e Piscinas c) Seção de Divertimentos Públicos	Nicanor Miranda
IV- Divisão de Documentação Histórica e Social a) Seção de Documentação Histórica b) Seção de Documentação Social	Sérgio Milliet

Fonte: Ato nº 862, ¹⁸ de 30 de maio de 1935.

De acordo com Barbato Jr (2004), esse Departamento inaugurou um novo proceder quanto às formas de conceber a questão cultural no Brasil, notadamente pela tentativa de elevação do nível cultural da população e pelo caráter democrático das medidas de ação cultural.

A elevação cultural do povo estava fundamentada numa relação que excedia os limites estabelecidos pelas instituições de ensino existentes e, ao promover a melhoria das condições culturais da população, o Departamento de Cultura pretendia “ensinar a viver” (Barbato Jr, 2004, p. 30).

Quanto ao que era tratado no Departamento de Cultura, Rubens Borba, em depoimento citado por Camargo (1999), diz que não pretendiam “tratar da educação, da instrução popular” (...). O que pretendiam era criar “um organismo que desse cultura ao povo, a cultura não se aprende nas escolas” (p. 179). E Moraes (1984)

¹⁷ Rubens Borba de Moraes foi chamado para chefiar a Divisão de Bibliotecas, mas este não assumiu imediatamente a chefia desta Divisão devido a razões administrativas. Com a incorporação da já existente Biblioteca Municipal à Divisão de Bibliotecas, esta passou a ser chefiada pelo antigo diretor da biblioteca. Era o senhor Eurico de Góes, literato baiano, radicado em São Paulo, que chefiava aquela biblioteca desde a data de sua criação e estava prestes a se aposentar. (Bandeira, 2007, p. 27).

Eurico de Góes aposentou-se em novembro de 1935 e Rubens Borba de Moraes assumiu a Direção da Divisão de Bibliotecas. (Negrão, 1979, p. 190).

¹⁸ Ato nº 862, de 30 de maio de 1935, providencia o provimento dos cargos de Departamento de Cultura e de Recreação. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. 12, maio de 1935, p. 241.

menciona que “naquela época (...) não existiam escolas municipais. O Estado detinha toda instrução pública, Municipal e Estadual” (p. 17).

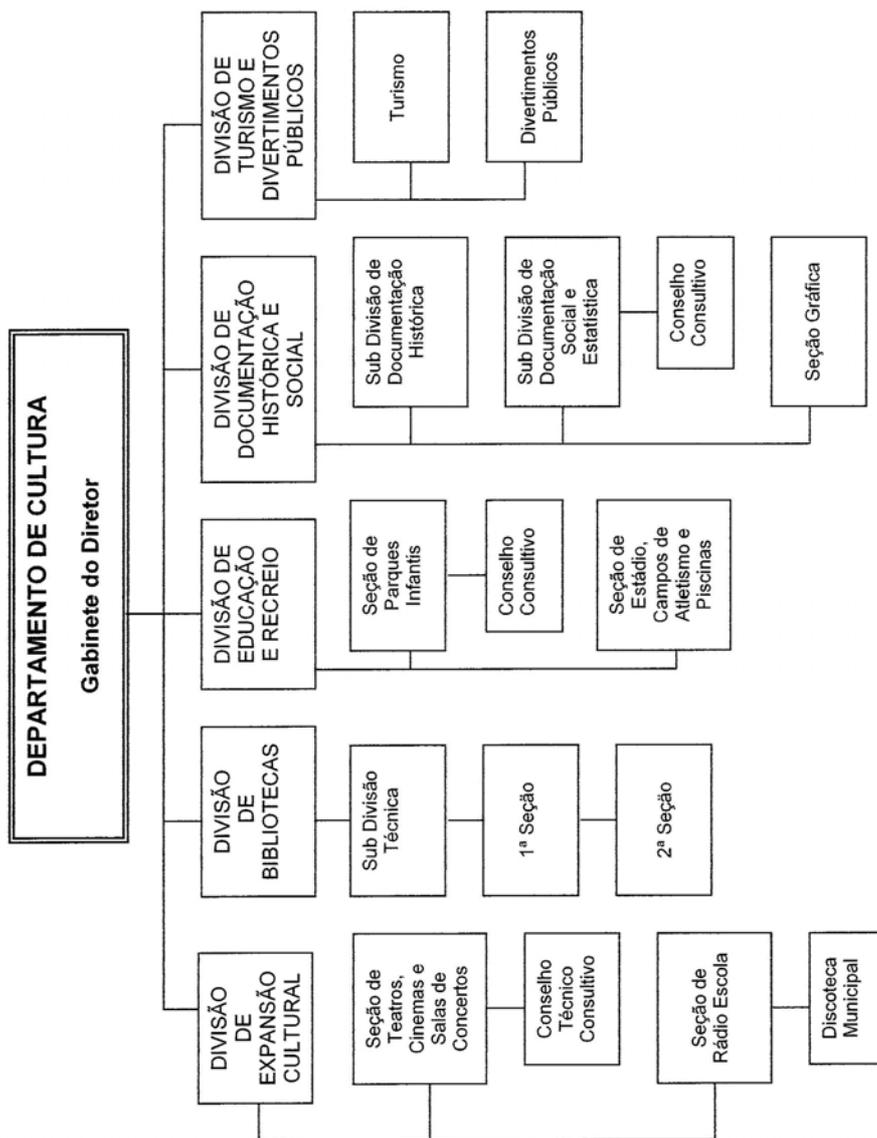
Neste ponto do trabalho, surge a dificuldade de ampliar a compreensão do que era tratado na educação e o que cabia ao Departamento de Cultura e Recreação, devido à ausência de estudos sobre o assunto. No que tange ao Departamento de Cultura, foi possível verificar as suas finalidades, instituídas pelo Ato 861, em seu Artigo 1º.¹⁹

- a) estimular e desenvolver todas as iniciativas destinadas a favorecer o movimento educacional, artístico e cultural;
- b) promover e organizar espetáculos de arte e cooperar em um conjunto sistemático de medidas, para o desenvolvimento da arte dramática e, em geral, da música, do canto, do teatro e do cinema;
- c) pôr ao alcance de todos, pelos serviços de uma estação rádio - difusora, palestras e cursos populares de organização literária ou científica, cursos de conferências universitárias, sessões literárias e artísticas, enfim, tudo o que possa contribuir para o aperfeiçoamento e extensão da cultura;
- d) criar e organizar bibliotecas públicas, de forma a contribuir eficazmente para a difusão da cultura em todas as camadas da população;
- e) organizar, instalar e dirigir parques infantis, campos de atletismo, piscinas e o estádio da Cidade de São Paulo, para certames esportivos nacionais ou internacionais;
- f) fiscalizar todas as instituições recreativas e os divertimentos públicos de caráter permanente ou transitório, que forem estabelecidos no Município;
- g) recolher, colecionar, restaurar e publicar documentos antigos, material e dados históricos e sociais, que facilitem as pesquisas e estudos sobre a história da cidade de São Paulo, suas instituições e organizações em todos os domínios da atividade.

E o Ato nº 1.146, de 4 de julho de 1936, reorganizou o Departamento de Cultura, constituindo-o conforme o organograma²⁰ a seguir:

¹⁹ Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. 12, maio de 1935, p. 241.

²⁰ Ato 1.146, consolida e modifica disposições referentes aos serviços, repartições e funcionários da Prefeitura de São Paulo e dá outras providências. *Publicação do Departamento de Cultura, Divisão de Documentação Histórica e Social, 1936.*



A implantação do Departamento Municipal de Cultura abriu então novo espaço de atividades no campo do acesso aos bens culturais, à preservação da memória e incentivo à criação na cidade de São Paulo. Mário de Andrade, em seu *Poema Despacho*, transforma o cotidiano em fazer literário e exprime com criatividade as propostas do Departamento de Cultura.

Poema Despacho

Solicitando informar

Tem algum piano de armário

Possível de ser emprestado?

Autorizado o dispêndio.

Pensa esta Diretoria

O Departamento de Cultura e Recreação

Deve ser um órgão jamais indiferente

A quaisquer manifestações de cultura.

Óperas conhecidíssimas

Em troco de quase nenhum proveito

Levam o dinheiro nacional

Para distâncias estrangeiras.

Ousa esta Diretoria ter a certeza

Si a Rádio-Escola não pode ser criada já

É de toda conveniência fundar-se

Imediatamente a Discoteca Pública.

Dona Oneyda Paoliello de Alvarenga

Tem se especializado em discoteconomia

Senhor Prefeito se digne

Autorizar.

A Casa de Cultura, no alto
Tem terraço com aparelhos ginásticos.
Mas deverá imaginar-se
Única fachada para a rua.

Biblioteca popular
Clube popular
Esse serviço será pra orientar rapazes
E pais de família.

Obrigar os proletários
Geralmente estrangeiros
A se familiarizarem com a
Língua nacional.

Criar uma biblioteca de bairro
Falada.
Será do nacionalismo mais são
Evitar obras em língua espanhola.

Em vez de esperar em casa pelo público,
Vai a Ambulante em busca do seu público
Onde estiver. Proporcionar leitura imediata
Dando ao farniente uma orientação cultural.

O devotamento ao serviço público
Não é mérito, é dever.
Proteger a grandeza intelectual e moral do
Brasileiro.

Alargar a e aprofundar
A educação totalizada
De sua gente.
Um cinema exclusivamente instrutivo.

O professor Lévi-Strauss prontificou-se
A realizar uma excursão ao Mato Grosso
Localizar, si é possível, algumas tribos desaparecidas
A tirar o filme etnográfico da viagem.

Você faça uma forcinha aí
Obras antigas, incunábulos,
Manuscritos musicais
Garanto a conservação perfeita.

Não fosse eu também colecionador!...
O anteprojeto da dicção cantada
Pra discussão no Congresso da
Língua Nacional Cantada.

Senhor Prefeito
Se digne conceder a verba
De dez contos de réis
Pagar os cachês dos artistas.

Os festejos carnavalescos
Afora uma ou outra
Rara manifestação
Positivamente não são de ordem cultural.

Tudo isso implica
Naturalmente
Numa enorme perda de
Tempo.

Os pregadores de anúncios nada poupam,
Nenhum monumento, nenhuma árvore.
Trata-se de fazer certas pesquisas
Em lugares vários do Município.

Promover um inquérito
Permanente entre a população escolar
Recolhendo as tradições
De costumes,

Superstições, adivinhas,
Parlendas,
Histórias, canções,
Jogos etc.

Inquéritos no meio social,
Sobre atividades e ocupações dominantes,
Número e aptidões dos desempregados,
E causas da desocupação.

Meios que assegurem
“Nova reclassificação”.
Pesquisas sobre padrões de vida
Especialmente da família
Operária.

Instalar e manter o
Museu da Cidade de
São Paulo, criado pelo art. 316 do
Ato 1.146.

Faz-se necessária maior
Autoridade e maior
Responsabilização dos chefes.
Esta Diretoria ousa supor

Os frutos que tem produzido
São do conhecimento de todos.
Cordiais saudações
Mário de Andrade.

O poeta indica que o Departamento de Cultura devia considerar quaisquer “manifestações de cultura” e argumenta sobre a criação de Discoteca Pública, Biblioteca Popular, Clube Popular, Museu e cinema instrutivo. Iniciativas destinadas a favorecer o *movimento educacional, artístico e cultural*, conforme as finalidades do Departamento e que visavam levar orientação cultural ao povo.

A proposta da Biblioteca Ambulante era ir “em busca do seu público/ onde estiver” para proporcionar leitura ao “farniente”; o que demonstra a preocupação com o disciplinamento do tempo livre. E proteger contra os estrangeirismos, como mostra o verso “proteger a grandeza intelectual e moral do brasileiro”, aparece como dever do serviço público.

De acordo com Nagle (2001), o nacionalismo - fenômeno de exaltação do homem e das coisas brasileiras - e seus ideais se multiplicaram nas direções mais variadas no decorrer da década de 1920. Dentre as diversas iniciativas em prol da nacionalidade estavam a disciplina, a ordem e o desenvolvimento do civismo. Havia, na época, uma preocupação com o “abrasileiramento” dos imigrantes e a valorização da língua pátria expressava um esforço de nacionalização e o combate à prosperidade da língua e dos costumes dos europeus. Esses problemas nacionais continuam postos na década seguinte e se acirram na medida em que há, com a Revolução de 1930, a reorganização administrativa e política do Estado, tanto em nível federal, quanto estadual e municipal.

No poema, o disciplinamento da leitura em defesa da nacionalidade é notável na estrofe “obrigar os proletários/ geralmente estrangeiros/ a se familiarizarem com a/ língua nacional”. E a atenção com a língua é expressa também em “criar uma biblioteca de bairro” e “evitar obras em língua espanhola”.

1.3 O Departamento Municipal de Cultura e a criação de bibliotecas

Dentre as finalidades do Departamento Municipal de Cultura, é notável a ênfase na organização de instituições voltadas para o desenvolvimento de cursos e

palestras favoráveis ao *aperfeiçoamento e extensão da cultura*, assim como a proposta de criação de bibliotecas públicas que deveriam ser organizadas de forma a *contribuir eficazmente para a difusão da cultura em todas as camadas da população*.

Para estruturar a parte relativa ao setor de bibliotecas foi chamado Rubens Borba de Moraes, guarda-livros da Recebedoria de Rendas, por sua qualificação e conhecimentos técnicos. Tendo sido criado na Europa, dedicou-se ao estudo da biblioteconomia e, quando veio para São Paulo, entregou-se a colecionar livros raros principalmente sobre o Brasil, tornando-se, “um estudioso com qualidades de bibliotecário como ainda não existia no país” (Duarte, 1985, p. 73).

Tão logo assumiu a Divisão de Bibliotecas, Rubens Borba elaborou um plano para o desenvolvimento bibliotecário em São Paulo, pois ele pretendia criar um Sistema Municipal de Bibliotecas. Seu programa consistia em “1) reorganização completa dos serviços técnicos; 2) adoção de esquema de expansão bibliotecária; 3) formação de pessoal habilitado e 4) cooperação com outros institutos” (Reipert, 1972, p. 22).

Gropp (1940) destaca como os principais pontos do plano traçado pela Divisão de Bibliotecas: a) construção de um moderno edifício para a Biblioteca Pública Municipal; b) a criação de uma Biblioteca Infantil, com instalações para cinema e mobiliário especial; c) a criação de bibliotecas ambulantes, em automóveis, com paradas regulares em praças da cidade; d) criação de bibliotecas de bairro; e) a fusão da Biblioteca Pública do Estado com a Biblioteca Pública Municipal; f) a criação de uma escola de biblioteconomia e g) legislação bibliotecária.

A biblioteca pode ser vista como um empreendimento que nunca enganou nem decepcionou os que souberam conduzi-lo bem e, para Naudé, “não há meio mais honesto e seguro para adquirir uma grande fama entre os povos, que construir belas e magníficas bibliotecas, para depois votá-las e consagrá-las ao uso público” (*apud*. Chartier, 2000, p.184).

A organização das bibliotecas teve início com o Artigo 33 do Ato nº 861,²¹ que dispõe sobre a Divisão de Bibliotecas, e é possível entender que se configuram as representações de leitura propostas pelo Departamento de Cultura. Este Artigo estabelece que a Biblioteca Municipal já existente e outras que fossem criadas

²¹ Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. 12, maio de 1935, p.234.

constituiriam uma Divisão do Departamento de Cultura e Recreação. Assim, a Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura tinha então a seu cargo os serviços da Biblioteca Pública Municipal, os da Biblioteca Infantil, os das Bibliotecas Circulantes, os das Bibliotecas Populares e os de outra que fundassem.

A biblioteca, de acordo com Jacob (2000), pode ser compreendida como uma instituição que dissimula uma concepção implícita de saber e da memória, bem como da função que lhes cabe na sociedade de seu tempo e como “um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido com o fermento dos saberes e motor dos conhecimentos, a serviço da coletividade” (p. 9).

A biblioteca deve ser organizada para receber o público leitor e o Artigo 34 do Ato nº 861 estabeleceu que a Biblioteca Municipal, que era dirigida pelo Chefe da Divisão de Bibliotecas, auxiliado por um 3º escriturário contabilista e dois 4º escriturários para os serviços de contabilidade, expediente e arquivo, teria os seus serviços distribuídos por duas seções.

A primeira seção cuidaria dos seguintes serviços: a) classificação, catalogação, fichamento e arquivo; b) consulta, referências, informações, bibliografia e traduções; c) revistas e jornais; d) biblioteca Infantil; e) brasileira e f) gravuras, documentos, manuscritos e mapas. À segunda seção ficaram destinados os seguintes serviços: a) expediente, limpeza, inspetores, zelador e porteiros; b) depósito, encadernação e conservação²².

A distribuição do pessoal da Biblioteca Municipal foi instituída no Artigo 35: a) para a 1ª Seção, além do respectivo chefe, seriam cinco encarregados especializados para os serviços constantes dos itens a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “f” do Art. 34, três escriturários e um arquivista; b) para a 2ª Seção, além do respectivo chefe, seriam dois encarregados, quatro escriturários e um arquivista.

O Artigo 36 deste Ato explicita que além desse pessoal, a Biblioteca teria um auxiliar, subordinado diretamente à chefia, quatro inspetores de sala, dois fiscais de consulta, um zelador, dois porteiros, nove contínuos, seis serventes, um mestre-encadernador, um dourador, um encadernador e um meio oficial.

As competências do chefe da Divisão de Bibliotecas foram instituídas no Artigo 37, sendo elas:

²² Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. 12, maio de 1935, p. 234 e 235.

- a) organizar, administrar e fiscalizar os serviços das Seções;
- b) organizar, no município da Capital, os serviços das Bibliotecas Públicas Populares e Infantis e de Biblioteca Circulantes;
- c) orientar e auxiliar os serviços de classificação, catalogação e conservação de livros e todos os demais serviços que interessem à organização e ao desenvolvimento das bibliotecas;
- d) procurar e manter correspondência e intercâmbio com bibliotecas nacionais e estrangeiras;
- e) superintender a preparação do fichário geral e do catálogo, cujas edições deveriam ser revistas quando necessário, acompanhando com exatidão o estado e o movimento das bibliotecas;
- f) organizar, anualmente, um pequeno curso de biblioteconomia;
- g) divulgar, quinzenalmente, os dados estatísticos, relativos ao movimento de consultas, informações sobre entradas de livros e assinaturas de revistas;
- h) adquirir, registrar, vender e permutar duplicatas, proceder a inventários e organizar estatísticas;
- i) tomar todas as medidas ao seu alcance e propor as que dependerem de autorização do Diretor do Departamento ou do Prefeito para tornar as Bibliotecas cada vez mais acessíveis e úteis ao público, que nelas deveria encontrar um ambiente favorável às consultas, às pesquisas e ao estudo.

A proposta de Mário de Andrade era atender as classes mais baixas da população, aquelas que, supostamente, não tinham possibilidades de acesso à cultura. Para atender a essa demanda instituiu-se como um serviço dentro da Divisão de Bibliotecas o atendimento às crianças, sendo criada a Biblioteca Infantil pelo Ato nº 861.²³ Esta poderia funcionar provisoriamente no edifício da Biblioteca Municipal e o Artigo 38 definiu suas funções:

1 - A Biblioteca Infantil seria instalada e organizada de maneira a constituir um centro de atração e de cultura infantil.

2 - A Biblioteca Infantil seria constituída de obras nacionais de literatura infantil e de traduções autorizadas de obras estrangeiras, histórias de figuras e revistas infantis, recreativas e educativas, de mapas, gravuras, selos e moedas.

²³ Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. 12, maio de 1935, p. 235.

3 - A Biblioteca Infantil organizaria diariamente, para ser lido, desde a hora de sua abertura, o Jornal das Crianças, feito de recortes de todos os jornais diários de notícias e informações e comentários que pudessem interessar às crianças.

4 - Seriam feitos, freqüentemente, inquéritos com o fim de verificar quais obras de literatura infantil eram preferidas pelas crianças, as impressões que deixavam e as influências que exerciam sobre o seu espírito.

5 -Seria organizado, anualmente, um concurso de livros infantis, estabelecendo prêmios em dinheiro aos concorrentes vencedores. A Comissão julgadora, nomeada pelo Diretor do Departamento, seria composta de quatro membros, sendo eles: o Diretor do Departamento, com voto de desempate, um educador e dois escritores.

Além da organização da Biblioteca Municipal e da criação da Biblioteca Infantil, Duarte (1985) informa que o plano das bibliotecas populares foi estudado e ficou decidida a localização para uma destas bibliotecas entre o Brás e a Mooca, e outra na Lapa. Nestas bibliotecas, que seriam articuladas com a Discoteca, a Rádio Escola e os serviços de Documentação Social, seria instalado “um serviço com o fim de orientar o povo em suas leituras, um serviço cultural destinado a promover cursos de vulgarização e conferências e a formar associações de caráter educativo” (Duarte, 1985, p. 75).

Para Mário de Andrade, conforme trata Barbato Jr (2004), uma política de leitura bem definida, expressava a possibilidade de refinamento cultural da população e o projeto das bibliotecas estava permeado de um forte sentimento nacionalista, centrado na língua brasileira.

“O entendimento da língua como elemento estruturador da unidade nacional moldaria o propósito das bibliotecas populares e ambulantes” e “os empreendimentos na área das bibliotecas podem ser vistos como o desenvolvimento de um projeto nacional-popular, expresso na democratização ao acesso da leitura e nas possibilidades sociais de conscientização popular afeitos à década de 30” (Barbato Jr, 2004, p. 175).

É importante lembrar também que o objetivo do Departamento Municipal de Cultura não era apenas incrementar a geração de bens culturais, mas fazê-los circular e Milanesi (1993) esclarece que “as bibliotecas tinham a função de

popularizar o patrimônio cultural” e “colaborar na organização da sociedade em seu segmento entendido como ‘popular’” (p.62).

Para Milanesi (1993) o interesse do Departamento de Cultura em criar bibliotecas populares destaca-se num período em que havia poucas bibliotecas públicas no Brasil, a maioria denominada Gabinetes de Leitura,²⁴ alguns instalados em prédios suntuosos, depósitos solenes e sagrados de livros preservados em móveis de madeira e vidro.

Quanto à existência de bibliotecas no país, Martins (1990) traz informações que ajudam a entender o estabelecimento destas instituições e informa que, no ano de 1876, em estatística para a Exposição Universal em Filadélfia, eram consideradas as primeiras dez bibliotecas do Brasil, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (120.000 volumes), o Gabinete Português do Rio de Janeiro (52.000 volumes), Fluminense (42.100 volumes), a Biblioteca da Marinha (24.200 volumes), Biblioteca Provincial da Bahia (20.000 volumes), a Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (17.300 volumes), a Biblioteca Municipal da Corte (14.500 volumes), a Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo (10.000 volumes), o Gabinete Português de Leitura de Pernambuco (9.500 volumes) e a Biblioteca do Museu Nacional (9.000 volumes).

Gomes (1983) também apresenta informações sobre bibliotecas e, ao estudar as que foram instaladas durante o período da Primeira República no Brasil, verificou que muitas delas “eram criadas pelo simples fato de que os órgãos governamentais deviam criar bibliotecas, mas, uma vez criadas, não havia empenho em sua instalação imediata” (p. 48), não lhes destinando prédio próprio e verbas suficientes para sua organização e manutenção. A autora cita

²⁴ Martins (1990) define Gabinetes de Leitura como “uma casa onde se podiam alugar livros, por vezes para leitura domiciliar, diferentes, portanto, das bibliotecas públicas, que propiciavam a consulta gratuita somente em suas dependências” (p. 21). A autora ressalta que essa instituição cultural, de origem européia, à parte o traço comum de casa de locação de livros, revestiu-se ainda de vários significados, segundo locais e épocas em que se desenvolveu. Em 1837, foi criado o Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, sendo uma das primeiras instituições culturais de iniciativa laica e caráter privado a instalar-se no Brasil. Na província de São Paulo, eles surgiram especialmente a partir da segunda metade do século XIX, no tempo das ferrovias, que “é o tempo dos Gabinetes de Leitura, que se instalavam algumas vezes antes, renunciando a chegada dos trilhos; ocasionalmente concomitante à inauguração da estação; com freqüência após a passagem do trem, que em seu rastro deixava uma nova cidade e uma constelação de Gabinetes de Leitura, confirmando seu trajeto nordestador do progresso”, como ocorreu nas cidades de Santos, Campinas, Rio Claro, Itu, Sorocaba, Jundiáí, entre outras (Martins, 1990, p.126).

os exemplos da biblioteca de Campos, criada por lei provincial de 1871, fundada em 1872 e que somente em 1889 recebeu a doação de 555 volumes, instalando-se em prédio adequado em 1930. A Biblioteca Pública do Ceará não teve condições de funcionar isoladamente, passando a pertencer à Biblioteca da Escola de Direito e, a Biblioteca Pública do Piauí, foi inaugurada em 1874, extinta em 1877, reaberta em 1883 e só criada oficialmente em 1910.

O levantamento desta autora indica ainda que, no período de 1890-1930, foram criadas mais bibliotecas escolares no país (262), considerando as demais que ela classifica em especializadas (89), populares (83), universitárias (35) e públicas (27). Segundo Gomes (1983), “as bibliotecas eram frutos do esforço isolado de elementos esparsos da sociedade” e, quando se fala em biblioteca escolar estadual na Primeira República, deve-se ter em mente que “essas bibliotecas não constituíam mérito do governo, mas de alguns professores (...) que lutavam para fazer vingar a idéia de biblioteca” (p. 53).

Já, em São Paulo, de acordo com as informações de Duarte (1985), havia duas bibliotecas públicas na época da criação do Departamento Municipal de Cultura, a Biblioteca do Estado, na Praça João Mendes e a Biblioteca Municipal, na Rua 7 de Abril. E estas instituições pouco avançavam além de uma coleção de livros e eram de organização antiquada, que não permitia dar os benefícios esperados de uma biblioteca moderna. Diante da existência de poucas bibliotecas públicas e da dificuldade de criação destas, as propostas do Departamento adquirem tom inovador e suscitam o interesse de alguns pesquisadores, originando estudos sobre o tema.

1.4 A Biblioteca Pública Municipal e a Biblioteca Ambulante

A pesquisa de Negrão (1983) apresenta a análise da Biblioteca Pública Municipal de São Paulo nos seus aspectos administrativos, técnicos e sociais, no período que vai de 1925 a 1951. Ela procurou esclarecer os fatos referentes à sua criação, legislação, serviços e utilização, buscando assim suprir, ao menos em relação à cidade de São Paulo, a falta de dados e estudo sobre bibliotecas públicas.

Seu trabalho abordou desde a criação da Biblioteca, em 1926: considerada sua fase inicial de 1926-1942, tratando de seus serviços e

desempenho em sua sede à Rua 7 de Abril e preparação para a instalação num prédio apropriado, construído especialmente para abrigá-la; outro momento é o período de 1942-1951: entendido como de consolidação de seus serviços no prédio novo, antes de iniciar sua expansão pelos bairros da cidade, o que ocorreu a partir de 1952.

Em relação à implantação da Biblioteca Municipal em São Paulo, Negrão (1983) verificou vários fatores considerados favoráveis tanto ao aparecimento como ao crescimento de bibliotecas, como a transformação de uma sociedade rural e agrária em sociedade industrial; a situação econômica próspera; a população em crescimento; a urbanização, fazendo da leitura uma necessidade para sobrevivência e ascensão social (escolher um ônibus, achar uma rua, procurar um emprego); a sistematização da Educação, com a criação de escolas em todos os graus, atingindo uma parcela maior da população; o aumento do mercado editorial e a disposição de políticos, ocupando cargos de direção nos órgãos governamentais, em dotar uma cidade de sua biblioteca pública.

A concepção apresentada por Negrão (1983), de leitura como uma necessidade para sobrevivência e ascensão social, pode ser entendida como letramento, no sentido atribuído por Soares (2004b), em que o indivíduo aprende a ler e a escrever e “envolve-se nas práticas sociais de leitura” (p. 18), como escolher um ônibus, procurar emprego ou outras atividades que exijam o domínio da leitura.

De acordo com a autora, o aumento de números de estudantes, decorrente da sistematização do ensino, acarretou uma maior necessidade de livros, com reflexos no mercado editorial e intensificou o uso de bibliotecas para estudo e pesquisa. Assim, em 1925, os vereadores aprovaram o projeto de franqueamento ao público da Biblioteca Municipal²⁵ para complementar os programas referentes ao ensino e ao combate ao analfabetismo e também para suprir uma demanda de livros, não preenchida pelas bibliotecas existentes.

Após aprovação para abertura ao público e autorização para mudá-la para lugar adequado, a Biblioteca Municipal foi instalada à Rua 7 de abril, no

²⁵ Em 1907 foi criada, na Secretaria Geral da Prefeitura, “uma biblioteca ligada à Seção de Instrução Pública, Estatística e Arquivo Municipal, para uso dos vereadores e de todas as repartições municipais”, e que iria se transformar na Biblioteca Municipal em 25/02/1925, data considerada como a de sua criação. (Negrão, 1979, p. 187).

centro da cidade, e teve início intensa atividade cultural nesta instituição. Para isso foram utilizadas as dependências do Teatro Municipal, na falta de auditório no prédio locado. Quinzenalmente eram publicados nos jornais locais, inclusive nos de língua estrangeira, o movimento de consulentes, a relação de obras e revistas novas recebidas, e de doadores. Assim, “é possível saber que em abril de 1932, 4.536 consulentes freqüentaram a Biblioteca Municipal e 3.112, a Estadual; as duas coexistiram até 1937” (Negrão, 1979, p. 190).

Negrão (1983) explica que Eurico de Góes, diretor da Biblioteca até 1935, enfrentava uma difícil tarefa para manter o equilíbrio entre as necessidades do público e o desenvolvimento de uma coleção bibliográfica que retratasse a cultura e o saber acumulado da humanidade com registros do conhecimento destinados a todo e qualquer tipo de leitor, do recém alfabetizado ao erudito.

Gropp (1940) ajuda a entender a composição do acervo da Biblioteca Pública Municipal, ao informar que, em 1938, a instituição contava com 67.277 volumes, mais uma coleção de 40.000, incorporada da Biblioteca Pública do Estado.²⁶ Além disso, tinha muitos mapas e cartas, manuscritos e peças iconográficas, jornais e revistas, no total de cerca de 80.000 unidades; códigos valiosos; uma coleção de aquarelas de arte decorativa em motivos tirados da vida brasileira, por Teodoro Braga, e outras obras de interesse especial para a bibliofilia e bibliografia.

Negrão (1983) verificou que a criação da Biblioteca Pública Municipal ocorreu numa época em que Monteiro Lobato já se estabelecera como um grande editor e que sua utilização acompanhou o crescimento do número de obras publicadas em São Paulo.

Quanto à organização de bibliotecas, Milanesi (1993) relata que, na época da criação do Departamento de Cultura, a concepção de bibliotecas reduzia-se à atividade mais elementar, como organizar livros em estantes e administrar empréstimos, e reforça a idéia de que era preciso modernizar a organização das bibliotecas para garanti-las como um serviço público efetivamente útil. Com a organização da Divisão de Bibliotecas e com a

²⁶ A Biblioteca Pública do Estado fundiu-se com a Biblioteca Pública Municipal de São Paulo pelo Decreto 2.839, Art. 5, de 5 de janeiro de 1937. (cf. RAM, vol. 68, julho de 1940, p.217).

possibilidade de ampliação dos serviços inerentes a ela era preciso estruturar a profissão e a carreira de bibliotecário.

Para garantir o seu sentido pleno, O Departamento Municipal de Cultura fez derivar de suas atividades a garantia de recursos humanos adequados. O trabalho cultural, em seus diversos segmentos, exigia pessoal capacitado. “Na concepção dos primeiros articuladores da Biblioteca Municipal, não poderia haver sucesso no empreendimento sem a formação de pessoal capaz de implantar serviços que, de fato, respondessem às exigências do meio” (Milanesi, 1993, p. 63).

A atuação de Rubens Borba de Moraes foi importante para o desenvolvimento da biblioteconomia em São Paulo e no Brasil e Bandeira (2007) conta que, além de se esforçar para cumprir o que era regimentalmente estabelecido, “dedicou-se especialmente a duas tarefas que considerava imprescindíveis e inadiáveis: a modernização e ampliação do acervo e estruturação dos processos técnicos” (p. 28).

Rubens Borba implantou serviços de tombamento, registro, classificação e catalogação. Promoveu também um extenso programa de aquisições, modernizando o acervo da Biblioteca Municipal.

Tratou igualmente de adquirir coleções de livros raros e preciosos de forma a enriquecer a seção de brasileira. Adquiriu não só livros raros vasculhados em livrarias, mas também coleções inteiras, como a de Félix Pacheco²⁷, por exemplo. Comprou também a coleção de Batista Pereira, genro de Rui Barbosa. Essa coleção possuía os manuscritos da campanha civilista de Rui Barbosa à presidência da República e uma ruiana considerada excelente. Adquiriu também milhares de volumes para leitura corrente, de estudo e lazer, mas, principalmente, dotou a Seção de Referência dos mais importantes manuais de consulta, levando-a a ser considerada, durante muitos anos, a melhor do Brasil. (Bandeira, 2007, p. 29).

Segundo Milanesi (1993), mesmo tendo formação européia, Rubens Borba de Moraes interessou-se pelas técnicas norte-americanas que tornavam o acesso ao livro mais eficiente. Faltavam cursos de aperfeiçoamento e

²⁷ “Félix Pacheco era um bibliófilo apaixonado pelas coisas do Brasil que juntara, ao longo dos anos, a que foi considerada a segunda melhor coleção de brasileira. A primeira estava na Biblioteca Nacional. Nela se incluíam livros, estampas e uma excelente coleção de manuscritos. Essa coleção serviu como base para preencher uma lacuna existente em São Paulo no que se referia a livros raros” (Bandeira, 2007, p. 29).

treinamento na área da biblioteconomia. O único curso existente,²⁸ até então, era o da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e a preocupação de Rubens Borba com a eficiência das bibliotecas, levou-o a sugerir à criação de um curso para a formação de bibliotecários em São Paulo.

Em agosto de 1936, a prefeitura paulistana criou o Curso de Biblioteconomia,²⁹ junto ao Departamento de Cultura. Curso este que pode ser considerado como “de emergência para a formação de bibliotecários, pois visava, primordialmente, treinar e habilitar os funcionários da Divisão de Bibliotecas para os serviços ali executados” (Bandeira, 2007, p. 39). Os professores eram Rubens Borba de Moraes e Adelpha Rodrigues de Figueiredo, bibliotecária do Mackenzie College. Ela tinha estudado nos Estados Unidos e “era a única bibliotecária formada do Brasil” (Moraes, 1984, p. 20). Passou também a chefiar a Seção de Catalogação e Classificação da Divisão de Bibliotecas, a convite de Rubens Borba.

O Curso de Biblioteconomia³⁰ extrapolou seus objetivos, pois criado para ser um curso, transformou-se numa escola e abriu suas portas à comunidade

²⁸ O ensino da biblioteconomia no Brasil surgiu no início do século XX. O primeiro curso foi instituído em 1911 e implementado a partir de 1915, pela Biblioteca Nacional, na gestão de Manuel Cícero Peregrino da Silva. Funcionou até 1922, quando foi extinto. Em 1931 foi reiniciado com alterações quanto ao período – sua duração passou de um para dois anos – e quanto ao conteúdo, com a substituição das matérias de iconografia e numismática pelas de história literária e cartografia. Era fortemente influenciado, em relação às técnicas de organização de bibliotecas, pela *École Nationale de Chartes*, que havia sido fundada na França em 1821, voltada para a formação de pessoal para atuar na preservação do patrimônio cultural francês (bibliotecas, arquivos, museus, monumentos, coleções arqueológicas, etc.). (cf. Bandeira, 207, p. 39).

Em São Paulo, surgiu um curso elementar de Biblioteconomia instalado no Mackenzie College em 1929, voltado para a preparação técnica dos funcionários da biblioteca da instituição. Esse curso era orientado por Dorothy M. Guedes Gropp, bibliotecária norte-americana que tinha como função auxiliar e orientar a organização da biblioteca, além de substituir temporariamente a diretora Adelpha Rodrigues de Figueiredo, que se ausentou para fazer um curso de Biblioteconomia nos Estados Unidos de 1930 a 1931. Disponível em:

(http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/destaque/historia_bibliotecario.pdf)

Acesso em 12/03/2008.

²⁹ A Escola de Biblioteconomia foi organizada e começou imediatamente a funcionar. A Sra. Figueiredo foi convidada para a cadeira técnica de catalogação e classificação e Rubens Borba de Moraes ficou com as cadeiras de História do Livro e Bibliografia. Em maio de 1937 havia 215 estudantes matriculados, dos quais 72 tinham já feito a cadeira de catalogação e classificação. Em maio de 1939 a Escola graduou 65 bibliotecários. (cf. Gropp, 1940, p. 218).

³⁰ O Curso de Biblioteconomia funcionou com o apoio do Departamento Municipal de Cultura, de 1936 a 1939. Quando Prestes Maia assumiu a prefeitura, em maio de 1939, o curso sofreu uma interrupção que quase o liquidou. Em março de 1940, o curso passou a funcionar, com os mesmos professores, em caráter particular, anexo à Escola Livre de Sociologia e Política, que na época funcionava apenas com seu curso de Sociologia, no prédio da Escola de Comércio Álvares Penteado (cf. Bandeira, 2007, p. 42). De 1943 a 1949, uma subvenção da Fundação

paulista e de outros estados. “Sua abrangência levou-o a ser considerado como a primeira escola regular de biblioteconomia no Brasil, e uma das primeiras da América Latina” (Bandeira, 2007, p. 40).

Gropp (1940) relata que em 1939, Rubens Borba de Moraes esteve nos Estados Unidos, auxiliado pela Fundação Rockefeller, para participar de cursos de curta duração oferecidos pela Associação de Bibliotecários Americanos aos diferentes diretores da América Latina, e Bandeira (2007) conta que ele “se especializou em biblioteconomia no curso de organização e administração de bibliotecas e posterior estágio, realizado em várias cidades norte-americanas, mas, principalmente, em Indianápolis” (p. 41).

Rubens Borba indicou Francisco José de Almeida de Azevedo, 1º bibliotecário da Biblioteca Municipal, para ir também aos Estados Unidos em viagem de estudos. Ele cursou algumas disciplinas como aluno especial na Louisiana State University e visitou várias bibliotecas. No artigo *Impressões de bibliotecas norte-americanas*, publicado na Revista do Arquivo Municipal, em outubro de 1941, ele relata a organização e o funcionamento das instituições que conheceu e conta que estudou “classificação e catalogação, administração de bibliotecas, obras de referência, bibliografia para fins comerciais e bibliografias nacionais e estrangeiras” (Azevedo, 1941, p. 295).

Ainda sobre a experiência adquirida nos Estados Unidos, Rubens Borba de Moraes publicou *A lição das bibliotecas americanas*, na Revista do Arquivo Municipal, em 1942. Em seu texto ele diz que “nada nos impede, em matéria de biblioteconomia, de nos aproveitarmos da experiência dos países mais adiantados e iniciarmos a fundação de bibliotecas com aparelhamento técnico (...) e baseadas nos princípios já experimentados” (Moraes, 1942, p. 206).

As novidades introduzidas, principalmente no campo da catalogação, permitem entender que ocorreram mudanças na incipiente Biblioteconomia no Brasil e Bandeira (2007) afirma que “a passagem de Rubens Borba pela Divisão de Bibliotecas foi de tal forma profícua que alterou, dali por diante, todo

Rockefeller possibilitou a ampliação do curso para dois anos, a criação de uma biblioteca especializada na área e a concessão de bolsas de estudo para alunos do interior do estado de São Paulo e do Brasil. Com o apoio da Associação dos Bibliotecários Americanos, o currículo foi modificado de forma a se equiparar ao programa das escolas norte-americanas de biblioteconomia. (<http://www.fespsp.com.br/bib.htm>) - acesso em 20/02/2008.

o entendimento do uso e do papel cultural desempenhado pelas bibliotecas” (p. 27).

Negrão (1983) considera, ainda, que a ação dos diretores da Biblioteca Pública Municipal e a profissionalização dos bibliotecários também favoreceram o desenvolvimento desta instituição. Segundo ela, Eurico de Góes, primeiro diretor da Biblioteca, apesar de ser erudito sem formação técnica, não deixou de contribuir para a evolução desta instituição. A sua visão, pela necessidade de um prédio próprio para um milhão de volumes, foi o primeiro passo para a concretização do que poderia parecer um plano irrealizável.

Para esta autora a presença de profissionais de formação técnica aprimorada nos cargos de direção da Biblioteca Municipal, após 1936, possibilitou a implantação de serviços adequados às necessidades da população, bem como a manutenção dos mesmos, em nível elevado.

Milanesi (1993) também reconhece a importância da formação de pessoal para trabalhar nas bibliotecas e entende que esta eficiência era necessária, pois só assim os livros poderiam ser dispostos de maneira que pudessem ser úteis e de forma mais livre: catálogos eficientes, o acesso facilitado, a possibilidade de todos poderem chegar aos textos.

É importante lembrar que a forma como é organizado o acesso aos livros ou aos catálogos, a iluminação, a disposição física do mobiliário das bibliotecas e sua arquitetura são elementos que influenciam o comportamento do leitor e predispõem, por exemplo, a posição de seu corpo. Belo (2002) expõe que “nas salas de leitura do século XV, (...) os livros se encontravam presos por cadeias de ferro a púlpitos e eram lidos em pé”, enquanto em uma biblioteca moderna do século XXI, “os catálogos estão informatizados e o leitor pode ir buscar as obras diretamente nas estantes e levá-las para o seu lugar” (p.59).

Além da atenção com a organização das bibliotecas e o acesso aos livros, havia também a preocupação com o horário de atendimento, que deveria contemplar o leitor que só poderia dispor da noite para visitar a Biblioteca.

Daí a grande Biblioteca Municipal e a proposta das ramais nos bairros mais populosos, destinando-se estas às pessoas que não dispunham de um acervo em casa e nem tempo durante o dia para utilizar-se da biblioteca pública. (Milanesi, 1993, p.63).

Negrão (1983) apontou também que Paulo Duarte, Mário de Andrade e Rubens Borba de Moraes, intelectuais que ascenderam ao poder na administração Fábio Prado e idealizadores da Biblioteca em condições modernas, trabalharam para estruturar a atividade cultural da cidade, incluindo no programa a disseminação do livro através da biblioteca e dos serviços como o carro biblioteca.

Quanto à Biblioteca Ambulante,³¹ também chamado de carro biblioteca, a pesquisa de Costa (1997) ajuda a entender esse projeto, desenvolvido no período de 1935-1938. Ela analisou o acervo dessa biblioteca e verificou sua articulação com uma “mentalidade racional” de trabalho, com a consolidação de uma língua nacional e de uma “mitologia de não violência”, que buscava naturalizar as relações sociais e silenciar as resistências ao processo “civilizatório” em curso na cidade. “A utilização do carro como biblioteca engendra não somente uma representação de modernidade, mas uma linguagem na formação de leitores sujeitos de uma nova forma de sociabilidade na e da cidade” (Costa, 1997, p. 4).

“Trazida em 1935, como uma ‘novidade sensacional’ a Biblioteca Ambulante parece ser a primeira experiência de utilização de um meio de transporte como equipamento educacional” (Costa, 1997, p. 13). Então, a autora retoma o modo como foi instituída esta prática e, ao observar o conjunto documental produzido pelo Departamento de Cultura, ela percebeu sua articulação com outras entidades e institutos do período, tais como o Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT e a Escola Livre de Sociologia e Política – ELSP, e compreendeu que este fazia parte de um projeto maior.

A pesquisadora procurou contextualizar a intensa reforma urbana na cidade de São Paulo no período de 1935-1938 e articular a implantação destas novas regras e uso do espaço urbano com sua temática de estudo. Ela deteve seu foco em duas dessas agências de pesquisa e intervenção, o Departamento de Cultura e a Escola Livre de Sociologia e Política. Após uma breve explanação da organização e funcionamento destas agências, buscou mostrar suas articulações e trabalhos conjuntos, principalmente na realização de

³¹ O Carro Biblioteca, nas publicações que versam sobre o assunto, ora é denominado Biblioteca Ambulante, ora Biblioteca Circulante. Neste trabalho, será usada apenas a expressão Biblioteca Ambulante para se referir ao Carro Biblioteca.

inquéritos sociais, zoneamento das regiões da cidade e racionalização administrativa.

Costa (1997) mostra que o lema “Conhecer para Governar” orientou todo um programa sistemático de soluções científicas, desenvolvendo uma nova gramática dos espaços na cidade. Através da implantação do Plano de Avenidas, cresceu cada vez mais a influência de uma política de hierarquização dos espaços urbanos. Então, ela procurou demonstrar que esta demarcação de territórios e definição de padrões de moradia, na realidade era a expressão do aprofundamento da divisão social do trabalho.

Procurando reorganizar a estrutura e as relações entre os homens e o mundo econômico ou da produção, grupos de empresários, políticos, intelectuais e educadores perceberam que esta tarefa extrapolava os limites da fábrica, afinal tratava-se de remodelar modos de viver. (Costa, 1997, p. 13).

Em seu estudo sobre o carro biblioteca, a autora abordou ainda a relação entre cultura impressa e a cidade; o desenvolvimento da produção e comércio de livros, a circulação da escrita nos cartazes, nos nomes das ruas e sua valorização no mercado de trabalho. Ela relacionou a criação da Biblioteca Ambulante com a imagem de cidade moderna que se queria construir. Discutiu a utilização do carro (símbolo de status no período) não somente como uma representação da modernidade, mas como uma linguagem que engendra novos gestos e hábitos.

Analizou então o acervo de livros do carro biblioteca, entendendo o mesmo como um lugar de memória, e pensou seu engajamento com o projeto pedagógico “civilizatório” em curso na cidade. Ela também destacou nos livros desse acervo duas características principais: uma visão organicista do social, o que orientava toda uma reforma político-urbana (divisão do trabalho) e uma “mitologia da não-violência” que buscava naturalizar as relações sociais e silenciar as resistências.

Compreendeu ainda a construção de “heróis nacionais”, a incorporação do leitor ao texto através do uso de coloquialismos como estratégia para o desenvolvimento de um imaginário de harmonia social. Afinal, para Costa (1997), “não se tratava somente da formação de leitores de livros, mas principalmente de leitores sujeitos de uma nova forma de sociabilidade na e da cidade que esse grupo de empresários e intelectuais buscava construir” (p.15).

Rubens Borba de Moraes, à frente da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura, desenvolveu uma política de criação de bibliotecas, sendo que as bibliotecas populares buscavam ampliar o raio de ação do Departamento de Cultura e,

mais do que um espaço de difusão da cultura letrada, as bibliotecas populares buscavam não somente produzir um público leitor, mas principalmente formar uma nova significação social da leitura. A palavra estava em discussão, e ela tinha que seguir as regulamentações do projeto em vigor: ser nacional e obediente às referências da nova ordem gramatical, social e política implantada. (Costa, 1997, p. 65).

A autora aponta então que o “hábito de ler” tinha seus limites definidos compondo um perfil determinado do leitor que se queria formar e dos livros que deviam circular e a Biblioteca Ambulante³² (ou carro biblioteca) foi uma forma política de disseminação das bibliotecas populares. Duarte (1985) narra que a Biblioteca Ambulante:

Instalada num caminhão, este estacionava, cada dia numa praça pública: Jardim da Luz, Praça da República, Largo da Concórdia, etc... Os livros cuidadosamente escolhidos pela sua qualidade de atrair e educar. O entusiasmo popular foi imenso. Tão grande que, quando Fábio Prado deixou a Prefeitura, havia, em adaptação, mais quatro veículos!... (Duarte, 1985, p. 75).

Costa (1997) considera que a criação da Biblioteca Ambulante, fazia parte da imagem moderna que se queria construir e de uma cidade, na visão de Mário de Andrade, em constante movimento, como expressam seus versos em *Macunaíma*: “Eram caminhões, bondes, autobondes, anúncios-luminosos, relógios, faróis, rádios, motocicletas, telefones, gorjetas, postes, chaminés... Eram máquinas e tudo na cidade era só máquina”.

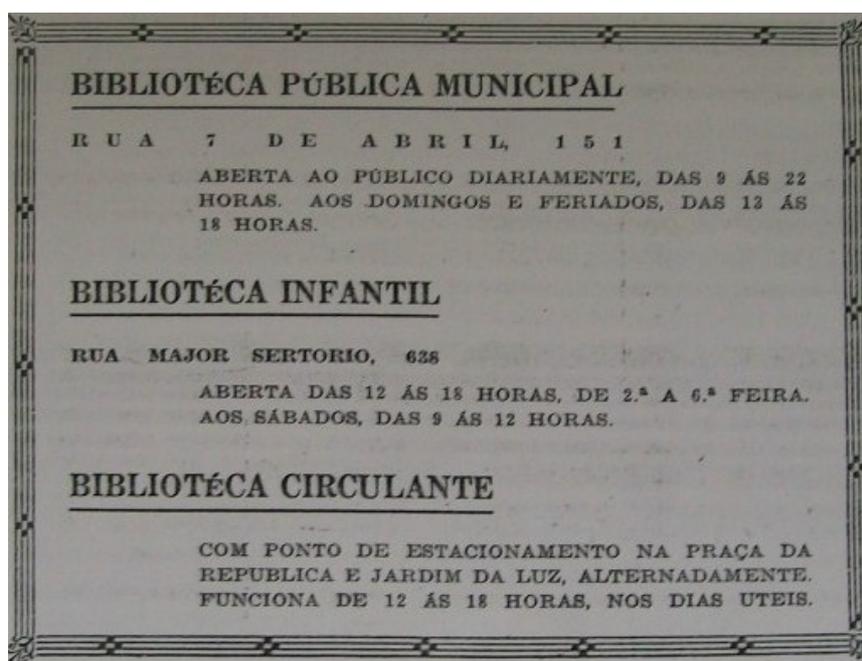
A autora destaca ainda a valorização que o automóvel tem nesta época como símbolo de “status” e requinte somente usados pelos mais abastados ou em ocasiões muito especiais e “o automóvel é visto não apenas como símbolo

³² O serviço da Biblioteca Ambulante foi interrompido em 1942, devido à necessidade de racionamento de combustível na 2ª Guerra Mundial. Em 1979, por meio de convênio com o Instituto Nacional do Livro, o serviço foi retomado com uma perua Kombi adaptada, com o objetivo de atender bairros desprovidos de recursos culturais, facilitando o acesso aos livros, procurando incentivar o interesse pela leitura, apoiando a ação educativa da escola e oferecendo oportunidades de enriquecimento cultural. Desde então, apesar de períodos de interrupção do serviço, os ônibus-biblioteca têm circulado pela cidade de São Paulo levando aos interessados um acervo formado por livros de literatura infantil, juvenil e de adulto, gibis e revistas. (<http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/cultura/bibliotecas/0011-> acesso em 28/11/2007).

da modernidade, mas como uma linguagem que engendra novos gestos e hábitos” (Costa, 1997, p 78).

O carro para a realização do Projeto de São Paulo, um caminhão com carroceria adaptada, foi doado pela Companhia Ford e “para a realização do atendimento foi nomeado Francisco Alves de Azevedo, que era ‘fiscal de consulta’ na Biblioteca Municipal” (Costa, 1997, p. 81).

Moraes (1984) conta que esse projeto “era uma propaganda da Biblioteca Municipal” e, segundo ele, “isso conscientizou a população que existia uma Biblioteca, onde se podia ler revistas, jornais e, tudo isso, sem pagar nada” (p. 15). A divulgação dos horários de atendimento da Biblioteca Ambulante ³³ e das demais bibliotecas aparece na seção de anúncios da Revista do Arquivo Municipal:



Fonte: Revista do Arquivo Municipal, vol. 68, julho de 1940.

A receita do Departamento de Cultura para o ano de 1936, foi orçada em 4.932.660\$000 pelo Ato nº 962, ³⁴ de 30 de novembro de 1935, e Costa (1997) informa que, em novembro de 1935, Mário de Andrade fez uma listagem

³³ No cartaz, Biblioteca Circulante.

³⁴ Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. 18, novembro/dezembro de 1935, p. 311.

solicitando verba³⁵ de 4.000\$000 (contos de réis) ao Prefeito para a primeira compra de livros para a Biblioteca Ambulante.

Sampaio (1999), ao discorrer sobre o orçamento nos anos da administração de Fábio Prado, pondera que “dedicar uma parcela do orçamento municipal às coisas da cultura poderia parecer um desperdício quando a cidade apresentava tantos problemas ‘práticos e urgentes’ como saneamento, falta de habitação ou transporte”, e esclarece que, para a Prefeitura, “que vira sua situação financeira melhorar substancialmente desde a reforma no sistema de arrecadação de impostos (feita no início da gestão), os recursos destinados à cultura não estavam diminuindo em nada os investimentos em outras áreas” (p. 51).

O projeto para a primeira compra de livros para o carro biblioteca sugeria a aquisição de obras escolares, livros de instrução profissional, de romances, livros de literatura infantil, de ciências naturais, de história e de religião, além da Revista do Arquivo e de jornais diários, como O Estado de São Paulo, Correio de São Paulo, Folha da Manhã, Diário da Noite, A Gazeta, Diário Popular, entre outros.

Na coleção da Biblioteca Ambulante, Costa (1997) observou a presença de livros publicados pelas editoras Briguiet, Melhoramentos, Francisco Alves, José Olympio, Nacional, Guarnier e Globo. “Destas editoras, cinco ocuparam, em 1938, o quadro das ‘maiores’ do país, tendo grande ênfase na sua produção no gênero da ficção e didáticos, sendo que a Melhoramentos teve também grande enfoque nos infantis” (p. 88).

Em sua pesquisa, Costa (1997) analisou a coleção de livros desta biblioteca como um “arquivo”, buscando reconstruir a história de sua criação, articulando esta com os projetos em andamento no Departamento de Cultura e expostos na Revista do Arquivo Municipal. Dessa maneira, examinou “a

³⁵ Para entender esta verba, é interessante trazer alguns valores da época. Em 1938, a Editora Nacional iniciou uma coleção de obras de poetas brasileiros, ao preço de 4\$000 (Hallewell, 1985, p. 277). Denipoti (1998) apresenta valores de livros, ao estudar as leituras e os registros das leituras do escritor e professor Dario Vellozo, buscando compreender os processos de circulação de livros (e idéias) na sociedade paranaense do final do século XIX e início do XX. Ele mostra algumas estratégias que as livrarias adotavam para oferecer suas publicações e informa que, em 1917, a *Casa das Novidades* anunciava “livros baratos”, que incluíam obras de Dumas, Balzac, Dickens e outros, a 1\$000 o volume. Anos depois, a *Empreza Graphica Paranaense* apresentou ao público um catálogo completo de seu estoque, com cerca de 800 títulos e com o preço das obras variando de 2\$000 a 18\$000. (cf. Denipoti, 1998, p. 54).

construção deste acervo bibliotecário como a escolha de uma ‘memória’ e a explicitação desta e nesta de interesses históricos, políticos e culturais específicos” (p. 82).

Ela também considerou que estava em destaque a discussão sobre a construção de um projeto ideológico de cunho nacionalista, de criação de uma cultura brasileira, num processo de “redescoberta do Brasil”. Neste período, buscava-se criar no interior da burguesia paulista uma identidade cultural marcada por uma proximidade com o “nacional”. “A burguesia industrial buscava consolidar uma história oficial através de biografias que identificam a figura do empresário ‘bandeirante’” (Costa, 1997, p. 83).

A autora encontrou no acervo da Biblioteca Ambulante os chamados manuais de viver norte-americanos, como *O caráter* e *O poder da vontade* de Samuel Smiles; *Edifica a tua vida* de Charles Rivet; *O caminho da felicidade* de Vitor Pouchet e *Valor* de Charles Wagner.

Estes manuais, da mesma maneira que as biografias realizadas pela burguesia industrial, realizam uma defesa da sociedade industrial, como vocação universal e uma discussão sobre as “virtudes” necessárias à construção desta sociedade: a coragem de empreender, a prudência na execução e a firmeza na realização ou perseverança. (Costa, 1997, p. 83).

Ela aponta que surgiram, por diferentes vertentes, pesquisas, textos literários, artigos sobre personagens nacionais: o índio, o negro, o sertanejo, o caboclo e havia uma discussão dos elementos que fundariam a “brasilidade” como traço distintivo da identidade nacional no cenário mundial. “Na ótica modernista desse momento caberia à inteligência criadora estudar e conhecer o Brasil, a fim de compreender a sua realidade interna, para então definir os traços básicos da Unidade Nacional” (Costa, 1997, p. 84).

Para a autora, a proposta educativa embutida nesse movimento era baseada fundamentalmente numa pedagogia civilizatória, numa aproximação da cultura popular ao elemento selvagem, e a Biblioteca Ambulante era “um instrumento deste processo civilizatório, respondia a preocupação com o estabelecimento de uma língua nacional e havia a necessidade de difusão de modos de vida condizentes com a nova organização do trabalho” (Costa, 1997, p. 85).

Segundo Costa (1997), em alguns livros da época e em Olavo Bilac, é possível ver o exemplo da utilização da literatura engajada na formação de um “sentimento nacional”. Ela aponta que existe um discurso que empurra o leitor / aluno para uma posição passiva, dócil e conformada que é reproduzido nos materiais didáticos voltados ao ensino de História do Brasil. “Estas narrativas trazem uma História sem porquês num enfileirado de ‘e então’ e ‘e depois’, como os livros de Rocha Pombo” (Costa, 1997, p. 95).

A História do Brasil ganha um tom de discurso patriótico envolvido em clichês e mitos através de escritores como Mário Sette, com as obras *Brasil e Minha Terra*, e Assis Cintra, com *Alma Brasileira*. A autora observa também que, neste período, há uma exaltação nos textos da natureza brasileira, homonímia de “terra”, significando ao mesmo tempo natureza e pátria. “Tanto nesses livros como em Bilac predomina a figura do herói, o grande homem ilustre como o motor da História” (Costa, 1997, p. 95).

A “problemática da ‘alma bandeirante’ é apontada em *Contos Pátrios*, de Olavo Bilac, onde aparece a exaltação de Fernão Dias como um herói” (Costa, 1997, p.95), e também é verificada no acervo da Biblioteca Ambulante, nos livros sobre a história de São Paulo e sobre as Bandeiras, tais como: *Populações Paulistas*, de Alfredo Ellis – Editora Nacional; *A Revolução Paulista*, de Menotti Del Picchia – Nacional; *História de São Paulo*, de Rocha Pombo – Melhoramentos; *A 2ª Viagem de Saint Hilaire a São Paulo e Minas Gerais*, de Affonso de Taunay – Nacional; *A Bandeira de Fernão Dias*, de Paulo Setúbal – Nacional; *Na Era das Bandeiras*, de Affonso Taunay – Melhoramentos e *A Grande Vida de Fernão Dias Paes Leme* – Melhoramentos.

A autora observa que “as traduções ganharam muita importância na sobrevivência dos escritores” e aparece, “na listagem dos livros de literatura infantil uma grande quantidade de obras estrangeiras” (Costa, 1997, p. 97), como, por exemplo, *Mowgli*, o *Menino Lobo*, de Rudyard Kipling; *O Corsário Vermelho*, de J. Fenimore Cooper; *O Príncipe e o Pobre*, de Mark Twain; *Os Naufragos de Igapó*, de Mayne Reid; *Histórias Esquisitas*, de Edgar Poe; *Aventuras de Hans Staden*, de Hans Staden; *Contos de Grimm*, de Grimm; *Contos de Andersen e O Homem de Neve*, de Andersen; *Conto de Natal*, de Charles Dickens; *Pinocchio*, de C. Collodi e *Robinson Suisso*, de Rodolpho Wiss.

Costa (1997) informa que estava ocorrendo “a difusão da ficção neste período” (p.88) e sua presença no interior da Biblioteca Ambulante é marcada pelas obras de Júlio Verne, tais como: *A Volta ao Mundo em Oitenta Dias*, *Aventuras do Capitão Hatteras*, *Cinco Semanas em um Balão*, *Viagem ao Centro da Terra*, *Os Filhos de Capitão Grant*, *Vinte Mil Léguas Submarinas*, *Miguel Stogoff*, *Um Herói de Quinze Anos*, *Os Quinhentos Milhões de Begun* e *Atribulações de um Chinês na China*.

De acordo com a autora, há ainda, uma preocupação dos textos literários em desenvolver uma memória de “episódios heróicos”, e ela considerou interessante destacar o surgimento de um herói que possui um espírito empreendedor. “Aparecem, no período, diversas histórias de naufrágio e aventuras, como *Robinson Crusoé*, onde a capacidade inventiva de construção e criação de instrumentos é o que garante a sobrevivência” (Costa, 1997, p. 97).

Nos livros de Staden, encontrados no acervo do carro biblioteca – *Meu Cativo entre os Selvagens do Brasil*, *História de uma Viagem à Terra do Brasil* e *Aventuras de Hans Staden* – Costa (1997) observou “o herói viajante que rompe com os limites do mundo conhecido, desenvolvendo um texto mítico. Dentro da exaltação da natureza é encontrado um herói nacional, o índio” (p. 98). Quanto à criação de personagens indígenas, a autora verificou que, desde José de Alencar até Mário de Andrade, existia “uma preocupação de fidelidade à fala e costumes próprios, o que culminava em intensa pesquisa folclórica” (p. 98).

Os livros de José de Alencar são reeditados e, boa parte deles, é encontrada no acervo da Biblioteca Ambulante, tais como: *Garatuja*, *O Ermitão da Glória*, *O Sertanejo*, *As Minas de Prata*, *O Tronco do Ipê*, *Ubirajara* e outros. Costa (1997) observou que no prefácio de *Iracema* há “uma carta de José de Alencar ao seu amigo Dr. Jaguaribe de 1865, na qual o autor explica os motivos que o levaram a escrever tal obra e seus interesses pelas tradições dos indígenas brasileiros e seus costumes” (p. 98).

A pesquisadora mostra ainda que o acervo do carro biblioteca concentrava categorias profissionais articuladas com a reforma urbana que estava em curso na cidade. Condutor de automóveis, tipógrafo, estenografista,

são novas profissões para uma nova cidade e surgem também profissões relacionadas à comunicação, com a difusão do rádio no período.

“A preocupação com a profissionalização se espalha de forma molecular pela cidade e multiplica a produção de manuais de instrução profissional” (Costa, 1997, p. 85). Há uma grande quantidade de manuais voltados para a área da indústria e da construção, sendo que é possível perceber uma grande preocupação com questões relativas à construção civil, terraplanagem, acabamento das construções, salubridade e higiene das habitações.

É importante apontar que a autora considera as afirmações de Roger Chartier na obra *Práticas da leitura* quando ele expõe que “reconstruir a leitura implícita, visada ou permitida pelo impresso não é, portanto, contar a leitura efetuada e ainda menos sugerir que todos os leitores leram como se desejou que lessem”. Desta forma, Costa (1997) entende que ler é uma prática cultural, e que cada maneira de ler e cada gesto de interpretação estabelece relações de sentido plurais.

O quadro abaixo, elaborado pela autora a partir do Processo Administrativo nº 79.958, do Departamento de Municipal de Cultura, mostra os livros sobre instrução profissional existentes no acervo do carro biblioteca.

LIVROS DO ACERVO RELATIVOS À INSTRUÇÃO PROFISSIONAL		
Administração (02)	Aritmética Comercial	01
	Estenografia	01
Agricultura (02)	Material Agrícola	01
	Topografia	01
Comunicação (03)	Cinema Sonoro	01
	Fotografia	01
	Radiotelefonia	01
Construção (14)	Acabamentos	01
	Alvenaria	01
	Carpintaria	01
	Concreto armado	01
	Edificações	01
	Eletricidade	02
	Encanamentos	01
	Estucador	01
	Explorador de estradas	01
	Marcenaria	01
	Mil e um segredos de oficina	01
	Serralheria	01
	Terraplanagem	01
	Indústria (17)	Alimentação
Caldeiras e máquinas a vapor		01
Cerâmica		01
Fabricante de vidro		02
Fermentação		01
Ferreiro		01
Fogueteiro		01
Fundidor		01
Galvanoplastia		01
Máquinas elétricas		01
Metalurgia		01
Modelação		01
Perfumista		01
Sabões e sabonetes		01
Serralheria mecânica		01
Torneiro e frezador		01
Transporte (05)		Condutor de automóveis
	Condutor de máquinas	01
	Manual do foguista	01
	Manual do navegante	01
	Navegação aérea	02

Fonte: COSTA, Adriana Teixeira da. *Ler (n) a cidade: políticas de popularização da leitura em São Paulo (1935-1938)*. Dissertação de Mestrado em História Social da PUC/SP, 1997.

Para a autora, os manuais eram, portanto, instrumentos para o desenvolvimento de novas profissões e ao mesmo tempo elementos pedagógicos para consolidação da nova gramática dos espaços da cidade. A autora concluiu também que o carro biblioteca era um instrumento de formação do trabalhador e que os livros escolhidos estavam repletos de exemplos a serem seguidos, hábitos que estes trabalhadores/leitores deveriam adquirir. “Leitores de livros? Sim, mas principalmente, leitores sujeitos de uma nova forma de sociabilidade na e da cidade que buscavam construir” (Costa, 1997, p. 104).

CAPÍTULO II

2.1 A Biblioteca Infantil do Departamento Municipal de Cultura

O desenvolvimento do projeto da Biblioteca Infantil foi incumbido a Lenyra Camargo Fraccaroli,³⁶ que ficou como diretora à frente da instituição desde a sua instalação, entre 30 de maio de 1935 e 14 de abril de 1936 - sua inauguração oficial³⁷ - até janeiro de 1961, quando se aposentou.

Em 1935, Lenyra foi convidada por Mário de Andrade para cuidar da instalação e organização da Biblioteca Infantil. Ela tinha experiência advinda de seu trabalho na biblioteca escolar do Instituto Caetano de Campos, que implantara em 1933.

Após terminar o Curso Normal na Escola Caetano de Campos, Lenyra passou a trabalhar como professora substituta no referido Instituto. Além das substituições, ela dedicou-se a organização de uma Biblioteca Infantil por sugestão do professor Antonio D'Ávila.³⁸ A iniciativa desdobrou-se na organização de uma Semana do Livro, em outubro de 1933, encerrada com uma palestra do poeta Guilherme de Almeida e com o saldo de mais de mil livros arrecadados, além de um valor em dinheiro. Essa biblioteca “serviria aos alunos da Escola-Modelo, criada junto à Escola Normal da Praça em fins do século XIX, e contribuiria para orientar o trabalho docente em toda rede de ensino” (Soares, 2002, p. 249).

Para instalar a Biblioteca Infantil, Negrão (1983) conta que Lenyra começou então a buscar um local adequado e, com dificuldades para encontrar

³⁶ Lenyra Camargo Fraccaroli nasceu em Anápolis, interior do Estado de São Paulo, em 21 de abril de 1906 (1906-1991). Estudou em Rio Claro, onde também costumava freqüentar o Gabinete de Leitura, que tinha entre os fundadores, Francisco de Arruda Camargo, seu avô. Estabeleceu-se na cidade de São Paulo para estudar e concluiu o Curso Normal no Instituto Caetano de Campos, em 1932. Lenyra se formou no curso de Biblioteconomia de São Paulo em 1940. Foi a fundadora da Associação Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil (ABLIJ), nos anos 1960. (Entrevista concedida por Lenyra Camargo Fraccaroli a Annita Assumpta Travassos, em 16/09/1983. - Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

³⁷ Ver, em anexo, Ata de Inauguração.

³⁸ Antonio D'Ávila foi professor primário, diretor de escola, professor de curso normal, chefe da Seção de Educação da Escola Norma Livre do Ginásio do Ipiranga, Diretor do Serviço de Orientação Pedagógica do Departamento de Educação de São Paulo e assessor técnico da Divisão de Ensino no SENAI de São Paulo.

(<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo01/Coordenada%20por%20Ermeval%20Saviani/Vera%20Teresa%20Valdemarin%20-%20Texto.pdf>)

Acesso em 26/02/2008.

um prédio que pudesse ser utilizado como biblioteca, pensou na adaptação do bar do Teatro Municipal. O local revelou-se inadequado, tanto por problemas de interferência na atividade artística do Teatro, como pelo tráfego de veículos que dificultaria o acesso de crianças, então essa idéia foi abandonada. A Biblioteca deveria ser instalada nas imediações do centro para poder atender as crianças dos demais bairros de São Paulo, então, depois de mais procura, Lenyra encontrou uma casa à Rua Major Sertório, nº 638, na Vila Buarque.

A Biblioteca Infantil funcionou neste prédio, de 1936 a 1944, período considerado sua primeira fase. As estatísticas feitas nessa época mostram o movimento sempre em ascensão:

Ano	Freqüência	Leitura
1936	25.547	25.639
1937	36.308	31.623
1938	40.522	38.051
1939	48.621	50.267
1940	44.138	61.999
1941	44.060	77.122
1942	43.038	78.160
1943	44.111	88.490
1944	46.091	78.117

Fonte: A Divisão de Bibliotecas Infanto-Juvenis Municipal de São Paulo: sua história e seus trabalhos - 1960.

Diante desse movimento, foram solicitados maior número de funcionários e novas instalações para abrigar a instituição. Reconhecendo essa necessidade, o então prefeito municipal Francisco Prestes Maia, destinou para sede da Biblioteca, o prédio nº 535, da Rua General Jardim, antiga residência do senador Rodolfo Miranda, onde foi instalada no dia 15 de março de 1945.

A Biblioteca ficou cinco anos nesse endereço e já não comportava mais o vulto de suas atividades, então Lenyra pleiteou novo prédio para a instituição. O movimento estatístico do período foi o seguinte:

Ano	Frequência	Leitura
1945	44.667	82.657
1946	59.592	86.717
1947	66.022	91.199
1948	41.691	125.461
1949	54.945	181.251

Fonte: A Divisão de Bibliotecas Infanto-Juvenis Municipal de São Paulo: sua história e seus trabalhos - 1960.

Em 24 de dezembro de 1950, foi inaugurado o prédio construído especialmente para Biblioteca Infantil, na Rua General Jardim, nº 485, onde está até hoje. Em 15 de setembro de 1955, pela Lei n 4.793, a Biblioteca Infantil recebeu a denominação de Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, sendo considerada embrião da atual rede de Bibliotecas Infanto-Juvenis de São Paulo.³⁹

Antes mesmo da sua inauguração, em 1936, *O Diário da Noite*⁴⁰ visitou as dependências do prédio reformado para instalação da Biblioteca Infantil, e informou que “tudo é elegante, agradável, formando um ambiente simples e atraente”. O jornal divulgou que a Biblioteca infantil Municipal era como “uma prova do esforço do Departamento de Cultura, no sentido de dotar São Paulo

³⁹ Em 1946, a primeira Unidade Ramal foi instalada no bairro Itaim, mais tarde denominada “Anne Frank”. Animada pelos resultados dessa primeira sucursal, Lenyra Fraccaroli elaborou um plano que a levou a conseguir a Lei nº 3.853 de 18 de março de 1950, que versava sobre a instalação de Bibliotecas Infantis em diversos distritos e subdistritos da Capital. Em 1951, a Lei nº 4.053 de 30 de maio, criou a Divisão de Bibliotecas Infanto-Juvenis e de Cinema Educativo do Departamento de Cultura. RICCI, Zilah Mattos & RUSSO, Laura Garcia Moreno. *A Divisão de Bibliotecas Infanto-Juvenis Municipal de São Paulo: sua história e seus trabalhos - 1960*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

Na década de 1950 foram criadas várias Bibliotecas Infanto-Juvenis, sendo elas: BIJ. Viriato Corrêa, Vila Mariana – 1952; BIJ. Hans Christian Andersen, Tatuapé – 1952; BIJ. Benedito Bastos Barreto, Santo Amaro – 1953; BIJ. Narbal Fontes, Santana – 1954; BIJ. Álvaro Guerra, Pinheiros – 1955; BIJ. Zalina Rolim, Vila Mariana – 1956; BIJ. Clarice Lispector, Bairro Siciliano – 1956; BIJ. Chácara do Castelo, Jardim da Glória – 1956; BIJ. Paulo Sérgio Milliet, Móoca – 1956; BIJ. Prof. Arnaldo M. Giácomo, Tatuapé - 1956; BIJ. Pablo Neruda, Vila Maria – 1956; BIJ. Lenyra Fraccaroli, Vila Manchester – 1956; BIJ. Ricardo Ramos, Vila Prudente -1956; BIJ. Cecília Meireles, Vila Romana – 1956. *Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis; Cronologia: 1935 – 1991*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁴⁰ Nas citações, adotou-se a ortografia atual.

de organizações de assistência à criança, (...) que merece carinho e vigilância especiais”.⁴¹

Por ocasião da inauguração, *O Estado de S. Paulo* trouxe o discurso proferido por Lenyra, em que ela diz que na Biblioteca Infantil poderia se encontrar “livros, revistas, gravuras, jogos e brinquedos - tudo, enfim que possa despertar nas crianças esse apetite intelectual, esse amor à leitura, esse desejo de aperfeiçoamento (...)”.⁴²

Negrão (1983) aponta que a Biblioteca “foi imediatamente aceita pela população infantil, atendendo, no seu primeiro ano de existência, 25.547 crianças. Esse número chegou a 44.138, em 1940” (p. 64). E Bandeira (2007) afirma que a Biblioteca Infantil “foi um sucesso de público” (p. 32).

É possível perceber que nem todos louvavam a criação da Biblioteca Infantil. Conforme registros da própria Lenyra, por ocasião do início das atividades, “um grande jornal paulista” publicou:

Uma criação inútil. O Departamento de Cultura, sob pretexto político vem de organizar uma biblioteca infantil. Vê-se logo sua inutilidade e o seu fracasso. A par da sua inutilidade (...) tão somente acarretará grandes gastos e obrigará se abram novos cargos que serão, sem dúvida, preenchidos pelos políticos desejosos de maior número de votos.⁴³

Lenyra esclareceu que nenhum funcionário foi nomeado por imposição política e que pôde indicar todos os seus colaboradores. Ela foi auxiliada nas atividades da Biblioteca pelos funcionários⁴⁴ Noemia Lentino, Haydée Hallier, Francisca Teixeira e Luiz de Souza Bueno. Os trabalhos consistiam em seleção

⁴¹ Jornal *Diário da Noite*, 13 de fevereiro de 1936. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁴² Jornal *O Estado de S. Paulo*, 15 de abril de 1936. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁴³ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *As Bibliotecas Infantis de São Paulo - 1976*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

Lenyra não revela o nome do jornal nesta publicação, nem mesmo em entrevista, quando menciona o episódio e é interrogada sobre o jornal, diz apenas que era um importante jornal de São Paulo. (Entrevista concedida por Lenyra Camargo Fraccaroli a Annita Assumpta Travassos, em 16/09/1983. - Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁴⁴ Noemia Lentino era professora primária, lecionava em um grupo escolar do Ipiranga; em 1938 formou-se no Curso de Biblioteconomia de São Paulo, e foi professora na mesma Escola de Biblioteconomia de São Paulo. Consta ainda que Noemia morava na mesma pensão que Lenyra. Haydée Hallier formou-se com Lenyra Fraccaroli na Escola Normal.

Lenyra Fraccaroli considerava muito importante o diploma de professor para os bibliotecários que exercem atividades com crianças e propôs à Câmara Municipal uma lei que obrigasse os bibliotecários das Bibliotecas Infantis a fazerem o curso normal. (Entrevista concedida por Lenyra Camargo Fraccaroli a Annita Assumpta Travassos, em 16/09/1983. - Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

de livros, tombamento, classificação, catalogação, estatística e assistência aos pequenos leitores.⁴⁵

A Biblioteca foi instalada com três salas de leitura, sala de revistas, um salão de festas e uma varanda, que servia como sala de jogos. Além das seções propriamente de livros, a Biblioteca promovia também palestras, trabalhos artísticos, Hora do Conto, e uma equipe de freqüentadores produzia o jornal *A Voz da Infância*.⁴⁶

O organograma da Biblioteca Infantil aponta que a instituição tinha como finalidades: instrução, diversão e educação. Por educação, entendia-se o jornal, as palestras, as comemorações e a Hora do Conto. À Instrução e diversão correspondiam as excursões, as músicas, as atividades artísticas, os jogos e o cinema.

Às seções técnicas cabiam os trabalhos de recortes, classificação, catalogação e encadernação. Esses serviços eram realizados para organizar as gravuras, os selos, os livros (da seção fixa e da seção circulante), as moedas e os mapas.

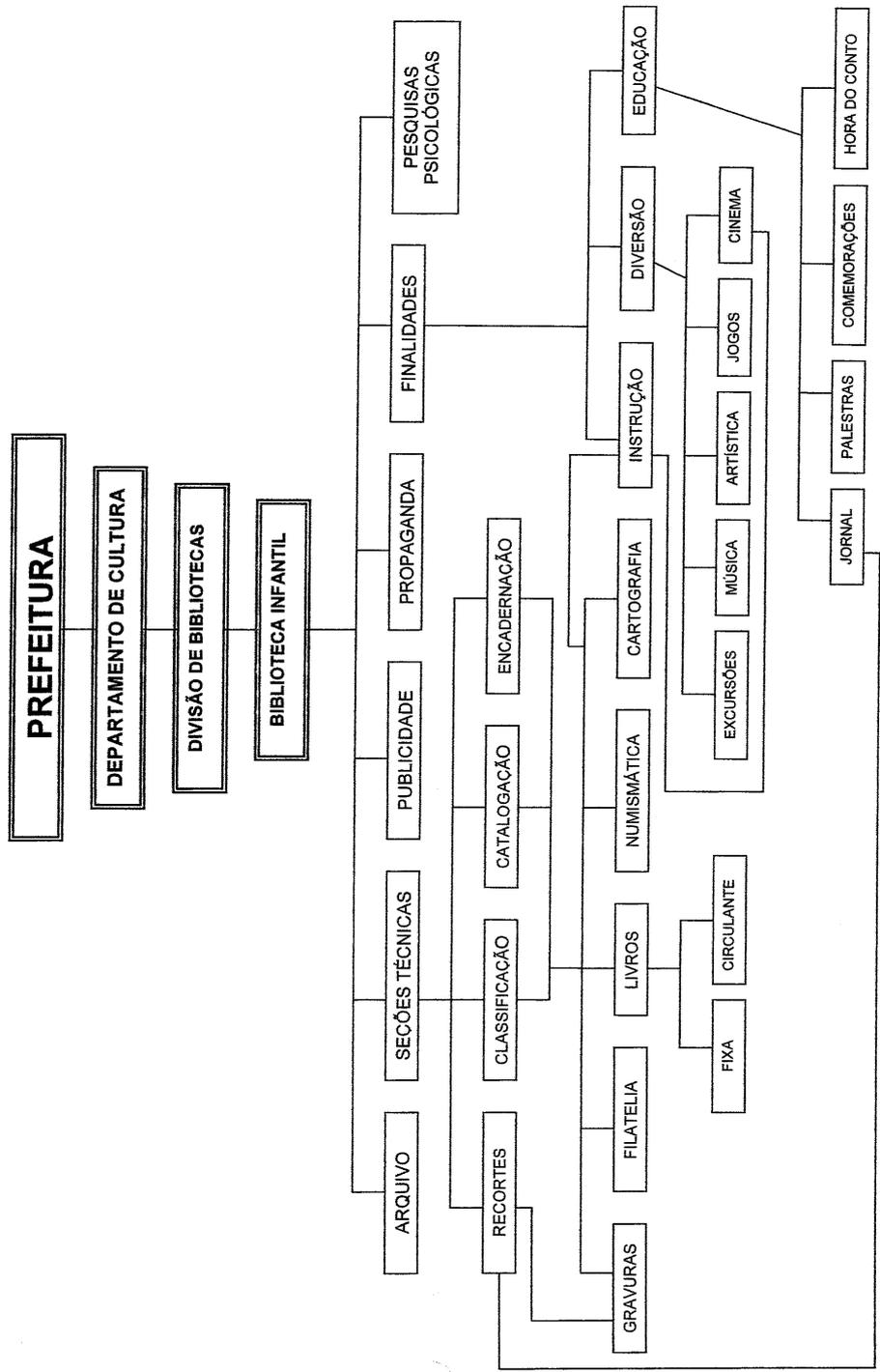
Pelo organograma é possível verificar que a Biblioteca também tinha a parte de arquivo e se dedicava à publicidade e propaganda, bem como a pesquisas psicológicas.

O organograma,⁴⁷ a seguir, permite entender a organização completa da Biblioteca Infantil:

⁴⁵ RICCI, Zilah Mattos & RUSSO, Laura Garcia Moreno. *A Divisão de Bibliotecas Infanto-Juvenis Municipal de São Paulo: sua história e seus trabalhos - 1960*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁴⁶ O Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato possui todos os números do Jornal *a Voz da Infância*.

⁴⁷ Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato.



2.2 As representações de leitura da Biblioteca Infantil

A organização da Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura teve grandes contribuições de Lenyra Camargo Fraccaroli, a então Bibliotecária-chefe da instituição. Ela considerava a biblioteca um complemento indispensável das salas escolares, sendo que a biblioteca “proporcionava a investigação livre opondo-se à educação ensinada”⁴⁸, e a liberdade dada às crianças era “dentro dos limites necessários à boa disciplina”.⁴⁹

Chartier, A. M. e Hébrard, J. (1995), no livro em que tratam dos discursos sobre a leitura na França, esclarecem que “a biblioteca, bem próxima da escola em virtude de suas funções instrutivas, no entanto, é totalmente diferente por não lidar com um público cativo, obrigado a estudar. Por isso, é vital unir ‘o útil ao agradável’” (p. 157).

É possível notar nas representações da diretora que a Biblioteca concorria com as escolas na medida em que funcionava como complemento delas e proporcionava incentivos que, supostamente, as escolas não ofereciam às crianças. A Biblioteca era “auxiliar da escola, contribuindo para despertar o interesse da criança pela leitura, auxiliando-a, desse modo, em sua formação moral e intelectual”.⁵⁰

Lenyra entendia que a biblioteca podia auxiliar a instrução preliminar e é possível perceber a integração existente entre escola e biblioteca na constituição da Biblioteca Infantil. “Muitas crianças faziam da Biblioteca um centro de estudos e, com a cooperação dos colegas, resolviam problemas, faziam pesquisas e estabeleciam discussões de grande proveito”.⁵¹ E a atuação da bibliotecária é tida como importante colaboração com o trabalho do mestre, por ser no “convívio dos livros” que a infância passava as horas, “fortificando o espírito” e enlevando-o nas “leituras sãs”.⁵²

⁴⁸ Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. 64, fevereiro de 1940, p. 292.

⁴⁹ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *A Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura e sua organização - 1939*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁵⁰ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *A Biblioteca Infantil: organização e funcionamento – sua influência na sociedade - Década de 1940*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁵¹ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *As Bibliotecas Infantis de São Paulo - 1976*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁵² Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. 64, fevereiro de 1940, p. 293.

Chartier, A. M. e Hebrard, J. (1995), apontam que a biblioteca, quaisquer que sejam as intenções que presidiram ao seu nascimento, é um dispositivo de controle das leituras populares, “um controle daqueles que ainda não sabem ler bem, ou escolher seus livros; daqueles que não se deveria deixar sós para enfrentar os perigos de certas leituras no universo cada vez mais amplo do texto escrito” (p. 119).

Na Biblioteca Infantil de São Paulo, havia a preocupação com a seleção das obras para a composição do seu acervo e isso pode indicar a representação de leitura presente na organização dessa instituição. Para Lenyra, as crianças careciam de “orientação segura e persistente” para que se pudesse “neutralizar, com as boas leituras, as conseqüências das histórias em quadrinhos e outras leituras perniciosas”.⁵³

Fraccaroli cuidava para que as obras fossem “revistas e selecionadas, de maneira a evitar a presença de livros que pudessem falsear a compreensão moral ou cívica daqueles” a quem a Biblioteca deveria não só instruir, mas, também, educar.⁵⁴

A Biblioteca possuía o que era considerado pela sua diretora o melhor em literatura infantil, como: livros de ficção, descrições, narrações, viagens, explorações, inventos e descobertas científicas em que eram focalizadas a riqueza, a fauna e a flora brasileiras e de países estrangeiros, bem como a vida e os costumes de outras terras, que poderiam “aumentar o subsídio intelectual e científico das (...) crianças”.⁵⁵

Lenyra destacava que a Biblioteca exercia “notável influência no gosto pela boa leitura” e que os livros mais procurados, a princípio, eram os de histórias de fadas, depois os de aventuras também se tornaram disputados.⁵⁶ É importante notar os esclarecimentos de Coelho (2000), que os contos de fadas enfatizam os valores morais e, muitas vezes, fundem ideais de

⁵³ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *A Biblioteca Infantil: organização e funcionamento – sua influência na sociedade - Década de 1940.* (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁵⁴ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo -1940.* (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁵⁵ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *A Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura e sua organização - 1939.* (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁵⁶ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *A Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura - 1937.* (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

“humildade, generosidade, resignação”, ou ainda, tratam da “valorização do dinheiro e incentivo à caridade ou ao paternalismo” (p. 101).

Quanto ao acervo da Biblioteca Infantil, no dia da inauguração, *O Estado de S. Paulo* noticiou que a instituição contava inicialmente “com 1.400 volumes especializados, publicações avulsas, 5.000 recortes de revistas, coleção de moedas e selos.”⁵⁷ E as doações recebidas pela Biblioteca em julho de 1936 foram divulgadas também por este jornal: D. Esther de Mesquita, 100\$000; Padre Arnaldo Pereira, uma coleção da revista infantil *Periquito*; as crianças Jacob Wolikson, Marcos de Barros Uchoa, Mario Capuani, Iracy José de Oliveira, Walter Bolsano, Gastão Moraes Filho, Inah Alvin, doaram moedas e selos; Maria Scheneider, postais da Hungria e o Consulado Italiano, revistas italianas.⁵⁸ Várias coleções de revistas infantis também foram colocadas à disposição das crianças no início da Biblioteca, como Tico-Tico, Bem-te-vi, Biliken e outras.⁵⁹

Os livros foram distribuídos em duas seções distintas: uma parte de livros fixos, para ser lida nas salas de leitura, onde, em pequenas estantes encostadas à parede, achavam-se os livros de ficção e uma pequena coleção de referência; e outra, circulante, com livros que podiam ser retirados pelas crianças, desde que tivessem autorização dos pais. Estes recebiam uma circular enviada pela Biblioteca, devendo devolvê-la assinada, responsabilizando-se pelos danos ou perdas dos volumes levados pelos seus filhos.⁶⁰

Em princípios foi instituída uma multa, mas o resultado não foi satisfatório, pois, as crianças que a podiam pagar, ficavam muito tempo com os livros, prejudicando, desse modo, os outros consulentes. Então a multa foi repensada, decidiu-se pela suspensão desta penalidade e instituiu-se uma pena máxima (depois de uma semana ou duas e até um mês de tolerância) que resolveu o problema. “Em quase quatro anos de existência da Biblioteca

⁵⁷ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 14 de abril de 1936. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁵⁸ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 6 de agosto de 1936. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁵⁹ POLIMEN, Therezinha M. C. de Carvalho. *Biblioteca Infantil Monteiro Lobato: Histórico - 1967*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato)

⁶⁰ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo - 1940*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

foram emprestados cerca de 1.500 a 2.000 livros por mês”, sendo que as perdas podiam ser consideradas insignificantes diante do grande número de empréstimos.⁶¹

Os livros eram organizados de acordo com os moldes norte-americanos; eles ficavam dispostos nas estantes, com livre acesso, da seguinte maneira: as obras de referência (dicionários, enciclopédias, atlas, etc.) que não saíam das salas de leitura; em seguida as biografias por ordem alfabética dos nomes dos biografados; as obras classificadas pelos assuntos, de acordo com Dewey, e, portanto, dispostas por classes, sendo mantida dentro das classes a ordem alfabética do autor e, dentro desta, a ordem alfabética dos títulos; e as obras de ficção por ordem alfabética de autor, respeitando-se dentro dos livros dum mesmo autor a ordem alfabética dos títulos das mesmas. E, separadamente, sem preocupação de disposição ordenada, ficavam os livros somente ilustrados ou de pouco texto, para os leitores menores, os quais podiam retirá-los e recolocá-los na estante, a sua vontade.⁶²

Aos quatro anos de existência, a Biblioteca Infantil possuía 2.814 volumes, com predomínio das obras de ficção e divididos entre: lendas, contos de fadas, mitos, fábulas, aventuras, viagens, alguns clássicos, poesia, história, biografias, belas artes, ciência, humor, romances leves, várias publicações periódicas e ainda dicionários e enciclopédias, ao lado de grande número de obras didáticas em uso nas escolas primárias e estabelecimentos ginasiais.⁶³

Dentre doações recebidas pela Biblioteca infantil em 1943,⁶⁴ foi possível verificar a presença de livros de literatura infantil, como *A galinha dos ovos de ouro*, *O patinho feio*, *O Pinóquio* e também cartilhas, como *Cartilha de ensino-rápido de leitura*, *Cartilha do povo*, *Cartilha das crianças*, entre outras. E, nas doações de março de 1944,⁶⁵ aparecem novamente livros infantis, como *Aladino e a Lâmpada*, *Alegria*, *Pássaro de Ouro* juntamente com *Composições Escolares* e *Revista de Educação*.

⁶¹ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo - 1940*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁶² Idem.

⁶³ Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. 64, fevereiro de 1940, p. 294.

⁶⁴ Em anexo, lista das doações de 1943.

⁶⁵ Em anexo, lista das doações do mês de março de 1944.

Chartier, A. M. e Hébrard, J. (1995), ao discorrerem sobre o trabalho dos bibliotecários na França, apontam que existe “a necessidade de jogar fora alguns livros excessivamente deteriorados”, até para criar espaço para novas obras (p. 158). Lenyra tinha cuidados com as doações e reconhece que “nem todos os livros recebidos por doações em uma biblioteca podem figurar em suas prateleiras”.⁶⁶ Além disso, apesar da Biblioteca não ter uma seção de encadernação, na medida do possível, procurava-se fazer a restauração dos livros da instituição.⁶⁷

2.3 A organização da Biblioteca Infantil

A Biblioteca Infantil Municipal foi concebida como *centro de atração* e de *cultura infantil*, e Lenyra Fraccaroli se empenhou em organizá-la de acordo com as propostas formuladas pela equipe de Mário de Andrade e em estabelecer condições para a prática de leitura deste público leitor. Retomando as funções da Biblioteca Infantil, estabelecidas pelo Artigo 38 do Ato 861,⁶⁸ consta que ela deveria ser constituída de obras nacionais de literatura infantil e de traduções autorizadas de obras estrangeiras, histórias de figuras e revistas infantis, recreativas e educativas, além de mapas, gravuras, selos e moedas.

As seções de livros foram organizadas conforme essas propostas, como descrito no item sobre as representações de leitura da Biblioteca Infantil e, quanto à organização das salas da Biblioteca, a diretora entendia que elas deveriam ser espaçosas e de pintura sugestiva à imaginação infantil, com quadros e cartazes vistosos com ilustrações de histórias infantis, estantes acessíveis, livros dotados de belos coloridos e o ambiente com muita luz e bastante ar. As mesas e cadeiras podiam ser simples, mas confortáveis e adequadas às necessidades de altura das diferentes idades dos leitores.⁶⁹

Goulemot (2001) esclarece que a leitura é sempre produção de sentido e as relações com o livro, isto é, a possibilidade de constituir sentido, se dá por

⁶⁶ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *A Biblioteca Infantil: organização e funcionamento – sua influência na sociedade - Década de 1940.* (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁶⁷ Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. 64, fevereiro de 1940, p. 304.

⁶⁸ Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. 12, maio de 1935, p. 235.

⁶⁹ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *A Biblioteca Infantil: organização e funcionamento – sua influência na sociedade - Década de 1940.* (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

meio das atitudes de leitor. Para ele, em toda leitura existe “uma posição (atitude) do corpo: sentado, deitado, alongado, em público, solitário, em pé...” (p. 108) e que “somos um corpo leitor que cansa ou fica sonolento, que boceja, experimenta dores, formigamentos, sofre de câibras” (p. 109).

É possível perceber na organização da Biblioteca Infantil a preocupação da diretora com o estabelecimento de condições de leitura, seja pelo uso de móveis adequados, pela colocação dos livros ao alcance das crianças e pela iluminação e decoração do ambiente. Para Fraccaroli, a criança devia “sentir-se bem, perfeitamente à vontade, ter a impressão de estar num ambiente todo seu, onde a sua natural curiosidade (fosse) satisfeita”.⁷⁰

No entanto, Lenyra mostrava-se atenta para “evitar a disposição escolar a fim de se afastar da criança a idéia de que está numa sala de aula”.⁷¹ O que reforça a idéia de que, apesar da Biblioteca ser um complemento das salas de aula, era um ambiente diferenciado por não estabelecer os mesmos rigores escolares aos consulentes.

Apesar dessa intenção em diferenciar a biblioteca da sala de aula, é importante lembrar que Chartier, A. M. e Hébrard, J. (1995) consideram a leitura da biblioteca “territorializada e limitada” e que “o livro lido na biblioteca ou pela biblioteca se impõe ao leitor num espaço e num tempo que pouco lhe pertencem”, sendo esse leitor, “um leitor acompanhado” (p. 118).

O acervo de filatelia e numismática foi organizado em mostruários e era composto de exemplares de selos e moedas do Brasil e estrangeiro. Essas coleções se desenvolveram com “várias doações recebidas” e satisfaziam “finalidade educativa”, além de ser “elemento decorativo” das salas da Biblioteca.⁷² Quanto aos livros infantis, Lenyra menciona que, por ocasião da criação da Biblioteca, eles “eram escassos e quase que completamente fora das cogitações dos escritores de então”.⁷³

⁷⁰ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo - 1940*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁷¹ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *A Biblioteca Infantil: organização e funcionamento – sua influência na sociedade - Década de 1940*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁷² Entrevista concedida por Lenyra Camargo Fraccaroli a Annita Assumpta Travassos, em 16/09/1983. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁷³ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *As Bibliotecas Infantis de São Paulo - 1976*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

Lajolo e Zilberman (1988) consideram que, se a literatura infantil europeia teve seu início às vésperas do século XVIII, quando Charles Perrault publicou os célebres *Contos da Mamãe Gansa*, em 1667, “a literatura infantil brasileira só veio a surgir muito tempo depois, quase no século XX” (p. 23). Gropp (1940) completa que no século XIX havia muito pouca literatura nacional para crianças no Brasil, se bem que não faltassem traduções de Andersen, Grimm, Burger, Swift, Defoe, Cervantes, Contos árabes, assim como dos franceses, Condessa de Ségur e Júlio Verne. “No século XX começaram a aparecer os autores nacionais, como Monteiro Lobato e Tales C. de Andrade, que escreviam para o prazer das crianças e pensando nelas” (Gropp, 1940, p. 208).

É importante mencionar Monteiro Lobato, pois ele é considerado o precursor da literatura infantil e juvenil brasileira. Lobato inaugurou a sua produção infantil com *A menina do narizinho arrebitado*, em 1921, e dedicou-se então a escrever livros infantis, “atividade para qual ele era soberbamente bem dotado” (Hallewell, 1985, p. 260). Na década de 1920, de acordo com Lajolo e Zilberman (1988), as obras de Lobato destacavam-se, quase que solitárias, dentre as criações de autores nacionais. Suas poucas companhias foram: “as histórias de Tales de Andrade, publicadas na coleção Encanto e Verdade, da Melhoramentos; e o livro de Gondim da Fonseca, *O reino das maravilhas* (1926), editado no conjunto da Biblioteca Quaresma” (p. 46).

Dez anos depois de seu primeiro empreendimento literário na área da literatura infantil, Lobato remodelou a história original de Narizinho e a reuniu a algumas outras que escrevera até então. O resultado constituiu as *Reinações de Narizinho* que, em 1931, deu início a um período mais fértil da literatura infantil, quando apareceram novos autores como, Viriato Correia e Malba Tahan. Em meados de 1940, mais autores se envolveram com a literatura para crianças e esta foi se fortalecendo, conforme esclarecimentos de Lajolo e Zilberman (1988).

2.4 A Biblioteca Infantil e a materialização das práticas e rituais de leitura

A organização das seções da Biblioteca Infantil permite entender como as práticas de leitura eram prescritas ao público freqüentador dessa instituição

e como ela se constitui no espaço de materialização das práticas e rituais de leitura idealizadas pelo Departamento Municipal de Cultura, ao menos no que diz respeito às representações de leitura para a infância e para a juventude.

Além da organização dos livros e do acervo de filatelia e numismática, explorados em itens anteriores, a Biblioteca Infantil deveria organizar, diariamente, um jornal feito de recortes de jornais diários de notícias e informações que pudessem interessar as crianças e realizar inquéritos para verificar quais obras de literatura infantil eram preferidas pelas crianças.⁷⁴

No primeiro ano de funcionamento da Biblioteca foi fundado o jornalzinho *A Voz da Infância*, órgão oficial da instituição, dirigido e elaborado pelas crianças. O jornal, mimeografado, publicava trabalhos dos consulentes, como resumo de livros; entrevistas com escritores, como Monteiro Lobato; o movimento mensal da biblioteca e os livros mais procurados; e divulgava também as festas e os eventos da Biblioteca.

Além dos trabalhos literários e das ilustrações, o jornal instituiu torneios de cartas enigmáticas, palavras cruzadas e charadas, que eram bastante disputadas pelas crianças.⁷⁵ Uma *Galeria de Escritores* foi constituída pela diretoria do jornalzinho, que, por meio de entrevistas com os literatos, solicitava fotografia e autógrafo para ser colocada em uma das salas da Biblioteca.

A *Galeria de Escritores* pode ser entendida como uma forma de aproximar os escritores dos consulentes, tanto pelas entrevistas concedidas ao jornalzinho, como pela exposição de fotos na Biblioteca, e também como um modo de incentivar a leitura e despertar o interesse dos consulentes para conhecer as obras dos autores divulgados.

Os inquéritos de leitura eram realizados mensalmente para verificar autores e livros preferidos. Nos levantamentos realizados nos três primeiros anos de funcionamento, os escritores que mais se destacaram foram: Monteiro Lobato, o conhecido criador de personagens tipicamente brasileiros; Karl May, com seus aventureiros, andarilhos de cinco continentes, e Walt Disney, com *O lápis mágico*, revelação do cinema na época. Lenyra observou que o livro lido por maior número de consulentes variava de acordo com o interesse do

⁷⁴ Artigo 38 do Ato nº 861, de 30 de maio de 1935. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. 12, maio de 1935, p. 235.

⁷⁵ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *A Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura e sua organização - 1939*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

momento, depois de verificar que, “após a exibição nos cinemas da capital, de filmes, cujos enredos tinham sido aproveitados para a literatura infantil, esses livros eram vencedores no mês, como obras mais lidas”.⁷⁶ São citados como exemplo *Miguel Strogoff*, *Robin Hood*, *Branca de Neve* e *Mulherzinhas*.

A seção de gravuras e recortes de jornais era bastante procurada. Organizada com recortes de revistas usadas, era entendida como documentação para pesquisas em história, geografia, ciências, artes e outras áreas. As quase 20.000 gravuras, dispostas em pastas e classificadas por assuntos, eram procuradas tanto pelos habituais frequentadores da Biblioteca, como também pelas professorandas das Escolas Normais que procuravam “material ilustrativo para suas lições e aulas práticas”.⁷⁷ As gravuras eram usadas, ainda, para decorar a Biblioteca por ocasião de festas cívicas e em conferências e palestras promovidas instituição.⁷⁸

Além da organização das seções previstas no Ato de criação da Biblioteca Infantil, foram estabelecidas outras atividades para incentivar a frequência e estimular o gosto pela leitura. O cinema foi uma das práticas instituídas para “atrair os pequenos leitores às salas de leitura”.⁷⁹ As sessões cinematográficas eram oferecidas, às quartas-feiras, para as crianças frequentadoras da Biblioteca, com apresentação de filmes recreativos e, às vezes, educativos. O aparelhamento moderno permitia a exibição de filmes sonoros, assemelhando-se aos bons cinemas. A sala destinada às sessões de cinema e festas tinha capacidade para 150 crianças e algumas vezes, eram necessárias três sessões, além das duas habituais, para satisfazer o grande número de frequentadores nesses dias.

Em 1938, a *Folha da Manhã*, ao divulgar as atividades oferecidas pela Biblioteca, informou que “os pequeninos ‘habitués’ da Biblioteca Infantil assistem, dentro da maior disciplina e da mais grata cordialidade, o desenrolar

⁷⁶ Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. 64, fevereiro de 1940, p.299.

⁷⁷ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo - 1940*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁷⁸ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *A Biblioteca Infantil: organização e funcionamento – sua influência na sociedade - Década de 1940*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁷⁹ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *As Bibliotecas Infantis de São Paulo - 1976*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

de acontecimentos fixados pela cinematografia”.⁸⁰ A seção de cinema, de intuito recreativo, também pretendia ser instrutiva, como pode ser observado no registro de Lenyra de que “a falta de filmes educativos no mercado, (...) impede a esta seção preencher cabalmente a sua finalidade”.⁸¹

A diretora da Biblioteca se preocupava em controlar os materiais que circulavam na instituição, como demonstra sua atenção com os livros favoráveis à “boa leitura” e, no que tange aos filmes, também é possível notar a preocupação em oferecer não só o que era recreativo, mas também o que era instrutivo.

Os jogos também eram considerados meio de atração, além de educativos e recreativos. Essa seção era muito apreciada pelos jovens leitores, que ocupavam todos os tabuleiros em que se disputavam as partidas de xadrez e damas. Por sugestão das próprias crianças eram “organizados longos torneios, empenhando-se neles grande número de meninos e meninas, em luta para obter os prêmios reservados aos vencedores”.⁸²

Outro estímulo para incentivar a presença das crianças na Biblioteca e procurar avivar o gosto pela leitura foi a *Hora do Conto*. Nessas ocasiões, escritores, professores e alunos dos estabelecimentos secundários, participavam, contando histórias aos consulentes. Essa iniciativa da Biblioteca oferecia às crianças a oportunidade de conhecer pessoalmente os escritores de literatura infantil, como afirma Lenyra, “Tales de Andrade veio de Piracicaba, especialmente para contar às nossas crianças, uma história de sua autoria”.⁸³ Monteiro Lobato também comparecia à Biblioteca para narrar suas próprias histórias. A diretora considerava importante a *Hora do Conto* porque levava “a criança a desejar ler o livro cuja história foi contada”.⁸⁴

A Biblioteca Infantil recebia também outras visitas, como *A Voz da Infância* divulgou, em 1937, que a Biblioteca recebeu “Visitas Ilustres” de “um grupo de alunas da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro, chefiadas pela

⁸⁰ Jornal *Folha da Manhã*, 26 de junho de 1938. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁸¹ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo - 1940*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁸² Idem.

⁸³ Idem.

⁸⁴ Entrevista concedida por Lenyra Camargo Fraccaroli a Annita Assumpta Travassos, em 16/09/1983. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

pintora D. Georgina de Albuquerque”. As visitantes se interessaram por tudo que viram e conversaram com as crianças. “Fomos também honrados com a visita da escritora chilena Gabriela Mistral,⁸⁵ que percorreu demoradamente todas as seções, anotando tudo o que vira, (...) tendo sempre palavras de entusiasmo e admiração pela biblioteca”.⁸⁶

Visitas de estudos também aconteciam na Biblioteca Infantil, como informou o *Correio Paulistano*, em 1939, que “as alunas do 3º ano da Escola Normal Modelo de São Paulo, acompanhadas pela Professora Yolanda de Araújo da Cunha Paiva, lente de Pedagogia e História da Educação”, fizeram uma “visita de estudos à Biblioteca Infantil e ficaram impressionadas com a organização e funcionamento da biblioteca”.⁸⁷

As visitas de estudos e o envolvimento das normalistas com a Biblioteca Infantil mostram as relações que começam a ser instituídas entre a Biblioteca e a educação promovida pelo Estado, dado que a Prefeitura não tinha escolas normais.

Palestras educativas, por vezes ministradas por alunas do Instituto de Educação, também eram organizadas na Biblioteca Infantil, como noticiou *O Estado de S. Paulo*, em 30 de setembro de 1936.

Iniciou-se ontem na Biblioteca Infantil, uma série de palestras educativas que se realizarão semanalmente. A palestra inaugural, sobre *A laranja e seu valor nutritivo*, foi confiada a Srta. Elvininha Cayubi Ariani, aluna do 1º ano do Curso de Aperfeiçoamento do Instituto de Educação (...). A próxima palestra, também sobre tema educativo, será feita por outra aluna do referido curso.⁸⁸

A Biblioteca Infantil realizava, ainda, excursões, e, sempre que possível, proporcionava aos leitores, visitas à fábricas, estabelecimentos de ensino,

⁸⁵ Gabriela Mistral (1889-1957) trabalhou por quase duas décadas no sistema de ensino público chileno, participou das reformas educacionais e campanhas para a fundação de bibliotecas populares promovidas no México dos anos 1920. Nos anos 1930, iniciou carreira diplomática, que a levou como Cônsul do Chile a diversos países europeus e mais tarde aos Estados Unidos e ao México, com passagem pelo Brasil em 1937, quando foi recepcionada por Mário de Andrade. A poetisa foi uma figura referencial no mundo literário e educacional argentino da primeira metade do século XX. (cf. Soares, 2002).

⁸⁶ *Jornal A Voz da Infância*, nº 17, novembro de 1937. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁸⁷ *Jornal Correio Paulistano*, agosto de 1939. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁸⁸ *Jornal O Estado de S. Paulo*, 30 de setembro de 1936. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

instituições protetoras da infância, museus, etc. Essas visitas eram consideradas uma forma de “completar as leituras oferecidas na Biblioteca”.⁸⁹

Em 1936, *O Estado de S. Paulo* divulgou que “dez crianças freqüentadoras da Biblioteca Infantil e quinze dos parques infantis, especialmente convidadas, foram a Campinas assistir um drama sobre a vida de Carlos Gomes”. A peça, que foi idealizada, escrita e representada pelas crianças da “Escola Modelo anexa à Escola Normal de Campinas, teve cunho eminentemente educativo. A excursão realizada assumiu o aspecto de verdadeira confraternização escolar”.⁹⁰

A Biblioteca Infantil também teve, entre as suas primeiras realizações, a constituição de uma parte destinada ao cultivo das tendências musicais. Essas atividades, consideradas educacionais, eram exercidas no sentido de ampliar, entre as crianças, o conhecimento do folclore e elas interpretavam algumas canções regionais. Para tanto, o Departamento de Cultura facilitava a presença de um professor de música na Biblioteca.⁹¹

As datas comemorativas também fizeram parte das atividades desenvolvidas pela instituição e, para exaltar fatos, vultos ou acontecimentos nacionais, eram feitas comemorações em que podiam participar as crianças que assim desejassem. Nessas ocasiões, palestras, poesias, dramatizações, audições musicais, eram realizadas e a Biblioteca era decorada com cartazes alusivos à data comemorada. Adultos e crianças estranhos à Biblioteca também participavam e, pequenos violinistas, pianistas e amadores de teatro, atendiam ao convite da instituição, apresentando-se nestas ocasiões.⁹²

Em 1936, *O Estado de S. Paulo* noticiou que, com a presença de 253 crianças, várias professoras e demais pessoas, “realizou-se na Biblioteca Infantil uma comemoração às árvores, que constou de uma palestra feita pela professora Altair da Silva Jotta, do Curso de Aperfeiçoamento do Instituto de Educação, que discorreu sobre a entrada da Primavera”. Em seguida, as

⁸⁹ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo - 1940*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁹⁰ *Jornal O Estado de S. Paulo*, 22 de setembro de 1936. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-juvenil Monteiro Lobato).

⁹¹ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo - 1940*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁹² *Idem*.

meninas Cléo de Mesquita e Neyde Cruz de Souza entoaram “cantos ao violão e números de declamação alusivos à data”.⁹³

No que tange ao Hino da Biblioteca, ele mostra-se interessante para ampliar a compreensão sobre as representações de práticas de leitura da Biblioteca Infantil e, apesar de não terem sido encontrados registros sobre a sua execução, pode-se inferir que ele era cantado nas comemorações realizadas na Biblioteca Infantil.

*Hino da Biblioteca*⁹⁴

(Letra de Brasil Bandecchi)

Nesta casa, altivo templo,
Continuação do nosso lar,
É dia, é fanal, é exemplo
E tem por lema: estudar.

Ler, Ler, Ler
É o caminho do saber
Quem traz um livro na mão
Tem consigo a sementeira
Da grandeza da Nação.

Tantas coisas aprendemos
Na Biblioteca Infantil
E com ela serviremos
Terra e gentes do Brasil.

Ler, ler, ler, etc.
Aqui, à luz da verdade,
Buscando rumo seguro
Sonhamos a Humanidade
Melhor no mundo futuro.

⁹³ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 23 de setembro de 1936. (Acervo Memória da Biblioteca Infante-Juvenil Monteiro Lobato).

⁹⁴ Fonte: Acervo Memória da Biblioteca Infante-Juvenil Monteiro Lobato.

Ler, ler, ler, etc.

O Hino eleva a Biblioteca a “altivo templo” e a considera “uma continuação do lar” e um “exemplo” de instituição, que tem por lema “estudar”. É possível notar a prescrição de práticas de leitura para a formação do país, como na estrofe “Tantas coisas aprendemos/Na Biblioteca Infantil/E com ela serviremos/Terras e gentes do Brasil”.

Além disso, o Hino sustenta uma representação de prática de leitura voltada para a instrução, conforme expresso em “Ler/É o caminho do saber”, e para a formação e valorização da nação, como mostram os versos “Quem traz um livro na mão/Tem consigo a sementeira/Da grandeza da Nação”.

A leitura na Biblioteca é considerada importante ainda, para buscar melhorias para o futuro, como expresso em “Aqui, à luz da verdade/Buscando rumo seguro/Sonhamos a Humanidade/Melhor no mundo futuro”.

CAPÍTULO III

3.1 Divulgação das atividades de leitura da Biblioteca Infantil

Lenyra menciona que o bibliotecário deveria “fazer propaganda da sua instituição” e que isso era “uma garantia de sucesso e de aproveitamento geral”.⁹⁵ Conforme já observado anteriormente, a Biblioteca Infantil adotou várias estratégias de propaganda, como as sessões de cinema, os jogos, a *Hora do Conto*, as visitas e as viagens, que foram instituídas para atrair as crianças e avivar o gosto pela leitura.

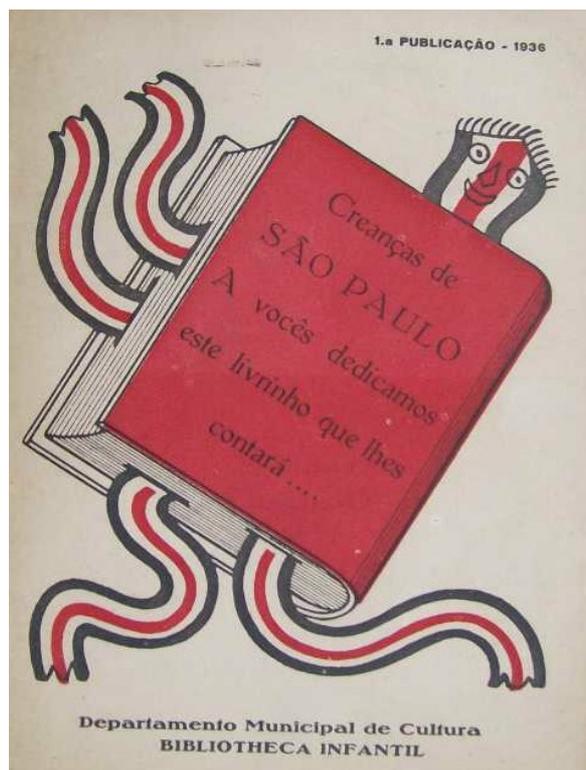
O Jornal a *Voz da Infância* também divulgava as atividades desenvolvidas na Biblioteca Infantil e “as próprias crianças” faziam “a propaganda da Biblioteca”, convidando seus colegas para conhecerem a instituição.⁹⁶

Além dessas estratégias, em 1936, foi feita a primeira publicação para divulgar as atividades da Biblioteca Infantil e convidar as crianças para freqüentar a instituição. Os livretos impressos foram distribuídos em escolas do centro de São Paulo e de outros bairros. A própria Lenyra conta que de toda cidade recebiam leitores “que percorriam grandes distâncias a pé ou de ônibus para virem à Vila Buarque”.⁹⁷

⁹⁵ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *A Biblioteca Infantil; organização e funcionamento; sua influência na sociedade - Década de 1940*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁹⁶ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *A Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura e sua organização - 1939*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

⁹⁷ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *A Biblioteca Infantil: organização e funcionamento - sua influência na sociedade - Década de 1940*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).



Fonte: Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato.

É interessante observar que o livreto, de oito páginas, era ilustrado com fotos das salas que divulgava: como a sala de leitura e a de jogos, fotos das gravuras, das revistas e da coleção de selos. Além disso, as fotos vinham acompanhadas de frases elaboradas de modo a estabelecer um diálogo com os leitores.

A primeira página começava com os seguintes dizeres: *A vocês dedicamos este livrinho que lhes contará que esta casa reserva uma porção de surpresas, como livros que farão rir, viajar, conhecer a linda história de sua terra e de sua gente, nesta salinha alegre e confortável.*

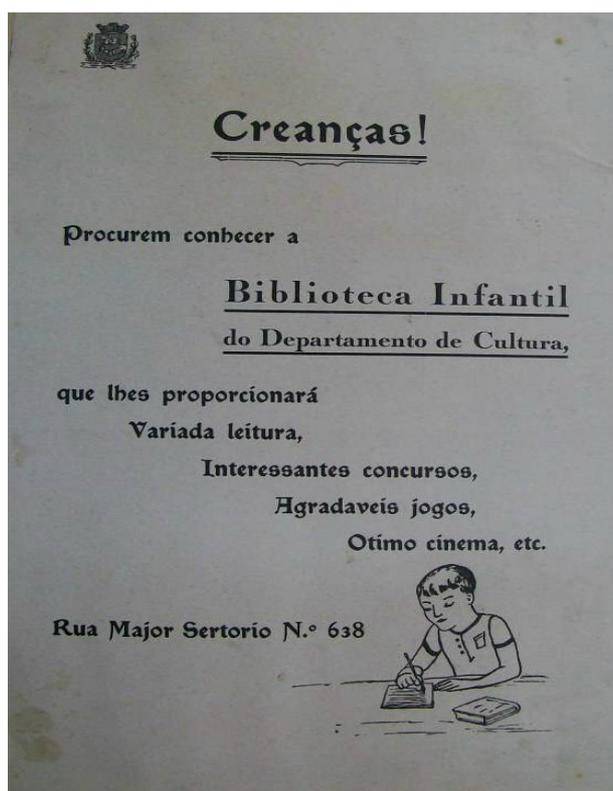
É notável na publicação, a propaganda da variedade de atividades desenvolvidas na Biblioteca: *Vejam que lindo jogo de xadrez! Gostam? Não? Há outros interessantíssimos que muito poderão distrai-los. Quantas gravuras! É verdade. São lindas e interessantes! São para vocês. Podem escolher as que mais lhes agradem para vê-las à vontade!*

A leitura é divulgada como atividade prazerosa e educativa: *Que prazer ler os jornais de nossa terra! E as revistas infantis, que alegria que lhes darão! Nesta Biblioteca poderão vocês conhecê-los! e Sabem vocês que os selos nos*

ensinam história e geografia? Vejam com calma e paciência os que apresentamos neste mostruário.

A publicação, ao mostrar as diversas opções de distração que a Biblioteca Infantil oferecia, procurava criar expectativa nos seus leitores: Uma exposição de moedas antigas e modernas, de nossa terra e de outros lugares, proporcionará a vocês momentos agradáveis numa distração útil e Os olhinhos de vocês – meus meninos – contam a admiração que os domina ao fim desta leitura. Mas... não é só! Leiam isto e guardem bem. Conferências com projeção luminosa... Cinema sonoro... Hora do conto...de tudo haverá! Esperamos sua visita!

Esta outra propaganda também convida as crianças para conhecerem a Biblioteca Infantil e as *variadas* e *interessantes* atividades oferecidas pela instituição.



Fonte: Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato.

3.2 Perfil dos leitores

Todos os consulentes da Biblioteca Infantil eram matriculados e ficavam registrados os seguintes dados que eram aproveitados para pesquisas realizadas pela instituição: nome da criança, idade cronológica, residência, bairro, escola, ano escolar e profissão do pai, conforme exemplo a seguir.

Ficha de matrícula

DEPARTAMENTO DE CULTURA — BIBLIOTECA INFANTIL

Nome: *Celso Amaral Lanzoni* Idade: *12 anos*
 Residência: *General Saldin, 479* Bairro: *Vila Brasileira*
 Escola: *Colégio Municipal nº 13* N.º de matrícula: *2.262*
 Prof. do pai: *Func. público* Data de nascimento: *19-8-1927*

7.ª ficha.

Data	Livro retirado	Autor	N.º do vol.
11-9-39	PERCORRENDO AS CORDILHEIRAS	KARL MAY	A-1-A-21
30-9-39	LARANJAS E TAMARAS	KARL MAY	A-1-A-22
10-10-39	JUDAS E SATANAS (II)	KARL MAY	A-8-0-33
18-10-39	NOMADES DO NORTE	J. O. CURWOOD	A-8-m-35
23-10-39	O CRITO DA SELVA	J. LONDON	A-8-0-35
9-11-39	PIEDROS DE MUI E JEF	X X X	A-8-d-
11-11-39	JUDASE-SATANAS (III)	KARL MAY	A-8-0-34
20-11-39	REINAÇÕES DE NARZISSO	MONTAIRD LOBATO	A-1-i-1
21-11-39	NOVAS-REINAÇÕES DE II	MONTAIRD LOBATO	A-1-i-16
5-12-39	NO OVERNO PRICIPICO	KARL MAY	A-1-A-23

Fonte: Revista do Arquivo Municipal, vol. 64, p. 296.

Esses dados permitem conhecer o perfil e a origem dos leitores. Os registros referentes ao período de 1936 a 1939, indicam que a Biblioteca Infantil contava com leitores de 6 a 15 anos de idade, e maior número de meninos.

No quadro abaixo, os leitores são separados por sexo, diferenciando as matrículas e mostrando a participação das meninas. As mulheres são inseridas no mundo da leitura, na década de 1920, e é importante para essa manutenção mostrar a participação feminina.

Crianças matriculadas					
Anos	Sexo masculino		Sexo Feminino		Total de matriculados
1936	1.190	64,32%	660	35,68%	1.850
1937	1.208	64,05%	678	35,95%	1.886
1938	938	63,64%	536	36,36%	1.474
1939	942	63,56%	540	36,44%	1.482
Total	4.278	63,93%	2.414	36,07%	6.692

Fonte: Revista do Arquivo Municipal, vol. 64, fevereiro de 1940, p. 308.

Quanto às escolas de onde procediam os leitores, foi verificado, entre 14 de abril de 1936 e 31 de dezembro de 1939, que, de um total de 6.692 consulentes, 2.902 eram de Ginásios, 2.806 de Grupos Escolares, 580 de Escolas Diversas, 121 de Escolas de Comércio e 283 não tinham indicação de escola.⁹⁸

A Biblioteca Infantil foi instalada nas imediações do centro para poder atender as crianças dos outros bairros de São Paulo e os leitores vinham de vários bairros, sendo que o maior número de leitores era da própria Vila Buarque, local da Biblioteca, e das proximidades.

Vila Buarque	1.167 leitores
Santa Cecília	909 leitores
Consolação	846 leitores
Bela Vista	676 leitores
Higienópolis	542 leitores
Bom Retiro	274 leitores
Santa Efigênia	233 leitores
Jardim América	231 leitores
Perdizes	192 leitores
Campos Elíseos	182 leitores
Barra Funda	109 leitores

Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. 64, fevereiro de 1940, p. 314.

⁹⁸ Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. 64, fevereiro de 1940, p. 314.

Desses onze bairros, com maior número de crianças, correspondia 83,16% do total; dos bairros mais distantes, como Mooca, Lapa, Belém, Tucuruvi, Jabaquara, Vila Maria, Jardim Paulista e outros, correspondia a 1.127 consulentes, ou seja, 16,84% do total de crianças matriculadas até 31 de dezembro de 1939.

A Biblioteca Infantil, conforme as propostas do Departamento de Cultura, foi criada para atender as classes mais baixas da população e, apesar de ter sido instalada em área central e receber um grande número de crianças do seu entorno, também recebia leitores dos bairros mais afastados e atendia as crianças das classes média e operária.

Desde a sua fundação até 31/12/1943, a Biblioteca Infantil contava com 11.733 matriculados e a profissão dos pais foi verificada entre as 1.005 crianças matriculadas em 1943, das quais 390 eram filhos de operários; 403 de funcionários públicos, bancários e pequenos comerciantes; 195 de profissões liberais e 16 de pais cujas profissões eram ignoradas. Assim, 38,8% dos consulentes eram dos meios operários; 40,09% eram filhos de funcionários públicos, bancários e de pequenos comerciantes; 19,05% de profissões liberais e 1,59% de criança cuja profissão dos pais eram desconhecidas.⁹⁹

Para a diretora da Biblioteca, essa proporção demonstrava que a instituição cooperava “com o governo no trabalho da educação popular”, visto que atendia crianças das classes média e operária, “as que mais necessitam do amparo e auxílio dos poderes governamentais”.¹⁰⁰

3.3 Impressões de leitura de pequenos leitores

De todo livro lido era exigida uma síntese que transmitia as impressões do pequeno leitor. As crianças registravam as leituras tanto dos livros conhecidos nas salas de leitura, como daqueles que a seção circulante permitia que fossem lidos em sua casa. Essas fichas eram usadas para observar o

⁹⁹ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo – s/d.* (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

¹⁰⁰ FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo – s/d.* (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

aproveitamento da leitura e, paulatinamente, a formação dum critério na escolha de obras, que, a princípio, eram tiradas ao acaso.¹⁰¹

Ficha de leitura da seção fixa: Verso e reverso

DEPARTAMENTO DE CULTURA — Bibliotheca Infantil	
FICHA DE LEITURA	
Nome - <i>Enaida de Mello Fleury</i>	Edade <i>12</i>
Data do início da leitura - <i>31-12-1937</i>	
Data da terminação - <i>5-1-1938</i>	
Nome da obra - <i>Contos de Andersen</i>	
Nome do autor - <i>Andersen</i>	
Numero do volume - <i>A-1-i-10</i>	
Nacionalidade do autor - <i>Dinamarquês</i>	
Conhece outras obras do mesmo autor? - <i>—</i>	
Os livros são os nossos maiores amigos. — Conserve-os com cuidado.	

Resuma o assumpto do livro nestas linhas: <i>Este livro, compõe-se de historias, a que descrevem a vida de Opatinho feio, uma pata, com salta, chocalha, uma ova de ganso, e até ao pizar na tão fã, que até os "manos" lhe tinham medo, ficando assim, e que se quis como ele, elegante, dançou-se nas aguas cristalinas, e com grande surpresa se viu transformado em um belo cyano branco.</i>
Que achou do livro? <i>Bom</i>
É realidade ou ficção? <i>ficção</i>
Prosa ou verso? <i>Prosa</i>
Qual o personagem que mais o impressionou? <i>Opatinho feio</i>
Porque? <i>Por ser corajoso.</i>

Fonte: Revista do Arquivo Municipal, vol. 64, p. 297.

Nos históricos da Biblioteca consta que “toda criança, ao terminar de ler o livro, recebe uma ficha onde deverá anotar suas impressões”,¹⁰² mas é interessante notar, ao menos mediante as fichas observadas, que a letra é bastante elaborada e não parece ser de criança, o que leva a crer que eram preenchidas por funcionários.

¹⁰¹ Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. 64, fevereiro de 1940, p. 295.

¹⁰² FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *A Bibliotheca Infantil do Departamento de Cultura e sua organização - 1939.* (Acervo Memória da Bibliotheca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

Ficha de leitura da seção circulante: Verso e reverso

DEPARTAMENTO DE CULTURA	
Biblioteca Infantil	
Requisição de livro	
Autor	Julio Verne
Título da obra	Uma cidade flutuante
Data	2-4-36 C-5-j-32
Prazo de	5 dias
Nome	Paulo Emilio Vanzolini
Idade	12
Residência	Alameda Tiete, 71
<input type="checkbox"/> O prazo para a devolução foi prorogado por dias. <input checked="" type="checkbox"/> A obra constante desta requisição foi restituída em 3 / 5 / 36	
A Bibliotecária	
Leyra b. Fraccaroli	
Fech. 879 - S. G. R.	

Resuma o assumpto do livro nestas linhas:	
Julio Verne descreve nesta obra, com estilo leve e bem humorado, uma viagem num transatlantico do seu tempo, criando, como em todas suas obras, tipos originaes e burlescos	
Que achou do livro?	Ótimo
É realidade ou ficção?	Fantasia
Prosa ou verso?	Prosa
Qual o personagem que mais o impressionou?	Deau Pitferge, que tinha a mania do naufragio
Porque?	Por ser um tipo real, obcecado pela idea de naufragar, frange até a medula do osso, isto é, mentiroso, social, fanfarrão e excentrico

Fonte: Revista do Arquivo Municipal, vol. 64, p. 298.

É importante atentar para o questionário da ficha e procurar entender o que ele queria formar nas crianças e o que é entendido como principal para que o leitor retenha da obra lida. Em uma parte da ficha ficavam registrados o título e o autor da obra; as datas de retirada e devolução; o nome, o endereço e a idade do consulente, além da assinatura da bibliotecária. Em outra parte pedia-se o resumo do livro, o que o leitor achou do livro e qual personagem que mais impressionou.

O pedido de resumo pode ser entendido como uma forma de levar o leitor a ter uma compreensão ampla do enredo e a apreender o tema da história. As questões “É realidade ou ficção? Prosa ou verso?” remetem ao gênero literário e parece que se quer que o leitor saiba diferenciar os gêneros, reconhecê-los e se apoderar deles.

As perguntas “Que achou do livro? Qual personagem que mais o impressionou? Por quê?” tendem a despertar o leitor para uma apreciação da obra e de algum personagem, além da caracterização do personagem escolhido.

Com essas questões que direcionam o leitor a uma estrutura geral do texto lido e da síntese da história, pode-se notar a pretensão de formar um

repertório de leitura. O preenchimento da ficha de leitura pode ser considerado uma forma de legitimar as práticas da Biblioteca e garantir a leitura, e a exigência da síntese seria um modo de averiguar se a criança leu o livro retirado, além de levar a criança a uma certa reflexão do que foi lido e ir formando uma diferenciação entre leitor e leitura.

Em julho de 1936, foi publicada no Jornal *A Voz da Infância*¹⁰³ com o título *Aceitação dos livros de Monteiro Lobato pelos freqüentadores da Biblioteca Infantil*, a verificação de leitura referente aos meses de maio e junho. Em maio, o livro mais procurado foi *Reinações de Narizinho*, e em junho, *O saci*. A ficha de leitura de Paulo Emilio Vanzolini (12 anos) sobre *O Saci* foi publicada como modelo para os outros leitores, conforme a transcrição seguinte.

Resuma o assunto do livro nestas linhas: *Seguindo os conselhos de um preto velho, Pedrinho consegue prender um saci. Desarmado da carapuça, para reconquistá-lo, o negro duende mostra ao menino as maravilhas da vida noturna da mata virgem. Vencendo onças, combatendo cucas, desmanchando feitiços, tomando em uma amostra de cada fruta o mel da floresta, tremendo de medo dos lobisomens, passando as horas, até que o menino, a contragosto, volta para consolar as velhas montado num fogoso pangaré, e, o melhor, carregando Narizinho despojado da guerra contra a Cuca.*

Que achou do livro? *Ótimo.*

É realidade ou ficção? *Fantasia.*

Qual o personagem que mais o impressionou? *Pedrinho.*

Por quê? *Porque tem sangue frio.*

Em 1937 foi publicada, também na *Voz da Infância*,¹⁰⁴ a ficha de David Stuchlberger (11 anos), considerada uma das melhores sobre o livro *Aventuras do Capitão Hatteras*, de Júlio Verne.

Resumo: *Vários ingleses, que viram que os americanos, franceses e outros povos haviam conquistado a glória descobrindo terras no Pólo Norte, resolveram também ganhar glória e foram até lá, onde afrontaram os maiores perigos, mas se perderam.*

¹⁰³ Jornal *A Voz da Infância* nº 2, julho de 1936. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

¹⁰⁴ Jornal *A Voz da Infância* nº 9, fevereiro de 1937. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

Que achou do livro? *Um ótimo romance.*

É realidade ou ficção? (não respondeu).

Qual personagem que mais o impressionou? *O Capitão Hatteras.*

Por quê? *Por causa do seu espírito calmo, que sorri em frente aos gigantescos perigos. Grande batalhador, não desanima ante nada, tendo feito várias tentativas de ir ao Pólo Norte.*

As únicas três fichas¹⁰⁵ preservadas no Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato são interessantes por serem do mesmo livro e de leitores diferentes, o que permite entender que os textos podem ser “lidos diferentemente por leitores que não dispõem das mesmas ferramentas intelectuais” (Chartier, 1999, p.13), o que remete a apropriações diferenciadas.

O livro *Dois anos de férias*, de Júlio Verne, foi retirado por Roldão da Costa (14 anos), em 25/05/1937.

Resumo: *Aventura de 14 meninos naufragados em uma ilha abandonada que eles julgavam ser do pacífico.*

Que achou do livro? *Regular.*

É realidade ou ficção? *Realidade.*

Prosa ou verso? *Prosa.*

Qual personagem que mais o impressionou? *Briant.*

Por quê? *Pela sua coragem e dedicação aos pequenos.*

Já, o leitor José Luiz Pati (11 anos) retirou o mesmo livro, em 11/08/1938, e escreveu pouca coisa sobre ele. No resumo informou que não tinha *terminado de ler* e achou o livro *desinteressante*.

João Sampaio Meirelles (13 anos) retirou esse livro, em 16/08/1938, e teve uma leitura diferenciada, mostrando outra apreciação, ao menos pelo que registrou em sua ficha.

Resumo: *São meninos que estão que estando brincando em um navio, esse navio parte e quando eles dão por isso já estão em alto mar. Eles descem numa ilha e depois de muitas peripécias nessa ilha eles conseguem voltar para sua pátria.*

Que achou do livro? *Ótimo.*

¹⁰⁵ As demais fichas dos leitores não foram encontradas no Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil. Ao que tudo indica, elas foram descartadas em algum momento de organização e acomodação do Acervo.

É realidade ou ficção? *Ficção.*

Prosa ou verso? *Prosa.*

Qual personagem que mais o impressionou? *Briant.*

Por quê? *Era o mais corajoso e mais ajuizado apesar de ter 13 anos.*

Além das três fichas encontradas no Acervo Memória e das publicadas no Jornal *A Voz da Infância*, quatro fichas foram coletadas na Biblioteca Infantil e registradas por Maria de Lourdes M. Montesanti,¹⁰⁶ quando visitou a instituição interessada em conhecer trabalhos que poderiam ser realizados “em prol do melhoramento moral e espiritual da criança”.¹⁰⁷ Ela entendeu que uma biblioteca no Serviço de Menores,¹⁰⁸ poderia “dar um sentido útil à vida dessas crianças e desses adolescentes que não tiveram, na maioria, um contínuo e sólido exemplo no lar”.¹⁰⁹

Estas fichas foram transcritas sem o nome da criança, apenas com a idade. Esta foi feita por uma criança de 10 anos, sobre o livro *O Colégio da Ameixoeira*, de Maria Paula de Azevedo, retirado em 19/11/1940.

Resumo: *Era uma vez um colégio que tinha os meninos órfãos; quem tomava conta era a mãe Maria João e o tio Bartes. Ela era muito boa para os meninos e as meninas.*

Que achou do livro? *Achei que é ótimo livro.*

É realidade ou ficção? *É realidade.*

Prosa ou verso? *Prosa.*

Qual personagem que mais o impressionou? *Guida.*

Por quê? *Porque era uma boa e bela menina.*

A ficha seguinte também foi elaborada por uma criança de 10 anos, sobre o livro *Alguns anos depois*, de Louise May Alcott, retirado em 28/12/1940.

¹⁰⁶ Pelas indicações no texto *Uma visita à Biblioteca Pública Municipal Infantil*, é possível perceber que Maria de Lourdes M. Montesanti trabalhava no Serviço de Assistência ao Menor e foi à Biblioteca Infantil para verificar as atividades desenvolvidas pela instituição e que poderiam ser implantadas no Serviço de Menores.

¹⁰⁷ MONTESANTI, Maria de Lourdes M. *Uma visita à Biblioteca Pública Municipal Infantil* - s/d. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

¹⁰⁸ O SAM, Serviço de Assistência ao Menor, subordinado ao Ministério da Justiça, foi criado em 1941, pelo Decreto Lei nº 3.799, e tinha como objetivo amparar os desvalidos e infratores em todo território nacional. (cf. Gandini Jr, 2007).

¹⁰⁹ MONTESANTI, Maria de Lourdes M. *Uma visita à Biblioteca Pública Municipal Infantil* - s/d. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

Resumo: *Bel era uma mocinha muito fraca desde que teve escarlatina. Todas as irmãs pensavam em fazer seus castelos no ar, menos Bel (Isabel), pois sabia que ia morrer.*

Que achou do livro? *Bom.*

É realidade ou ficção? (não respondeu).

Prosa ou verso? (não respondeu).

Qual personagem que mais o impressionou? *Bel.*

Por quê? *Porque até na hora da morte pensou em fazer o bem.*

Esta outra, foi escrita por uma criança de 12 anos, sobre o livro *Aventuras de Tom Mix*, (não apresenta o autor), retirado em 5/3/1940.

Resumo: *Tom Mix era o herói do Far West do Texas. Fredy Stanley foi à procura de seu pai. Stanley com sua companhia, Tom Mix, prendeu os bandidos.*

Que achou do livro? *Bom.*

É realidade ou ficção? *Realidade.*

Prosa ou verso? *Prosa.*

Qual personagem que mais o impressionou? *Tom Mix.*

Por quê? *Porque trabalhou para libertar o pai de Fredy Stanley.*

A ficha seguinte versa sobre o livro *O Engenheiro Pinson*, de Lucien Biart, retirado em 29/10/1940, e não apresenta a idade do leitor.

Resumo: *São viagens involuntárias passadas por um engenheiro francês.*

Que achou do livro? *Bom.*

É realidade ou ficção? *Ficção.*

Prosa ou verso? *Prosa.*

Qual personagem que mais o impressionou? *Azougue.*

Por quê? *Pela dedicação a seu protetor.*

Pelos resumos transcritos é possível verificar que o livro *O Colégio da Ameixoeira* fala de um colégio de órfãos que são cuidados por uma pessoa muito boa para as crianças e a personagem que mais impressionou o leitor é uma boa e bela menina. A obra *Alguns anos depois* trata de uma garota, Bel, que pensou em fazer o bem até na hora da morte. A história de *Aventuras de Tom Mix* mostra um herói que prende os bandidos e quanto ao livro *O*

Engenheiro Pinson, o leitor escolhe o personagem, Azougue, pela dedicação ao seu protetor.

As fichas copiadas pela visitante da Biblioteca não parecem ter sido escolhidas ao acaso e mostram-se bem sugestivas para serem levadas ao Serviço de Menores, visto que Maria de Lourdes Montesanti estava interessada no “melhoramento moral e espiritual da criança” e as histórias das fichas selecionadas são permeadas por sentimentos de bondade, obediência e resignação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a bibliografia estudada sobre o Departamento de Cultura de São Paulo, criado em 1935, esse Departamento teria inaugurado um novo proceder quanto às formas de conceber a questão cultural no Brasil. Mário de Andrade, ao dirigi-lo, entre 1935 e 1938, instituiu o programa de expansão de bibliotecas públicas na cidade de São Paulo, considerando que estas deveriam ser especialmente voltadas para a formação do hábito “sadio da leitura”.

Este estudo permitiu compreender que a representação de democratização de leitura desenvolvida pelos idealizadores do Departamento de Cultura estava pautada na proposta de criação de bibliotecas públicas para contribuir para a difusão da cultura em todas as camadas da população e na intenção de disseminação da leitura entre o povo, que supostamente, não tinha acesso à leitura. Essa democratização ocorreria por meio das bibliotecas que se pretendia construir nos bairros da cidade.

Quanto à construção das bibliotecas, Rubens Borba de Moraes, em sua atuação na Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura, planejava criar um Sistema Municipal de Bibliotecas. A Biblioteca Pública Municipal, já existente, seria uma biblioteca central, de referência, de estudo e de consulta. O seu plano era, em 10 anos, fazer 10 bibliotecas em São Paulo. “O plano estava feito, os lugares escolhidos, os acervos previstos. (...) No fim de 10 anos, São Paulo teria 10 bibliotecas de bairro.” (Moraes, 1984, p. 18). Conforme São Paulo fosse expandindo, seriam criadas outras bibliotecas.

Com relação à Biblioteca Ambulante, notou-se que ela foi adotada como forma de difusão do livro. A proposta dessa biblioteca era ir em busca do seu público para proporcionar leitura ao “farniente” e disciplinar o seu tempo livre. O disciplinamento da leitura é justificado em defesa da língua nacional e da proteção contra os estrangeirismos. E, conforme os estudos de Costa (1997), o carro biblioteca tinha muitos manuais de instrução profissional e era um instrumento de formação do trabalhador, sendo que os livros escolhidos para seu acervo estavam repletos de exemplos a serem seguidos, hábitos que os trabalhadores/leitores deveriam adquirir.

No tocante à Biblioteca Pública Municipal, foi possível entender que, após 1936, ela desenvolveu-se mediante a profissionalização dos bibliotecários

e a presença de profissionais de formação técnica aprimorada nos cargos de direção, com destaque para Rubens Borba de Moras, possibilitou a implantação de serviços adequados às necessidades da população, bem como à manutenção dos mesmos.

A Biblioteca Infantil Municipal foi instituída como um serviço da Divisão de Bibliotecas para atender as crianças, de acordo com as propostas de Mário de Andrade de atender as classes mais baixas da população. Esta pesquisa possibilitou entender que essa Biblioteca, concebida como *centro de atração* e de *cultura infantil*, foi organizada por Lenyra Fraccaroli, sua diretora, conforme os ideais da equipe de Mário de Andrade.

Notou-se que a Biblioteca Infantil mantinha uma certa integração com as escolas, na medida em que contribuía para despertar o interesse da criança pela leitura e a auxiliava na sua formação “moral e intelectual”, além de funcionar como centro de estudos e promover a realização de palestras educativas.

Foi possível entender que as representações de leitura sustentadas pela diretora da Biblioteca Infantil eram pautadas na orientação para a “boa leitura” e voltadas para a compreensão moral ou cívica das crianças, e isso presidia, de certa forma, a escolha das obras para composição do acervo e orientava o controle dos materiais que circulavam na Biblioteca. Observou-se também que os preceitos de instrução e recreação acompanharam a organização de várias seções da Biblioteca, pensadas de forma a unir o “útil ao agradável” e atrair os leitores.

Observou-se ainda que, para além de ter organizado a Biblioteca Infantil conforme as propostas do Departamento de Cultura, Lenyra Fraccaroli deu uma característica peculiar a essa instituição ao promover atividades, entendidas como estratégia de propaganda, para incentivar a frequência e avivar o gosto pela leitura, como a Hora do Conto, o Jornalzinho *A Voz da Infância*, as sessões de cinema, os jogos, as excursões e as visitas de escritores. Quanto às fichas de leitura adotadas pela Biblioteca Infantil, foi possível entender que o preenchimento delas era uma forma de legitimação das práticas da instituição e de garantir a leitura, além da pretensão que se tinha de formar um repertório de leitura nos pequenos leitores.

A organização das seções da Biblioteca Infantil permitiu entender como as práticas de leitura eram prescritas ao público freqüentador dessa instituição e como ela se constituiu no espaço de materialização das práticas e rituais de leitura idealizadas pelo Departamento Municipal de Cultura, ao menos no que diz respeito às representações de leitura para a infância e para a juventude.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia. 2003. História dos textos, história dos livros e história das práticas culturais – ou, uma outra revolução da leitura. In: CHARTIER, Roger. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil (ALB), pp. 7-15.

ANTUNHA, Heládio A. C. 1976. *A instrução pública no Estado de São Paulo: a Reforma de 1920*. Coleção Estudos e Documentos. São Paulo: FEUSP.

AZEVEDO, Francisco José Almeida de. 1941. Impressões de bibliotecas norte-americanas”. In: *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, outubro, vol. 79, pp. 291-302. (Conferência pronunciada em 17 de outubro de 1941, por iniciativa da Associação Paulista de Bibliotecários).

BANDEIRA, Suelena Pinto. 2007. *O mestre dos livros: Rubens Borba de Moraes*. Brasília: Briquet de Lemos.

BARBATO JR, Roberto. 2004. *Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo*. São Paulo: Annablume; Fapesp.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes & GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. 2005. Práticas de leitura, impressos, letramentos: uma introdução. In: ___. (orgs.). *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, pp. 11-45.

BELO, André. 2002. *História & livro e leitura*. Belo Horizonte: Autêntica.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. 1999. Rubens Borba de Moraes e a Biblioteca Municipal de São Paulo. In: *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, janeiro-dezembro, v. 57, pp.179-184.

CÂNDIDO, Antônio. 1985. Prefácio. In: DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Hucitec/Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, pp. VII-XVII.

CARVALHO, Marta M. C. 1988. *Molde Nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF.

_____. 2000. *Reformas da Instrução Pública*. In: LOPES, E. M.; FARIA, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 225-251.

_____. 2002. *O território do consenso e a demarcação do perigo: política e memória do debate educacional dos anos 30*. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Memória intelectual da educação brasileira*. Bragança Paulista: EDUSF, pp. 13-26.

CATANI, Denice Bárbara & BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). 2002. *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras.

CHARTIER, Anne-Marie & HÉBRARD, Jean. 1995. *Discursos sobre a leitura-1880-1980*. São Paulo: Ática.

CHARTIER, Roger. 1990. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/RJ: DIFEL/Bertrand do Brasil, pp. 77-105.

_____. 1999. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

COELHO, Nelly Novaes. 2000. *Literatura infantil: teoria, análise, didática*. São Paulo: Moderna.

COSTA, Adriana Teixeira da. 1997. *Ler (n)a cidade: políticas de popularização da leitura em São Paulo (1935-1938)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - PUC/SP.

DARNTON, Robert. 1990. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia das Letras.

DENIPOTI, Cláudio. 1998. *A sedução da leitura: livros, leitores e história cultural - Paraná (1880-1930)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná - Curitiba.

DUARTE, Paulo. 1985. *Mário de Andrade por ele mesmo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

GANDINI JR, Antonio. 2007. Breves considerações sobre o atendimento da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor aos adolescentes infratores no Estado de São Paulo. In: *Revista Fabibe On Line*. Bebedouro, n. 3. (http://www.fafibe.br/revistaonline/arquivos/gandini_breves_consideracoes_febem_sao_paulo.pdf) - Acesso em 03/03/2008.

GOMES, Sônia de Conti. 1983. *Bibliotecas e sociedade na Primeira República*. São Paulo: Pioneira; (Brasília): INL, Fundação Nacional Pró-Memória.

GOULEMOT, Jean Marie. 2001. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, pp. 107-116.

GROPP, Dorothy M. 1940. Bibliotecas do Rio de Janeiro e de São Paulo e o movimento bibliotecário da capital paulista. In: *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, julho, vol. 68, pp. 205-224. (Conferência em New Orleans, Louisiana, Estados Unidos, em 24/11/1939 – Trad. De Francisco J. de Almeida Azevedo).

HALLEWELL, Laurence. 1985. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz; Ed. Da Universidade de São Paulo.

JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc & ___ (orgs.). 2000. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. 1988. *Literatura infantil brasileira: história & histórias*. São Paulo: Ática.

MARTINS, Ana Luiza. 1990. *Gabinetes de leitura da província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido (1847-1890)*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP.

MENDES, Erasmo Garcia. 1994. Paulo Duarte. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 8, n. 22. Disponível em: (<http://www.scielo.br/scielo.php>). Acesso em: 18/ 02/2008.

MIGNOT, Ana Christina Venâncio. 2002. *Baú de memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto*. Bragança Paulista: EDUSF.

MILANESI, Luís. 1993. Outra biblioteca pública: uma profecia de Mário de Andrade. In: *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*. São Paulo, janeiro-dezembro, v. 51, pp.59-64.

MORAES, Rubens Borba de. 1942. A lição das bibliotecas americanas. In: *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, julho-agosto, vol. 84, pp.197-208.

_____. 1984. O Departamento de Cultura: um sonho que não se realizou completamente. In: *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, edição comemorativa dos 50 anos (1934-1984), pp. 11-22. (Entrevista de Rubens Borba de Moraes cedida a Margarida Cintra Gordinho).

NAGLE, Jorge. 2001. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A.

NEGRÃO, May Brooking. 1979. A evolução do Departamento de Bibliotecas Públicas, 1907 – 1978. In: *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, julho-dezembro, vol. 7, nº 2, pp. 186-209.

_____. 1983. *Biblioteca Pública Municipal de São Paulo: da criação à consolidação (1926-1951)*. Dissertação (Mestrado em ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes – USP.

PRADO, Maria Lígia Coelho. 1986. *A Democracia Ilustrada (O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934)*. São Paulo: Ática.

QUEIROZ, Suely Robles de. 2004. Esvaziamento do poder: São Paulo entre 1933 e 1945. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, Vol. 3, pp. 40-46.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. 2001. *Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)*. São Paulo: Humanitas, FFLCH, USP.

RAGAZZINI, Dario. 2001. Para quem e o que testemunham as fontes da História da educação? In: *Educar em Revista*, nº 18. Curitiba: Editora da UFPR, pp.13-28.

REIPERT, José Herman. 1972. *História da Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade*. São Paulo: Prefeitura Municipal/Departamento de Cultura.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral (coord.). 1999. *São Paulo: 1934-1938; os anos da administração Fábio Prado*. São Paulo: USP/FAU.

SÃO PAULO (Estado). Biblioteca Virtual. *História da biblioteca e do bibliotecário no mundo e no Brasil*. Disponível em:

(http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/destaque/historia_bibliotecario.pdf).

Acesso em 12/03/2008.

SÃO PAULO (Município). Portal da Prefeitura. Disponível em:

(<http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/cultura/bibliotecas/0011>) - Acesso em 28/11/2007.

SÃO PAULO (Município). Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Disponível em: (<http://www.fespsp.com.br/bib.htm>)- Acesso em 20/02/2008.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet & COSTA, Vanda Maria Ribeiro. 2000. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra.

SOARES, Gabriela Pellegrino. 2002. *A semear horizontes: leituras literárias na formação da infância, Argentina e Brasil (1915-1954)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP.

SOARES, Magda. 1991. As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto. In: ZILBERMAN, Regina & SILVA, Ezequiel Theodoro da (orgs.). *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Ática, pp. 18-29.

_____. 2004a. Leitura e democracia cultural. In: PAIVA, Aparecida (org.). *Democratizando a leitura: pesquisas e práticas*. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, pp. 17-32.

_____. 2004b. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. 2001. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*. Tese (Doutorado em Educação: História e Filosofia da Educação) – PUC/SP.

_____. 2006. O projeto político cultural da coleção Atualidades Pedagógicas. In: DUTRA, Eliana de Freitas & MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, pp. 335-350.

VALDEMARIN, Vera Teresa. *Manuais didáticos para uso de professores: mudanças e permanências nas prescrições para a prática pedagógica*.

(<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo01/Coordenada%20por%20Dermeval%20Saviani/Vera%20Teresa%20Valdemarin%20-%20Texto.pdf>). Acesso em 26/02/2008.

ZILBERMAN, Regina & SILVA, Ezequiel Theodoro da. 1991. Pedagogia da leitura: movimento e história. In: _____. (orgs.). *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Ática, pp. 111-115.

FONTES

Ato Municipal nº 768, de 10 de janeiro de 1935 – Reorganiza as Repartições da Prefeitura. *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 9, p. 160.

Ato Municipal nº 774, de 16 de janeiro de 1935 – Organiza o Departamento de Expediente e Pessoal. *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 9, p. 176-178.

Ato Municipal nº 805, de 25 de fevereiro de 1935 – Organiza o Departamento Jurídico Municipal. *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 10, p.168-173.

Ato Municipal nº 830, de 30 de março de 1935 – Dá nova organização à Garagem Municipal. *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 11, p. 169-170.

Ato Municipal nº 834, de 4 de abril de 1935 – Organiza o Departamento de Obras e Serviços Municipais. *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 11, p. 174-179.

Ato Municipal nº 861, de 30 de maio de 1935 – Organiza o Departamento Municipal de Cultura e Recreação. *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 12, p. 229-241.

Ato Municipal nº 862, de 30 de maio de 1935 – Providencia os cargos do Departamento de Cultura e Recreação. *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 12, p. 241-244.

Ato Municipal nº 904, de 15 de agosto de 1935 – Organiza o Departamento da Fazenda Municipal. *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 15, p. 217-222.

Ato Municipal nº 962, de 30 de novembro de 1935 - Orça a “receita” e fixa a “despesa” do Município de São Paulo para o exercício de 1936. *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 18, p. 302-311.

Ato Municipal nº 984, de 27 de dezembro de 1935 – Organiza o Departamento Municipal de Higiene. *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 18, p. 370-373.

Ato Municipal nº 1.146, de 4 de julho de 1936 – consolida e modifica disposições referentes aos serviços, repartições e funcionários da Prefeitura de São Paulo e dá outras providências. *Publicação do Departamento de Cultura*, Divisão de Documentação Histórica e Social, 1936.

Portaria Municipal nº 1.094 – Nomeação em Comissão de Mário de Andrade para Diretor do Departamento de Cultura e Recreação – São Paulo, 31 de maio de 1935. *Correspondência Burocrática*. IEB/USP.

Cronologia da História da Educação Infantil no Município de São Paulo. (Memória Técnica Documental – Memória do Ensino Municipal de São Paulo)

Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis; Cronologia: 1935 – 1991. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

Entrevista concedida por Lenyra Camargo Fraccaroli a Annita Assumpta Travassos, em 16/09/1983. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo – s/d*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *A Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura -1937*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *A Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura e sua organização - 1939*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo - 1940*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

FRACCAROLI, Lenyra Camargo. Biblioteca Infantil do Departamento Municipal de Cultura. In: *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, fevereiro de 1940, vol. 64, pp. 292-324.

FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *A Biblioteca Infantil: organização e funcionamento – sua influência na sociedade - Década de 1940*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *As Bibliotecas Infantis de São Paulo - 1976*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

MONTESANTI, Maria de Lourdes M. *Uma visita à Biblioteca Pública Municipal Infantil - s/d*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

POLIMEN, Therezinha M. C. de Carvalho. *Biblioteca Infantil Monteiro Lobato: Histórico - 1967*. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

RICCI, Zilah Mattos e RUSSO, Laura Garcia Moreno. *A Divisão de Biblioteca Infanto-Juvenis Municipal de São Paulo: sua história e seus trabalhos - 1960*. Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato.

Jornal Diário da Noite, 13 de fevereiro de 1936. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

Jornal *O Estado de S. Paulo*, 14 de abril de 1936. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

Jornal *O Estado de S. Paulo*, 15 de abril de 1936. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

Jornal *O Estado de S. Paulo*, 6 de agosto de 1936. (Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato).

Jornal *O Estado de S. Paulo*, 22 de setembro de 1936. (Acervo Memória da Biblioteca Infante-Juvenil Monteiro Lobato).

Jornal *O Estado de S. Paulo*, 23 de setembro de 1936. (Acervo Memória da Biblioteca Infante-Juvenil Monteiro Lobato).

Jornal *O Estado de S. Paulo*, 30 de setembro de 1936. (Acervo Memória da Biblioteca Infante-Juvenil Monteiro Lobato).

Jornal *A Voz da Infância*, nº 2, julho de 1936. (Acervo Memória da Biblioteca Infante-Juvenil Monteiro Lobato).

Jornal *A Voz da Infância*, nº 9, fevereiro de 1937. (Acervo Memória da Biblioteca Infante-Juvenil Monteiro Lobato).

Jornal *A Voz da Infância*, nº17, novembro de 1937. (Acervo Memória da Biblioteca Infante-Juvenil Monteiro Lobato).

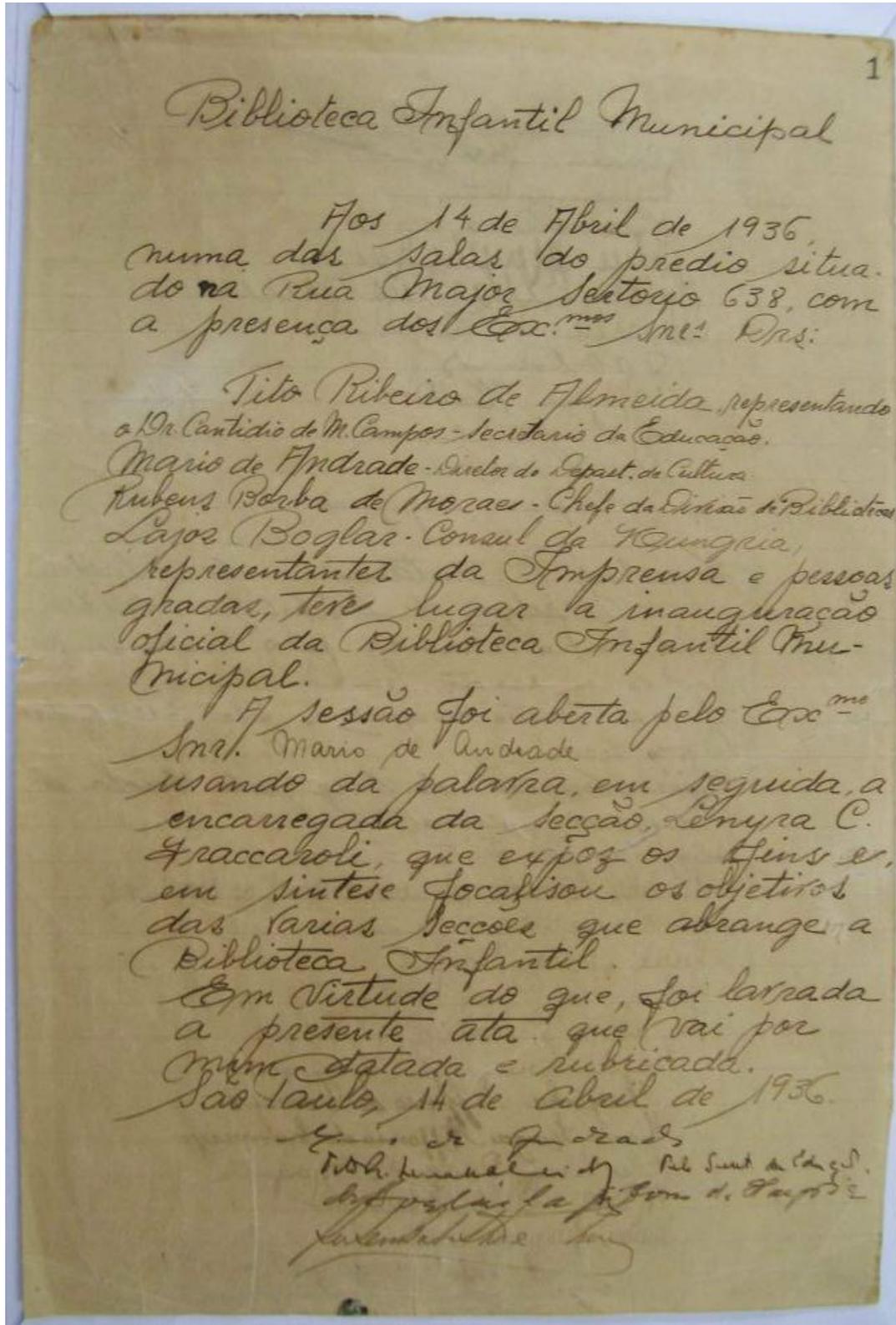
Jornal *Folha da Manhã*, 26 de junho de 1938. (Acervo Memória da Biblioteca Infante-Juvenil Monteiro Lobato).

Jornal *Correio Paulistano*, agosto de 1939. (Acervo Memória da Biblioteca Infante-Juvenil Monteiro Lobato).

ANEXO 1

Ata de Inauguração da Biblioteca Infantil Municipal

Fonte: Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato



Alcides Miranda

Conceição Junqueira

Luiz de Almeida

Ernestina Linhares

Julius Müller

Helena Bastian

Alfredo de Aguiar

Jacobson

Regina Waller

Olga Strehl

Josephina Stiller

Josephina Mary Jones

Wanda Costa

Francisca T. Antunes pelo laboratório
de Psicologia do Instituto de Educação

Odete Lúcia Ferreira pelo Centro de Es-
tudos e Assessoria Social

Helena Vester Marques pelo Centro de
Serviços Sociais

Lygia Lourenço da Cruz pela Escola de
Serviços Sociais

Argyrópolis de Freitas Furtado

Luciana Espindola pelo Centro de Serviço de Expediente

Leocádia Ramos

Lucia Lally Branco

Lygia C. P. de Albuquerque

Lyly Beatriz Silveira

Neide Cruz de Souza

Therzinha Affonso de Camargo

Maria Luiza Affonso de Camargo

Clécio Cruz Pontes de Albuquerque

Maria Stella Almeida

Maria Juquara Costa

S. Paulo, 14 de abril de 1936
Luzia S. Lacerda

ANEXO 2

Relação de (algumas) obras recebidas em 1943 por doação ou por meio do “depósito legal”.

Fonte: Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato.

Livro	Autor	Vols.
A galinha dos ovos de ouro	Arnaldo de Oliveira Barreto	1
Memórias de um burro	Condessa de Ségur	1
O patinho feio	Arnaldo de Oliveira Barreto	1
Totó	Série Histórias do Tio Damião - Lourenço Filho	1
Tão pequenino	Serie Histórias do Tio Damião - Lourenço Filho	1
Os dois veadinhos	Inez Hogan	1
Juca e Chico	Wilhelm Busch	1
O casamento de Maçarico	Francisco Acquarone	1
Brinquedos para os dias de folga	Marianne Mullenhoff	1
História do trem de ferro	Pedro de Almeida Moura	1
O piquenique dos animais	Francisco Acquarone	1
No fundo do mar	Lucia Machado de Almeida	1
João Pestana	Guilherme de Almeida	1
Os companheiros de Branca de Neve	Walt Disney	1
Pato Donald	Walt Disney	1
O pinóquio	Walt Disney	1
Lulus e bichanos	xxx	1
Sinhaninha e Maricota	Hulda Von Levetzov	1
Páginas infantis	Mariano de Oliveira	2
Leitura intermediária	Erasmu Braga	2
Cartilha das crianças	Clari Galvão Novais	3
Leitura do principiante	Antonio Firmino de Proença	2
As primeiras noções de religião	Sousa Coutinho	2
Cartilha de ensino rápido da leitura	Mariano de Oliveira	4
Pequenos trechos	Otaviano de Melo	1
Cartilha do povo	Lourenço Filho	1

Cartilha das crianças	Clari Galvão Novais	1
Nova Cartilha	Mariano de Oliveira	2
Cartilha	Antonio Firmino de Proença	1
Leitura intermediária	Erasmus Braga	1
Exercícios de leitura manuscrita	Lindolfo Gomes	2
Na roça	Renato Seneca Fleury	4
Brincar de ler	Renato seneca Fleury	1
Aritmética elementar	George Augusto Buchler	1
Série pátria brasileira, leitura I e II	Renato Seneca Fleury	2
A botânica ao alcance de todos	Célio Muniz e L. de Mendonça	1
1º e 2º livros de leitura	Antonio Firmino de Proença	2
Leitura I	Erasmus Braga	3
Leitura II	Erasmus Braga	2
Leitura III	Erasmus Braga	3
1º e 3º livros de leitura	Antonio Firmino de Proença	2
Sereis as minhas testemunhas	Alesa	1
1º e 2º catecismo da doutrina cristã	xxx	2
Petite histoire des voyages (doação do Dr. José Carlos de Macedo Soares)	Marcello Bertin	1
Le aventure del barone Crac (doação do Sr. Reinaldo Gonzaga)	Cami	1
English for children (doação do Dr. José C. de M. Soares)	Oswaldo Serpa	1
O dia do meu menino (doação do Dr. Afonso de E. Taunay)	Silva Tavares	1
O regalo das crianças (doação do Dr. José C. de M. Soares)	Manuel de Melo	1
São Paulo e suas grandezas (doação do Sr. Reinaldo Gonzaga)	Aprigio Gonzaga	1
Contos escolares (doação do Sr. Reinaldo Gonzaga)	Aprigio Gonzaga	1

ANEXO 3

Relação de obras recebidas por doação em março de 1944.

Fonte: Acervo Memória da Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato.

Livro	Autor	Vols.
Nosso Brasil	Hildebrando Lima	1
Infância	Henrique Richetti	1
Meu livro de contos	W. Nast e L. Tochtrop	1
Revista de Educação	Departamento de Educação	1
Os 10 pequenos lavradores	Nair Ortiz	1
Composições escolares	Antonio Wolf	1
Sei ler	Teodoro Moraes	1
O bom colegial	Ligia Moura Santos	1
Alegria	Tales de Andrade	1
Aladino e a lâmpada	Arnaldo de Oliveira Barreto	1
O pássaro de ouro	Dalila Belmonte	1
Brazil Builds (doação da Coordenação Inter-Americana)	Philip Goodwin	1
Almanaque Santo Antonio	Livraria Vozes	5